

D
05732
m. 5557

CARLA REGINA DE SOUSA

**DINÂMICA E GESTÃO AMBIENTAL EM AGROINDÚSTRIAS: UMA
ANÁLISE SOB A ÓTICA DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de "Mestre".

Orientador

Prof. Robson Amâncio

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
2003

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Sousa, Carla Regina de

Dinâmica e gestão ambiental em agroindústrias: uma análise sob a ótica da teoria das representações sociais / Carla Regina Sousa. -- Lavras : UFLA, 2003.
176 p. : il.

Orientador: Robson Amâncio.
Dissertação (Mestrado) – UFLA.
Bibliografia.

1. Representação social. 2. Questão ambiental. 3. Indústria de laticínio. 4. Reduccionismo. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-333.7
-338.1

CARLA REGINA DE SOUSA

**DINÂMICA E GESTÃO AMBIENTAL EM AGROINDÚSTRIAS: UMA
ANÁLISE SOB A ÓTICA DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS**

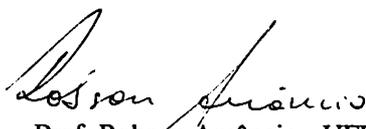
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 25 de fevereiro de 2003

Prof. Mozar José de Brito UFLA

Prof. Marcos Antônio dos Santos Reigota UNISO

Prof. Edgard Alencar UFLA


Prof. Robson Amâncio - UFLA
(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA

Ao Deus de amor, fonte da plena sabedoria, que ao longo do mestrado me sustentou com esta palavra:

“Eis o que diz o Senhor que criou a terra, que a modelou e consolidou (...): invoca-me e te responderei, revelando-te grandes coisas misteriosas que ignoras” (Jer 33, 2-3);

A meus pais, Eurípedes e Alice,

DEDICO.

Aos queridos do Projeto Universidades Renovadas de Lavras,

OFEREÇO.

AGRADECIMENTOS

Devo partilhar os méritos deste trabalho com várias pessoas, pois pouco teria sido realizado sem estas contribuições. Assim agradeço:

A Deus, pela oportunidade de fazer o mestrado e morar em Lavras. À madrinha da minha vida profissional, Santa Rita de Cássia, por toda intercessão.

Aos meus familiares, pelo constante amor, apoio e a forte presença, ainda que estejamos distantes fisicamente. Lembro com carinho da Raquel Chedid, futura cunhada, pela valiosa ajuda no Abstract.

Ao meu orientador e amigo Robson Amâncio, pelo incentivo, respeito, paciência, alegria e por se deixar incomodar durante minhas crises de desespero.

Aos amigos do Núcleo de Inovação Tecnológica, em especial ao José Guilherme de Figueiredo, por haver mostrado-me o “mundo dos laticínios” e facilitado meu acesso às empresas. Cito também as viagens e tantos momentos de partilha de conhecimentos e de ânimo, essenciais para a realização deste trabalho, bem como para meu aperfeiçoamento profissional e pessoal.

Ao professor Mozar José de Brito, pelo constante apoio teórico-metodológico, por toda disponibilidade e atenção, além de ter sido o responsável pelo meu encantamento pela Teoria das Representações Sociais. Também à Mônica Cappelle e à Luciana Cramer, pela atenção, dicas e contribuições.

Ao professor Marcos Reigota, por ter aceitado com imensa boa vontade ser membro da banca de defesa da dissertação, dando ricas contribuições.

Aos professores Edgard Alencar e Cláudia Ribeiro, pela atenção e contribuições metodológicas durante a análise dos dados da pesquisa. Também à professora Jacqueline Bueno, pela boa vontade e materiais disponibilizados.

Ao professor Marcos Affonso Ortiz, pelo apoio no primeiro semestre do mestrado e compreensão ao me ouvir. Também ao professor Euler Siqueira, por

me permitir ser ouvinte de sua disciplina, dando a atenção necessária para sanar dúvidas de uma administradora na tentativa de compreender a Sociologia.

Ao professor Pedrinho Guareschi, pelos minutos concedidos na PUC/RS, com esclarecimentos e ricos artigos disponibilizados.

Aos empresários e funcionários dos laticínios objetos da pesquisa, que me abriram suas portas. De forma particular os dois gestores do “laticínio A” por mim entrevistados, além do Paulinho, Robson, Sr. Chiquinho, Carlinho e Edilene, pela atenção extra ao momento da entrevista; também a todos do “laticínio B”, pela informalidade e simplicidade, fazendo-me sentir em casa.

Às queridas companheiras de república Dri e Biba, pela compreensão com minhas ausências, além da amizade, respeito, carinho e alegre convivência. Também à Ju, por ter sido minha “mãezinha” em Lavras, apoiando-me com sua amizade, alegria, testemunho de vida e orações.

Aos *irmãozinhos* do Grupo de Oração Universitário Renascer e do Grupo de Partilha e Perseverança São Benedito, pela presença marcante, ajudando-me no aprendizado de ser mais madura, paciente, humilde... mais cristã.

Aos colegas de curso, especialmente os amigos Rosângela, Cledinaldo, Aleandra, Ababacar, Carol, Alemão e Helder, pela partilha de tantas alegrias, inseguranças, vitórias e fracassos, além das viagens, baladas e demais momentos especiais de convivência. Também aos “calouros” Fred, Daniel e Virgílio, pela alegre amizade e atenção.

À FAPEMIG, pela bolsa de estudos, viabilizando a realização deste trabalho e a complementação de minha formação.

E muito obrigada à UFLA, em particular ao DAE, pela estrutura física e “intelectual”, ao professor Juvêncio, à Silvia, à Eveline, além dos demais servidores e professores que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste mestrado.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	i
RESUMO.....	ii
ABSTRACT.....	iv
1) INTRODUÇÃO.....	1
2) A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA ALTERNATIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA NA BUSCA DO CONHECIMENTO PRODUZIDO NO COTIDIANO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL.....	6
2.1 Representações sociais como fenômeno.....	7
2.2. Representações sociais como teoria.....	9
2.3 Representações sociais como meta-teoria.....	10
2.4 A linguagem como meio de análise.....	12
2.5 O meio ambiente como uma representação social.....	13
3) A QUESTÃO AMBIENTAL EM UMA EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	16
3.1 A industrialização como promotora do desenvolvimento.....	16
3.2 O mito desenvolvimentista colocado em questão: a emergência da crise ambiental.....	19
3.2.1 <i>Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: alternativas traçadas.....</i>	21
3.2.2 <i>O desenvolvimento sustentável e as limitações do conceito.....</i>	22
4) A QUESTÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DOS REDUCIONISMOS EXISTENTES.....	25
4.1 De 1970 a 1990: reducionismo técnico e as tecnologias de “fim de tubo”.....	26
4.2 Os anos 90 e o reducionismo mercadológico: vantagem competitiva e tecnologias limpas.....	27
4.3 A questão ambiental nas organizações privadas: uma síntese dos reducionismos.....	29

5) A QUESTÃO AMBIENTAL SUBMERSA EM UMA CRISE ÉTICA: CONSIDERAÇÕES BÁSICAS PARA A ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	31
5.1 A questão ambiental submersa em uma crise ética.....	31
5.2 O Antropocentrismo e o domínio do ser humano sobre a natureza.....	32
5.3 O Arcaísmo e sua visão romântica: a volta ao passado em busca do “selvagem bonzinho”.....	34
5.4 A dicotomia ser humano/natureza: considerações sobre o predomínio de representações sociais naturalistas no Brasil.....	35
5.5 O reducionismo tecnicista: um reflexo do predomínio da representação naturalista-antropocêntrica.....	39
5.6 Os processos de sensibilização ambiental em meio ao reducionismo tecnicista.....	42
6) CONSIDERAÇÕES NORTEADORAS PARA A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS GLOBALIZANTES.....	44
6.1 Em busca da perspectiva histórico-social da questão ambiental.....	44
6.2 Empresa ambientalmente correta: o desafio da real conscientização.....	45
6.3 A questão ambiental no cotidiano das pessoas.....	47
7) A QUESTÃO AMBIENTAL NA INDÚSTRIA LATICINISTA: UM DESTAQUE AO SUL DE MINAS GERAIS.....	49
7.1 Os problemas ambientais da indústria de laticínios.....	49
7.2 O Projeto Minas Ambiente como opção para as pequenas e médias empresas no cumprimento das exigências legais.....	51
8) METODOLOGIA.....	54
8.1 Natureza da pesquisa.....	54
8.2 O método do estudo de caso: uma opção pelo multicaso.....	54
8.3 Coleta dos dados e o processo de amostragem.....	55
8.4 Análise dos dados: uma opção pela análise do discurso.....	57
9) RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	59
9.1 As representações sociais dos técnicos: o “Projeto Minas Ambiente” em debate.....	59
9.1.1 <i>A questão ambiental no âmbito setorial: representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios.....</i>	60
9.1.2 <i>O “Projeto Minas Ambiente”: excelente para gerar “tecnologias de fim-de-tubo” e disseminar a representação tecnicista de meio ambiente.....</i>	63

9.2 O Laticínio A e a diferenciação de produtos como vantagem competitiva.....	65
<i>9.2.1 História e mercado de atuação.....</i>	<i>66</i>
<i>9.2.2 Os filhos na administração: breves comentários sobre sua atuação.....</i>	<i>66</i>
<i>9.2.3 Estrutura organizacional e perfil dos funcionários.....</i>	<i>67</i>
<i>9.2.4 Surgimento da questão ambiental.....</i>	<i>68</i>
9.3 Representações sociais dos gestores do laticínio A.....	69
<i>9.3.1 A questão ambiental no âmbito global: representações sociais da crise ambiental e desenvolvimento.....</i>	<i>70</i>
<i>9.3.2 A questão ambiental no âmbito setorial: representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios.....</i>	<i>73</i>
<i>9.3.3 A questão ambiental no âmbito do cotidiano: representações sociais da responsabilidade individual em torno da temática ambiental.....</i>	<i>83</i>
9.4 Representações sociais dos funcionários do laticínio A/fábrica com ETE.....	84
<i>9.4.1 A questão ambiental no âmbito global: representações sociais da crise ambiental e desenvolvimento.....</i>	<i>85</i>
<i>9.4.1.1 Representação antropocêntrica: desenvolvimento em função do bem-estar da humanidade.....</i>	<i>85</i>
<i>9.4.1.2 Representação arcaísta-naturalista: o ser humano é o vilão.....</i>	<i>89</i>
<i>9.4.1.3 Representação globalizante: o ser humano inserido no meio ambiente.....</i>	<i>94</i>
<i>9.4.2 A questão ambiental no âmbito setorial: representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios.....</i>	<i>98</i>
<i>9.4.2.1. Representação legalista: a legislação é fundamental para lidar com os graves problemas ambientais.....</i>	<i>99</i>
<i>9.4.2.2. Representação preventiva: há solução para todos os problemas ambientais da indústria.....</i>	<i>104</i>
<i>9.4.3 A questão ambiental no âmbito do cotidiano: representações sociais da responsabilidade individual em torno da temática ambiental.....</i>	<i>109</i>
9.5 Representações Sociais dos funcionários do laticínio A/fábrica sem ETE.....	115
<i>9.5.1 A questão ambiental no âmbito global: representações sociais da crise ambiental e desenvolvimento.....</i>	<i>115</i>
<i>9.5.2 A questão ambiental no âmbito setorial: representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios.....</i>	<i>117</i>

9.5.3 A questão ambiental no âmbito do cotidiano: representações sociais da responsabilidade individual em torno da temática ambiental.....	121
9.6 Laticínio B: tradição de 50 anos, com muito orgulho.....	123
9.6.1 História e mercado de atuação.....	123
9.6.2 Gestoras por herança: o perfil e a atuação das administradoras.....	125
9.6.3 Estrutura organizacional e perfil dos funcionários.....	125
9.6.4 Surgimento da questão ambiental.....	126
9.7 Representações sociais dos gestores do laticínio B.....	127
9.7.1 A questão ambiental no âmbito global: representações sociais da crise ambiental e desenvolvimento.....	128
9.7.2 A questão ambiental no âmbito setorial: representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios.....	130
9.7.3 A questão ambiental no âmbito do cotidiano: representações sociais da responsabilidade individual em torno da temática ambiental.....	136
9.8 Representações sociais dos funcionários do laticínio B.....	139
9.8.1 A questão ambiental no âmbito global: representações sociais da crise ambiental e desenvolvimento.....	139
9.8.1.1 Representação arcaísta legalista: o ser humano precisa de regras para cuidar do meio ambiente.....	140
9.8.1.2 Representação antropocêntrica forçada: precisamos desmatar e poluir para gerar emprego. Fazer o quê?.....	142
9.8.2 A questão ambiental no âmbito setorial: representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios.....	144
9.8.3 A questão ambiental no âmbito do cotidiano: representações sociais da responsabilidade individual em torno da temática ambiental..	149
9.9 Quadro resumo das representações sociais encontradas: uma análise comparativa.....	153
10) CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
11) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168
ANEXO.....	175

LISTA DE QUADROS

	Página
QUADRO 1 Três níveis de discussão e análise em representações sociais.....	11
QUADRO 2 Marcos referenciais da agenda ambiental internacional.....	24
QUADRO 3 Nível de escolaridade dos funcionários do laticínio A....	73
QUADRO 4 Resumo das representações sociais dos gestores e funcionários dos laticínios A e B.....	165

RESUMO

SOUSA, Carla Regina de. **Dinâmica e gestão ambiental em agroindústrias: uma análise sob a ótica da teoria das representações sociais.** 2003. 176p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.*

Este trabalho tratou da questão ambiental, sob uma perspectiva ética e comportamental. Considerou-se que a essência deste debate está no repensar da própria ética antropocêntrica que guia a humanidade a uma relação individualista com a natureza e com os outros seres humanos. No entanto, são percebidos vários reducionismos na difusão e incorporação deste tema, especialmente em organizações privadas, como os de cunho naturalista, técnico e mercadológico. Diante desta situação, realizou-se um estudo multicaso em dois laticínios do sul de Minas Gerais. Este setor industrial tem sua importância em termos sócio-econômicos, mas a carga poluidora inerente aos seus processos produtivos é alta, o que vem gerando uma crescente rigidez da legislação. Objetivou-se assim desvendar as representações sociais da questão ambiental, no âmbito global, setorial e cotidiano, dos dirigentes e funcionários de ambos os laticínios. Para tanto, a realidade industrial foi analisada por meio de observação não-participante, entrevistas semi-estruturadas e posterior análise dos discursos. Em termos de resultados, viu-se que a questão ambiental foi difundida aos industriais, pelos técnicos do “Projeto Minas Ambiente” – o qual é fruto de parcerias entre universidades, órgãos legisladores e de apoio a pequenas e médias indústrias - sob um reducionismo técnico, gerando posturas reativas à legislação e ao uso de tecnologias. Já nos laticínios propriamente ditos, notou-se, entre os gestores do laticínio A, a presença do que se chamou de “reducionismo mercadológico”. Entre os funcionários, tanto da fábrica com estação de tratamento de efluentes (ETE) quanto daquela sem ETE, encontrou-se, no âmbito setorial, representações que expressam um “reducionismo tecnicista”, originado dos processos de sensibilização recebidos. Isto é refletido no âmbito do cotidiano, onde foram encontradas representações externas, ou seja, a não incorporação das informações recebidas no âmbito global na realidade cotidiana das pessoas. No laticínio B, as falas dos gestores e funcionários revelaram uma forte insatisfação com a legislação. No entanto, os fiscais ainda são a maior fonte de informações sobre os problemas ambientais do laticínio, o que influencia na construção de representações tecnicistas de meio ambiente. Como um todo, viu-se que a presença de uma ETE em uma fábrica não gera a total incorporação da

*Orientador: Robson Amâncio - UFLA

questão ambiental no âmbito organizacional, tampouco no cotidiano dos membros da empresa. Tal presença, assim como a de fiscais exigindo mudanças, influencia simplesmente na formação de representações sociais de cunho tecnicista em relação ao meio ambiente. São necessários então processos de sensibilização que, antes de tudo, busquem o que os sujeitos já construíram em termos de conhecimento, ou seja, suas representações sociais da questão ambiental, a fim de que esta seja tratada em sua essência e complexidade.

ABSTRACT

SOUSA, Carla Regina de. **Dynamic and environmental management in agroindustries: an analysis under the optics of the social representations theory.** 2003. 176p. (Dissertation - Master Degree in Management) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.*

This work concerns about the environmental subject, under an ethical and behavioral perspective. It was considered that the essence of this debate is in a new thinking of the anthropocentric ethic that guides humans to an individualistic relationship with the nature and the human beings. However, several reductionisms are noticed in the diffusion and incorporation of the theme, like those that refer to a naturalistic, technical and market stamp, especially in private organizations. Facing this situation, a multicase study was performed in two dairy industries in the south of Minas Gerais. This industrial sector has a great importance in socio-economical terms but the inherent polluted loan to its productive processes is high, what is generating a growing rigidity of the legislation. Therefore, the work intended to unmask the managers and workers' social representations of the environmental subject, in global, sectorial and daily aspects; so the industrial realities was analyzed by means of non-participant observation, semi-structured interviews and posterior analysis of the speeches. In terms of results, it was seen that the environmental subject was diffused to the managers by the technicians of the "Minas Ambiente Project" – which is a result of partnerships among universities, legislators and support organs for the small and medium industries - under a technical reductionism. This fact generates reactive postures to the legislation and the use of technologies. In the dairy industries properly said, it was noticed, among the managers of the dairy industry A, the presence of what was called "market reductionism". Among the employees, in the factory with effluents treatment station (ETS), also in the one without ETS, there were found, in the sectorial aspect, representations that express a technical reductionism, coming from the sensitization processes received. This is reflected in the daily aspect, where there were found external representations, that is, the non-incorporation of the information received in a global aspect in the people's daily reality. In the dairy industry B, the managers and employees' speeches revealed a strong dissatisfaction with the legislation. Therefore, the inspectors are yet the major source of information about the environmental problems of the dairy industry, what influences in the construction of technical social representations about the

* Advisor: Robson Amâncio - UFLA

environment. In the whole vision, it was seen that the presence of a ETS in a factory doesn't generate the total incorporation of the environmental subject in the organization, and neither in the daily routine of the organization's members. This presence, as well as that of the inspectors demanding changes, only influences in the formation of technical social representations of environment. Thus, it becomes necessary sensitization processes that, before everything, search what the subjects built in terms of knowledge, that is, their social representations of the environmental subject, so that it can be treated considering its essence and complexity.

1) INTRODUÇÃO

“A emergência da questão ambiental, principalmente por se vislumbrar a possibilidade efetiva da falta de meios que garantam o consumo cada vez maior dos recursos escassos da biosfera; o comprometimento da capacidade de suporte da terra que obriga repensar os estilos de desenvolvimento numa perspectiva menos degradante e mais eqüitativa (...); o comprometimento da biodiversidade pela rápida extinção de espécies; a pobreza, a fome, as guerras, a hegemonia e a arrogância dos poderosos no processo de globalização; obrigam-nos, cada vez mais, repensar os conceitos de ética, de vida, de consumo, de bem-estar e de felicidade” (Oliveira, 2000: 81).

Muito se tem lido, ouvido, falado, discutido, refletido sobre a “questão ambiental” ou “temática ambiental”. É inegável a presença de uma crise que assola o planeta, cujo maior reflexo está na degradação ambiental, na mudança climática, na extinção de espécies e em tantos outros fatores que comprometem a qualidade de vida de um povo. Entretanto, quando se considera este tema, mais do que definir meio ambiente como sinônimo de natureza, há que se incorporar as relações do próprio ser humano com o meio natural e social ao seu redor. Pode-se destacar que aí, no centro destas relações, está a essência da questão ambiental.

Considerações neste sentido têm sofrido um processo evolutivo até chegar nos dias atuais, em que a questão ambiental é amplamente discutida. Sabe-se que no Brasil a discussão tomou peso em meados dos anos 1970, como fruto de questionamentos, em âmbito mundial, sobre o tipo de desenvolvimento até então defendido. Ao longo de quase todo o processo de industrialização

brasileiro, financiado pelo Estado e pelo capital estrangeiro, desconsideravam-se os impactos da implantação de tecnologias obsoletas e altamente poluentes nos processos produtivos. Além disso, o fato de os recursos naturais serem vistos como abundantes também agravavam a noção de que cuidar do meio ambiente era algo contrário ao desenvolvimento do país.

Após importantes debates internacionais, o termo Desenvolvimento Sustentável foi cunhado como uma alternativa aos modelos “insustentáveis” de desenvolvimento. Neste contexto, dentre aqueles que mais defendem o desenvolvimento sustentável estão as organizações privadas, que se vêem cada vez mais pressionadas para incorporar a questão ambiental em sua realidade. Com seu papel sócio-econômico colocado em debate, estas organizações têm seu ambiente interno influenciado de diferentes maneiras. De simples implantações de filtros antipoluentes, no sentido de cumprir a legislação, até mudanças de representações sociais e valores capazes de conduzir ao questionamento dos próprios hábitos e comportamentos, vários são os efeitos desta incorporação.

No entanto, embora se saiba que a essência do debate ambiental está justamente no repensar da própria ética antropocêntrica que guia a humanidade a uma relação individualista com a natureza e com os outros seres humanos, a introdução deste debate em organizações privadas tem sido, em boa parte das vezes, reduzida à resolução de problemas técnicos ou à utilização das ações ambientais como instrumento de marketing, servindo como uma vantagem competitiva frente à concorrência.

Neste sentido, são percebidos vários reducionismos em torno da questão ambiental, em particular aqueles de cunho naturalista, técnico e mercadológico. O destaque é dado à predominância da representação antropocêntrico-naturalista no Brasil, em que meio ambiente é essencialmente reduzido à natureza, estando o ser humano no centro do universo.

Diante desta situação, realizou-se um estudo multicaso em dois laticínios do sul de Minas Gerais. Além da importância deste setor industrial nas economias local, regional e nacional, a legislação reguladora de suas atividades caracteriza-se por uma crescente rigidez, devido à carga poluidora inerente aos processos produtivos desta atividade industrial.

O primeiro laticínio é de porte médio, porém, atua em um mercado seletivo e empreende um conjunto de ações concretas (estação de tratamento de efluentes, parceria com uma fundação ambientalista para coleta e comercialização dos resíduos sólidos, doação de subprodutos como o soro de leite para alimentação animal), buscando incorporar a questão ambiental ao sistema de gestão da empresa. Tais ações são usadas como instrumento de marketing institucional. O segundo é de porte menor, com produtos tradicionais e adota poucas ações no sentido de introduzir a questão ambiental ao seu sistema de gestão.

Considerando as duas indústrias como unidades de análise, o objetivo geral foi desvendar as representações sociais dos dirigentes e funcionários dos laticínios sobre a questão ambiental. Especificamente pretendeu-se:

- a) verificar quais são as representações sociais dos dirigentes e funcionários dos laticínios sobre o meio ambiente e se os mesmos percebem alguma crise ambiental;
- b) verificar os conhecimentos gerados em torno dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva de um laticínio entre os gestores e funcionários;
- c) detectar as representações sociais sobre a responsabilidade individual em torno da temática ambiental;
- d) comparar as representações sociais encontradas, no âmbito global, setorial e cotidiano entre os atores dos dois laticínios, a fim de analisar a

influência de ações organizacionais de cunho ambiental na formação destas representações.

O referencial teórico para a pesquisa foi a Teoria das Representações Sociais. A opção por uma teoria originada da Psicologia Social deu-se pela busca de uma maior abrangência analítica.

Acredita-se que a pesquisa pode contribuir para ampliar os estudos de âmbito simbólico e comportamental sobre os efeitos, tanto de exigências legais quanto das pressões da sociedade nas realidades industriais. Diante de um estudo multicaso, foram feitas análises de ambientes internos e externos distintos. Os dados, devidamente coletados e analisados, podem apresentar-se como um arcabouço de informações para melhores planejamentos de trabalhos de sensibilização ambiental, uma vez que *“(...) as medidas a serem adotadas para o enfrentamento da problemática ambiental dependem essencialmente de como as questões ambientais são compreendidas”* (Moraes et al., 2000: 84).

Para fins de apresentação da estrutura do trabalho, o capítulo dois trata da teoria das representações sociais como uma alternativa teórico-metodológica na busca do conhecimento produzido no cotidiano sobre a questão ambiental.

O terceiro capítulo faz uma análise histórica sobre as concepções de desenvolvimento e meio ambiente, a fim de servir de contexto para um maior entendimento sobre a emergência da questão ambiental no âmbito global. Além disso, traz considerações sobre as limitações do termo desenvolvimento sustentável.

O quarto capítulo mostra a evolução histórica da incorporação da questão ambiental em empresas privadas, dando ênfase nos reducionismos técnico e mercadológico aí presentes. O capítulo seguinte mostra a temática ambiental atrelada a discussões sobre ética, o que dá bases para uma compreensão mais aprofundada dos reducionismos citados.

Já o capítulo seis apresenta noções que podem nortear processos de sensibilização ambiental em organizações privadas, a fim de que sejam construídas representações sociais globalizantes de meio ambiente.

Em seguida, esta discussão fica específica ao setor de laticínios, à medida que o capítulo sete descreve os principais problemas ambientais gerados pelo processo produtivo em questão, as exigências e as medidas até então tomadas.

O capítulo seguinte traz as considerações metodológicas da pesquisa realizada nos dois laticínios. Os resultados estão no capítulo nove, sendo inicialmente expostas as análises das representações sociais de dois técnicos ligados ao Projeto Minas Ambiente, responsável pelo trabalho de introdução da questão ambiental em grande parte dos laticínios em Minas Gerais.

Após a análise de como “meio ambiente” foi difundido pelos técnicos, são apresentados os dois laticínios propriamente ditos. Em um primeiro momento está o “Laticínio A”, sua história, estrutura física, mercado de atuação e um breve histórico de como a questão ambiental chegou à organização. Em seguida, estão as análises das representações sociais encontradas em meio aos discursos dos entrevistados (gestores e funcionários), sobre a questão ambiental, no âmbito global, setorial e cotidiano. Inicialmente, está o que se encontrou na fábrica que possui uma estação de tratamento de efluentes (ETE) e em seguida os resultados da fábrica sem ETE. Após, é apresentado o “Laticínio B”, sua história, estrutura e a análise das representações sociais encontradas nas falas dos entrevistados.

Este capítulo ainda traz um quadro comparativo entre os dois laticínios, ao serem analisadas as representações sociais encontradas nas duas realidades distintas. A partir daí foi possível chegar-se às considerações finais, que estão no capítulo dez.

2) A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA ALTERNATIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA NA BUSCA DO CONHECIMENTO PRODUZIDO NO COTIDIANO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

Neste capítulo são apresentadas considerações sobre a Teoria das Representações Sociais, que é a base teórica deste trabalho, partindo do pressuposto de que meio ambiente é uma representação social.

Buscando o conhecimento produzido fora do meio científico, ou seja, aquele que é gerado em meio ao cotidiano das pessoas, foi desenvolvida a Teoria das Representações Sociais. A mesma insere-se entre as vertentes que estudam o conhecimento do senso comum ou conhecimento prático (Spink, 1995).

O primeiro cientista social a usar o termo “representação social” foi Serge Moscovici, em 1961. Pode-se dizer que esta abordagem teórica é uma forma sociológica da Psicologia Social, tendo como objeto de estudo as representações sociais, presentes tanto no mundo como na mente das pessoas (Spink, 1995; Bergmann, 1998).

Moscovici pretendeu, com a teoria, substituir os conceitos até então utilizados de “opiniões” e “imagens”, por considerá-los muito estáticos e descritivos. Assim, entendeu que o indivíduo é um agente de mudança, bem como um produto da sociedade na qual está inserido (Farr, 1995). Além disso, a partir da leitura de Piaget, Moscovici passou a analisar a representação não apenas como uma noção, mas uma idéia teórica (Moscovici, 2000).

No entanto, Guareschi (1996) destaca que desde que esta noção foi apresentada no corpo de um trabalho científico, há pouco mais de três décadas, ela vem sendo discutida, criticada, rejeitada, reformulada e empregada em várias investigações científicas. Assim faz-se necessário traçar algumas distinções que podem ser úteis no esclarecimento de dúvidas a respeito dos níveis e aspectos das representações sociais. Guareschi (1996), citando Da Rosa (1994), distingue

três níveis de discussão e análise em representações sociais, como pode ser visto no Quadro 1.

QUADRO 1 Três níveis de discussão e análise em representações sociais

Nível fenomenológico	Modos de conhecimento, saberes do senso comum, explicações populares etc.
Nível teórico	Conceitos, construtos, generalizações, proposições referentes às representações sociais.
Nível meta-teórico	Crítica aos postulados e pressupostos teóricos e epistemológicos.

Fonte: adaptado de Guareschi (1996: 11)

Nesta dissertação, as representações sociais foram consideradas e analisadas como fenômeno, porém achou-se válido tecer considerações sobre os três níveis citados. Estes estão divididos em subtítulos, conforme apresentados no Quadro 1.

2.1 Representações sociais como fenômeno

É válido iniciar estas considerações chamando a atenção para Moscovici (2000), quando alerta para a diferença básica entre as representações coletivas durkheimianas e as representações sociais. No contexto de Durkheim, as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais e tipos de idéia, emoção ou crença, que ocorriam em uma comunidade.

A distinção básica é que, enquanto as representações coletivas referiam-se a uma classe geral de idéias e crenças (ciência, mito, religião etc.), as representações sociais são fenômenos específicos, relacionados a um modo particular de compreender e de se comunicar, o qual cria tanto a realidade como o senso comum. Enfatizando essa distinção, Moscovici passou a usar o termo “social” em vez de “coletivo” (Moscovici, 2000).

Segundo o autor, o uso do termo “social” quer dizer uma idéia ou conceito que tem um sentido teórico e é baseado na demonstração de que o conhecimento ou pensamento é necessariamente social. Representações sociais, na perspectiva das Ciências Sociais, são categorias de pensamento que explicam, justificam ou questionam a realidade em que surgiram (Minayo, 1995). Ressalta-se, entretanto, que assim como o social é mais do que um agregado de indivíduos, as representações sociais não são um agregado de representações individuais (Jovchelovitch, 1995).

Reconhece-se que as representações sociais manifestam-se em palavras, sentimentos e condutas; podem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e comportamentos sociais, pelo fato de institucionalizarem-se. São frutos da vivência de contradições presentes no dia-a-dia dos grupos sociais; a realidade vivida é também representada e por meio dela os atores sociais movem-se, constroem sua vida, explicando-a conforme seu estoque de conhecimentos (Minayo, 1995).

“Podem até ser elaboradas por ideólogos e filósofos de uma época, mas perpassam o conjunto da sociedade ou de determinado grupo social, como algo anterior e habitual, que se reproduz a partir das estruturas e das próprias categorias de pensamento do coletivo ou dos grupos” (Minayo, 1995: 109).

Conforme esta autora, as representações sociais podem ser entendidas como uma mistura das idéias das elites, das grandes massas e das filosofias correntes, expressando as contradições vividas entre as relações sociais de produção. No entanto, elas não devem ser tomadas como verdades científicas, em que a realidade seria reduzida à concepção que os homens fazem dela.

Wagner (1995) completa que, ao mesmo tempo em que são concebidas como um processo social que envolve comunicação e discursos, no qual são construídos e elaborados significados e objetos sociais, por outro lado são

estruturas individuais de conhecimento, símbolos e afetos das pessoas inseridas em grupos ou sociedades.

As representações sociais aparecem como um fenômeno, cujo estudo é imprescindível, pois pode explicar ou fazer compreender, de um modo global e coerente, as razões pelas quais as pessoas fazem o que realmente fazem. Os estudos empíricos realizados na tentativa de descobrir, descrever e analisar tais fenômenos são numerosos e variados. Porém, não ficam somente na tentativa de descrição, análise e compreensão do objeto, mas trazem contribuições teórico-metodológicas (Guareschi, 1996), o que é mais detalhado a seguir.

2.2 Representações sociais como teoria

Conforme Guareschi (1996), diante do fato de Moscovici não ter elaborado um conceito propriamente dito para representações sociais, Jodelet arriscou-se a fazê-lo, constatando diversos elementos ligados a tal. Nas palavras de Guareschi (1996),

“(...) ele é um conceito dinâmico, possui uma dimensão histórica e transformadora; junta aspectos culturais, cognitivos e valorativos, isto é, ideológicos; está presente nos meios e nas mentes, isto é, ele se constitui numa realidade presente nos objetos e nos sujeitos; é um conceito sempre relacional, e por isso mesmo social” (Guareschi, 1996: 16-17).

As representações fabricadas pelos indivíduos, seja de uma teoria científica, de uma nação ou de um objeto, são sempre o resultado de um esforço que visa tornar comum e real algo que é incomum (não-familiar).

Segundo Jovchelovitch (1998), a teoria das representações sociais versa sobre a produção dos saberes sociais, centrando-se na análise da construção e transformação do conhecimento social; mesmo referindo-se a qualquer saber, a teoria está ligada especialmente aos saberes produzidos no cotidiano. A base é que um saber científico, ao circular pelo tecido social para muito além de sua fonte

original, transforma-se, na mesma medida em que muda os sujeitos que o apropriam.

Em Durkheim, Moscovici buscou a noção de representações coletivas, colocando o conceito em movimento. Buscou-se saber como uma mentalidade coletiva se modifica na fluidez e maleabilidade das formas sociais contemporâneas. De Freud o autor trouxe a afirmação de que os processos inconscientes determinam a produção dos saberes sociais. De Piaget e Vigotsky vieram a demonstração de que a criança desenvolve a capacidade de re-presentar o mundo e a si própria na relação concreta com este mundo. Resgatou-se o entendimento de que o saber social é simbólico, sendo produto da ação e da comunicação (Jovchelovitch, 1998). Assim,

“a representação é uma ação simbólica de um sujeito em relação com um mundo que nunca é completamente dado e nunca é completamente aberto, que ao mesmo tempo que lhe precede e o institui enquanto sujeito, vai se instituindo e se transformando enquanto um produto da ação humana” (Jovchelovitch, 1998: 59).

Esta autora faz referência a Jodelet, com as perguntas centrais da investigação em representações sociais: *“quem sabe, e de que lugar eles sabem? O que sabem e sobre quem eles sabem? Quais as conseqüências do que sabem?”* Busca-se entender e analisar o que imagens, enunciados, costumes, atos, entre outros, significam para os que os praticam (Jovchelovitch, 1998: 62).

2.3 Representações sociais como meta-teoria

De acordo com Guareschi (1996), esta discussão é a que mais tem ocupado os escritos sobre representações sociais. Sabe-se que o conceito passou por uma evolução até ser concebido como apresentado acima.

Minayo (1995) demonstra como o tema das representações é abordado por diversos autores das ciências sociais.

Como já visto, a referência inicial foi Durkheim, em que, sob uma visão positivista e de extrema objetividade, as sociedades agem sobre as idéias dos indivíduos independente da sua vontade. A noção era de que os fatos sociais são independentes da existência humana e externos à consciência individual. Nas palavras do autor, os fatos sociais são *“maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem”* (Durkheim, 1987: 3). São como que moldes dentro dos quais as pessoas devem plasmar suas ações e mesmo que os indivíduos tentassem escapar, *“a oposição encontrada seria suficiente para nos advertir de que estamos em presença de algo que não depende de nós”*(Durkheim, 1987: 25).

Já Weber contribuiu ao mostrar a vida social carregada de significação cultural, dada tanto pela base material quanto pelas idéias.

“(...) Weber chama a atenção, de um lado, para a importância de se pesquisar as idéias como parte da realidade social e, de outro, para a necessidade de se compreender a que instâncias do social determinado fato deve sua maior dependência. Porém, a base de seu raciocínio é de que, em qualquer caso, a ação humana é significativa, e assim deve ser investigada” (Minayo, 1995: 94).

Já a fenomenologia, a partir do termo “senso comum”, elaborado particularmente por Alfred Schutz, considera a existência cotidiana dotada de significados que são selecionados por meio de representações do senso comum. A contribuição deste autor se destaca na operacionalização da pesquisa social qualitativa, por meio da aproximação com os atores sociais no trabalho de campo, sendo estes vistos como portadores de uma história pessoal e um significado grupal (Minayo, 1995).

A possibilidade de interpretação do papel das representações sociais é também identificada na dialética marxista, particularmente em “A ideologia alemã”. Sob tal perspectiva, Marx reconhece que a produção das idéias, das

representações e da consciência está diretamente ligada com a atividade material e com o intercâmbio entre os homens, como a linguagem. O determinismo mecânico da base material sobre a consciência é relativizado, considerando-se as contradições existentes entre as forças de produção, o estado social e as idéias (Minayo, 1995).

Gramsci, por sua vez, contribui ao mostrar que cada grupo social tem seu próprio conformismo e ilusão, além de diferentes concepções do mundo. Assim, o conceito de representações sociais em Gramsci diz respeito a *“uma combinação específica das idéias que povoam o universo de determinada época e que contêm elementos de tradição e de mudança”* (Minayo, 1995: 102).

Já Luckács utiliza-se da noção de “visão de mundo”, ou seja, o conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo ou mais freqüentemente de uma classe social, opondo-as a outros grupos. Como outros autores da escola marxista, Luckács reconhece a base material como denominador comum das representações sociais (Minayo, 1995).

Diante destas várias influências, o conceito mostra que as representações sociais não devem ser mais consideradas como uma réplica do mundo ou como um reflexo dele, uma vez que os indivíduos possuem muitos modos de pensar e representar; estes formam novas representações a partir das anteriores ou contra elas (Moscovici, 2000).

2.4 A linguagem como meio de análise

Minayo (1995) e Jovchelovitch (1995) afirmam que a linguagem oferece meios para a compreensão das representações sociais, já que estas manifestam-se também nas palavras; os processos que as engendram estão presentes em práticas de comunicação, como o diálogo e o discurso. Dessa forma, as representações sociais podem e devem ser analisadas mediante o estudo das estruturas e dos comportamentos sociais, cuja compreensão ocorre por meio da

interpretação da linguagem articulada pelos discursos socialmente construídos.

Por esse motivo, no processo de análise das representações sociais não é o indivíduo isolado que é tomado em consideração, mas a exteriorização de suas manifestações na realidade social em que está inserido. As representações sociais devem ser analisadas no contexto de sua produção, já que são manifestadas por meio de palavras, sentimentos e condutas, posteriormente institucionalizados (Spink, 1995). As condições concretas em que os sujeitos sociais se encontram são o espaço para as experiências dentro das quais novos saberes podem ser construídos e internalizados juntamente a um estoque prévio do senso comum (Wagner, 1995).

Assim, as representações sociais e a análise de discurso são semelhantes, pelo fato de ambas interessam-se pela linguagem e pela crítica à ciência individualista e positivista (Moscovici, 2000). Porém, maiores detalhes neste sentido estão nas considerações metodológicas desta dissertação.

2.5 O meio ambiente como uma representação social

Tendo como referência Coimbra (1985: 21), meio ambiente pode ser entendido como um “*conjunto amplo de realidades físicas em que os indivíduos e as comunidades estão imersos.*” O autor, mostrando a diferença entre habitat e ecossistema, define o primeiro como o lugar em que uma espécie cumpre suas funções biológicas, ou melhor, o complexo ambiental que uma certa espécie ocupa. Já ecossistema é um complexo físico-biológico controlado, dinâmico e cambiante, pois sempre que se altera sua composição quali-quantitativa, é formado outro ecossistema, ou melhor, quando um ecossistema é rompido, outro tem início.

Pizza Júnior (1991), por sua vez, define o meio ambiente como a integração de tudo o que constitui o planeta, ou seja, as coisas, pessoas e seres de todo o tipo.

Reigota (2001), ao dialogar com algumas definições científicas sobre meio ambiente, vindas de ecólogos, geógrafos, psicólogos, entre outros, conclui que as definições encontradas indicam a ausência de um consenso sobre meio ambiente no meio científico, o que o leva a inferir que o mesmo deve ocorrer fora da comunidade acadêmica. *“Por seu caráter difuso e variado considero então a noção de meio ambiente uma representação social”* (Reigota, 2001: 14).

O autor acredita que as representações sociais mostram os conceitos científicos da maneira como foram aprendidos e internalizados pelos indivíduos. Isso demonstra a co-existência de uma diversidade de representações acerca do meio ambiente, sobre o qual percebe-se uma multiplicidade de significados, de acordo com o meio social em que as representações são apreendidas e analisadas. Isso se dá pelo fato dos indivíduos compreenderem o conceito “meio ambiente” partindo de uma perspectiva subjetiva.

Reigota (2001) expressa sua própria definição de meio ambiente:

“O lugar determinado ou percebido onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído” (Reigota, 2001:14).

A definição é clara ao enfatizar o termo “percebido” pois, segundo o autor, o meio ambiente é delimitado em função das representações sociais, conhecimentos e experiências cotidianas em um espaço e tempo definidos.

A partir de então nota-se que as representações sociais traduzem as informações veiculadas na vida social, seja por meio dos cientistas, da legislação, da mídia ou de discussões no ambiente de trabalho (quando estas existem), em conhecimento prático e popular; equivalem a um conjunto de princípios por meio dos quais os grupos compreendem e transformam sua realidade, em processos interativos e compartilhados (Reigota, 2001).

Partindo-se da noção de que a essência do que se chama “questão ambiental” incorpora as relações do próprio ser humano com o meio natural e social ao seu redor (Brügger, 1999), muitas discussões podem ser feitas, em especial no sentido de analisar a existência de representações sociais predominantes sobre este objeto – a questão ambiental.

Considerações deste tipo merecem uma análise mais aprofundada que tenta mostrar os motivos para tal predomínio. Os próximos capítulos vêm como uma destas tentativas, a partir do momento em que é feito um resgate histórico, que por sua vez mostra-se essencial no processo de entendimento da construção do imaginário social sobre a questão ambiental. Além disso, a crise ambiental, em um sentido geral, é vista sob uma perspectiva ética, o que dá bases teóricas mais consistentes na análise sobre a existência e o predomínio de representações naturalistas e tecnicistas de meio ambiente.

3) A QUESTÃO AMBIENTAL EM UMA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Neste capítulo discute-se como a questão ambiental tomou importância nas discussões contemporâneas, enfatizando as noções construídas e difundidas sobre meio ambiente e desenvolvimento.

3.1 A industrialização como promotora do desenvolvimento

Inicialmente é válido lembrar que a chegada de Cristóvão Colombo no continente latino-americano foi um dos marcos iniciais da modernidade européia. Tais viagens são consideradas como uma aposta feita na técnica e no conhecimento acumulado em termos de náutica e cartografia, além da idéia que se tinha a respeito das possibilidades de domínio da natureza pelo homem. Com isso, os recursos naturais condicionaram o período de colonização do continente, deixando como herança a noção de desenvolvimento econômico baseado na monocultura agrícola até o esgotamento ou extinção de tais recursos (Reigota, 2001). Segundo Pádua (2001), diante da expansão européia no século XVI, desenvolveu-se uma economia voltada para o mercado de maior alcance, o que gerou grande impacto na natureza.

Reigota (2001) acrescenta que

“o modelo dos colonizadores permaneceu, mesmo após a independência política. Eles foram substituídos, principalmente a partir do início do século XX, pelos americanos, e as multinacionais, aliadas à elite cultural e econômica do continente” (Reigota, 2001: 48).

A partir daí é nítido que a problemática ambiental remete obrigatoriamente a considerações sobre a história e a cultura latino-americana, bem como sobre a formação social, econômica e política deste povo (Reigota, 2001). Assim, é essencial considerar acontecimentos relevantes no processo de

desenvolvimento, a partir dos anos 1950 no mundo, que fornecem maiores bases para perceber como a questão ambiental vem sendo concebida, com destaque no Brasil.

O fato é que após a Revolução Industrial iniciou-se um intenso processo de aumento da produção em massa de alimentos e um conseqüente crescimento da industrialização. Porém, a partir de 1950, com o processo de transnacionalização do capital, as multinacionais começaram a ser bem acolhidas nos países “subdesenvolvidos”, já que estes entendiam ser necessário industrializar-se para alcançar o mesmo padrão dos países desenvolvidos (Hobsbawn, 1995).

No Brasil, com a Revolução de 1930, foi priorizada a industrialização, conciliando os interesses do latifúndio agrário e do capital estrangeiro. Entendia-se que o país estava no estágio atrasado do capitalismo, por isso o Estado deveria intervir, dirigindo o processo de industrialização. Contudo, em vez de ocupar um importante espaço econômico nacional, o Brasil importava máquinas obsoletas e de segunda mão das indústrias norte-americanas, além de esbanjar os recursos acumulados. Com isso, *“o país vai deixar a porta aberta à entrada de interesses e grupo externos em ramos decisivos da indústria, que, cada vez mais, passará a evoluir a reboque do capital internacional”* (Brum, 1995: 89).

Assim, as grandes empresas estrangeiras, por meio de subsidiárias, estabeleceram-se preferencialmente nos setores industriais de bens de consumo duráveis, mais rentáveis e dinâmicos. Cita-se neste período o governo de Juscelino Kubsticheck, com destaque ao *desenvolvimentismo*, entendido como

“um modelo de desenvolvimento voltado centralmente para a realização de um crescimento econômico acelerado, acima dos padrões históricos tradicionais, com o objetivo de encurtar a distância em relação aos países considerados desenvolvidos, lançando mão, para tanto, em grau elevado, de recursos adicionais, extraídos compulsoriamente da sociedade ou

buscados no exterior, e tendo o Estado como principal agente indutor e impulsionador do processo, quer sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos através do planejamento, quer investindo diretamente em setores fundamentais como infra-estrutura e indústria básica” (Brum, 1995: 95).

Neste período o Estado concedeu vantagens, isenções e privilégios às empresas estrangeiras, permitindo que importassem, das respectivas matrizes, máquinas e equipamentos obsoletos; estes eram valorizados como se fossem novos, sem cobertura cambial, o que era negado às empresas brasileiras.

Predominava a visão linear e simplista. O subdesenvolvimento era considerado um atraso resultante de um ritmo mais lento de crescimento econômico linear e não fruto de uma estrutura econômica mundial de exploração (Brum, 1995; Layrargues, 1998).

Assim, segundo Layrargues (1998: 129), *“as nações do terceiro mundo assumiram um tipo de desenvolvimento mimético, negando suas especificidades culturais e regionais”*. A melhor estratégia de aumento do padrão de vida do terceiro mundo seria obter o maior índice de crescimento econômico possível, para conseqüentemente ocorrer o escoamento financeiro a toda população. A premissa básica era *“fazer crescer o bolo para depois dividi-lo”*.

Contudo, muito mais do que uma conseqüência histórica, o *“subdesenvolvimento”* é fruto da formação capitalista como um todo, bem como da divisão internacional do trabalho; além disso, deve-se considerar a posição do Estado e das elites internas destes países, cujo maior interesse era a manutenção do *status quo*. Conclui-se, assim, que a *“teoria do subdesenvolvimento”* pautava-se em números, índices e abstrações, servindo de fundamento ideológico para o período populista, influenciando os períodos posteriores da história político-econômica brasileira (Oliveira, 1998).

Além dos questionamentos do ponto de vista teórico, fatos reais começaram a contribuir para incrementar as críticas ao modelo de desenvolvimento dito “convencional”. Tais fatos são aqueles diretamente ligados à questão ambiental, de modo particular, aos efeitos predatórios gerados pelo tipo de relação que o ser humano, em suas atividades urbano-industriais, tinha até então com os recursos naturais em geral.

3.2 O mito desenvolvimentista colocado em questão: a emergência da crise ambiental

Um sério subproduto da transnacionalização do capital, bem como do ímpeto pela industrialização sem fronteiras, foi a poluição e a deterioração ambiental. Especialmente no Brasil, a população sempre se orgulhou de possuir fronteiras extensas e horizontes amplos, devido, especialmente ao processo de desenvolvimento do país, orientado pela auto-imagem de potencial ilimitado (Hobsbawn, 1995; May, 1998).

No entanto, a imagem de devastação, seja de sistemas naturais em si ou de camadas de população de baixa renda, gerou a necessidade de políticas emergentes e corretivas. Uma nova contextualização do próprio conceito de desenvolvimento fez-se necessária; as teorias econômicas, que até então haviam orientado os processos de desenvolvimento, mostraram-se insuficientes, devido à complexidade crescente da sociedade contemporânea (Ferreira & Ferreira, 1992).

A modernização tardia, ainda que modernizasse alguns setores da economia, seria incapaz de oferecer um modelo de desenvolvimento equilibrado à sociedade (Brüseke, 1998). Percebeu-se, ao contrário, que *“um quarto de século de crescimento econômico não bastou para resolver os problemas sociais dos países ocidentais e muito menos para eliminar a miséria no terceiro mundo”* (Layrargues, 1998: 135).

Tendo por pano de fundo os questionamentos sobre os processos de desenvolvimento baseados somente na industrialização, vários acontecimentos deram-se no mundo. O resumo dos mesmos está no Quadro 2.

QUADRO 2 Marcos referenciais da agenda ambiental internacional

Época	Acontecimento	Características
Após a 2ª Guerra Mundial	Explosões atômicas e uma série de acidentes ambientais.	Geração de uma grande mobilização social em defesa do meio ambiente.
Anos 60	Criação de vários grupos e ONGs ambientalistas. Publicação do livro "Primavera Silenciosa" em 1962.	Aparição da questão ambiental no campo científico. O livro divulgou a contaminação do meio ambiente por resíduos tóxicos decorrentes do uso de pesticidas químicos.
1970	Composição do Clube de Roma e posterior publicação do relatório The Limits of Growth ("Limites do Crescimento")	Previsão do esgotamento dos recursos renováveis e não renováveis, dados o modelo de crescimento, o padrão tecnológico e a demanda internacional.
1972	Conferência de Estocolmo (primeira reunião da comunidade internacional para discutir meio ambiente e desenvolvimento).	Aparição da questão ambiental no campo político; criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
1977	Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental - Tbilisi, Geórgia (ex-URSS).	É destacada a necessidade de uma consciência a respeito da interdependência econômica, política e ambiental no mundo contemporâneo.
1987	Relatório "Nosso Futuro Comum", como resultado das discussões da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento.	Difusão do conceito Desenvolvimento Sustentável; destaque à interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, chamando a atenção para uma nova postura ética.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) – Rio de Janeiro, Brasil.	Consolidação do conceito Desenvolvimento Sustentável; criação da Agenda 21, visando pôr em prática o desenvolvimento sustentável no planeta, por meio da cooperação internacional.
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) – Joanesburgo, África do Sul.	Avaliação dos resultados da Rio-92; divulgação do documento "Plano de Implementação", que visa alcançar a erradicação da pobreza, a mudança nos padrões insustentáveis de produção e consumo e a proteção dos recursos naturais

Fontes: Grün (1996); Leis & D'Amato (1998); Naves (2000); Amâncio (2000); Mata et al. (1998); Kitamura (1994); Rio+10 (2002); Bruseke (1998).

Após esta série de discussões no âmbito mundial, algumas noções alternativas de desenvolvimento foram apresentadas.

3.2.1 Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: alternativas traçadas

Em 1973, Maurice Strong usou pela primeira vez o termo “ecodesenvolvimento”, concebendo uma política alternativa de desenvolvimento. Buscou-se definir um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do terceiro mundo, por meio da utilização dos recursos locais e da sabedoria tradicional camponesa. Porém, com a declaração de Cocoyoc, em 1974, interpretou-se que não somente as zonas rurais, mas também as cidades do terceiro mundo, devem ser consideradas no conceito de ecodesenvolvimento (Layrargues, 1998).

Tendo esta noção, Ignacy Sachs formulou os princípios básicos, integrando seis aspectos: i) a satisfação das necessidades básicas, ii) a solidariedade com as gerações futuras, iii) a participação da população envolvida, iv) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral, v) a elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas e vi) programas de educação. Além disso, a concepção de ecodesenvolvimento abrange uma crítica à modernização industrial como método de desenvolvimento das regiões periféricas (Brüseke, 1998: 31). Tal orientação propõe estratégias socioeconômicas e espaciais diversificadas, associadas às realidades locais, integrando o planejamento econômico e o espacial. Exige também um reequilíbrio entre os poderes e os papéis da sociedade civil local, regional e nacional (Amâncio, 2000).

A partir de tais noções, foram construídas bases para a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável. Este prima pela satisfação das necessidades do presente, sem comprometer as futuras gerações na satisfação

das suas. Tal conceito é a essência do Relatório Brundtland, que partiu de uma visão complexa das causas dos problemas sócio-econômicos e ambientais da sociedade, sublinhando a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, chamando a atenção para uma nova postura ética (Brüseke, 1998).

Guimarães (1997) mostra que este conceito assume importância quando os centros de poder mundial declaram a falência do Estado, propondo o mercado como substituto da regulação e do planejamento governamental, considerados inadequados para impulsionar um país rumo ao desenvolvimento. Contudo, algumas limitações são presentes em tal definição.

3.2.2 O desenvolvimento sustentável e as limitações do conceito

Ainda que o Relatório Brundtland defina o nível mínimo de consumo, considerando as necessidades básicas, observa-se a omissão sobre o nível máximo, em particular nos países industrializados (Brüseke, 1998). Suas propostas ignoram as correlações de força presentes na economia internacional, além de reforçar a crença de que soluções tecnológicas, com um mínimo de interferência no mercado e sem uma presença mais forte do Estado, podem minorar os problemas ambientais, sem que haja mudanças estruturais (Redclif, 1987, citado por Di Filippo, 2002). Porém, *“aspectos como a manutenção do equilíbrio climático, da camada de ozônio, da biodiversidade ou da capacidade de recuperação do ecossistema, transcendem a ação do mercado”* (Guimarães, 1997: 22).

O principal dilema do desenvolvimento sustentável é que seus conceitos estão mais nos fins ou objetivos do que nos meios ou procedimentos (Viola & Leis, 1992). Há uma concordância a respeito da insustentabilidade do estilo de desenvolvimento até então vigente, não só do ponto de vista ambiental e econômico, mas também quanto à justiça social. Contudo, não são adotadas

“medidas indispensáveis para transformar as instituições econômicas, sociais e políticas que deram sustento ao estilo vigente” (Guimarães, 1997: 28).

Acserald (1999) confirma estas críticas ao escrever que o debate sobre sustentabilidade tem se pautado pelo recurso a categorizações vazias, já que as noções evocadas nem sempre contemplam a diversidade social e as contradições que perpassam a sociedade. Os diagnósticos e as definições situam-se no campo técnico, descolados da dinâmica da sociedade. O próprio conceito deixa de perceber a diversidade social no interior do futuro e do próprio presente, tendo por base definições que consideram os efeitos a serem atingidos e não os processos sócio-políticos a serem acionados.

A própria Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+10, realizada em setembro de 2002 em Joanesburgo, África do Sul, é um exemplo prático da pouca aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável, estabelecidos na Rio-92. Esta conferência, a terceira promovida pela Organização das Nações Unidas, objetivou discutir a erradicação da pobreza, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente (Rio +10, 2002).

Sabe-se que em 2002 os processos globais de governança ambiental eram dominados pelos interesses financeiros e científicos do Norte, sem a preocupação com equidade e justiça social. *“O desafio para o desenvolvimento sustentável proposto no Rio, em 1992, fracassava, essencialmente, pela falta de vontade política dos mesmos atores que, em 2002, discutiam os avanços e retrocessos desse processo”* (Rio+10, 2002).

O mais importante documento resultante da Cúpula é o Plano de Implementação que visa alcançar três objetivos supremos: *“a erradicação da pobreza, a mudança nos padrões insustentáveis de produção e consumo e a proteção dos recursos naturais”*. Porém, diz-se que o mundo só verá as conseqüências da Conferência de Joanesburgo nos anos que se seguirão, assim como foi em Estocolmo e na Rio-92 (Rio+10, 2002).

A partir de tais resultados, pode-se afirmar que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta falhas e limitações, principalmente por não se apresentar como um modelo fechado. Ele pode adequar-se aos diversos interesses, pois apresenta apenas princípios norteadores, a partir dos quais cada segmento ou grupo da sociedade pode estabelecer ações a serem colocadas em prática.

Neste sentido, observa-se que um dos seus principais defensores é a iniciativa privada, o que exige considerações mais detalhadas. O próximo capítulo trata especificamente da questão ambiental nas organizações privadas, especialmente após a apropriação do discurso ambientalista, por parte destas organizações, usando o conceito de desenvolvimento sustentável como suporte básico.

4) A QUESTÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DOS REDUCIONISMOS EXISTENTES

Até o ano de 1970, o Brasil realizou-se no mito desenvolvimentista, tratando a questão ambiental como a antítese do desenvolvimento nacional. Acreditava-se que, pelo fato do país ter um papel secundário ou dependente na economia capitalista global, *“institucionalizar ou dar respostas oficiais a demandas pela melhoria da qualidade ambiental significava, antes de mais nada, abdicar do poder de barganha na ordem econômica internacional”* (Ferreira & Ferreira, 1992:15).

Porém, diante da série de acontecimentos mundiais que colocaram em questionamento o desenvolvimento convencional com base na industrialização, novas posturas foram tomadas pelos diversos atores sociais.

Frente à ausência de fronteiras estabelecidas no mercado mundial e um conseqüente acirramento da competição empresarial, as forças do mercado, a partir do ano de 1990, encontraram-se cada vez mais fortalecidas *“pelo recente substituto do desenvolvimento convencional, o desenvolvimento sustentável”*, o qual opera sob princípios da lógica mercantil, que prima pela livre-iniciativa e a competição (Layrargues, 1998: 213).

Neste contexto, as organizações privadas têm seu destaque, à medida que

“vinculadas ao conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ e à idéia de um mercado verde, as empresas dos anos 90 começam rapidamente a recuperar o tempo perdido, abandonando de forma gradual as atitudes negativas em relação às questões ambientais” (Leis & D’Amato, 1998: 81).

Vale lembrar que tais organizações têm adquirido novas posições e importância diferenciada em relação às grandes instituições sociais da época atual, aumentando sua capacidade de regular e de desenvolver novas formas de vida e de trabalho (Pimenta, 1999).

Porém, da mesma forma que os diversos atores e instituições sociais passaram por um processo evolutivo em relação ao tratamento da questão ambiental, estas organizações também apresentaram diversas posturas frente a este tema. Neste capítulo, optou-se por dividir em subtópicos os grandes momentos da relação entre empresas–sociedade-meio ambiente, com base em alguns autores, destacando os reducionismos existentes na relação.

4.1 De 1970 a 1990: reducionismo técnico e as tecnologias de “fim de tubo”

Sabe-se que em meados de 1970, as grandes corporações mundiais transferiam as unidades de produção que geravam impactos ambientais negativos para países menos desenvolvidos. Estes, por sua vez, ofereciam incentivos para a implantação de indústrias poluentes.

Particularmente no Brasil, conforme a cultura industrial predominante, a poluição das indústrias era sinônimo de progresso (Naves, 2000; Maimon, 1996; Layrargues, 1998). Tal crença é um reflexo das características do projeto desenvolvimentista, baseado no industrialismo, prevalecendo a vinculação imaginária da incompatibilidade entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico. A preocupação com a questão ambiental era vista pelos militares e tecnocratas como um luxo de países ricos, além de um atentado à segurança nacional (Reigota, 2001).

No âmbito organizacional, meio ambiente foi associado a custos econômicos adicionais na produção, podendo significar a restrição da competitividade das empresas brasileiras no mercado local e internacional (Layrargues, 1998).

Já em 1981, um fato relevante foi a promulgação da Lei n. 6.938 que veio introduzir o conceito de defesa ambiental, bem como a importância de se gerenciarem os recursos naturais do ambiente, compatibilizando o desenvolvimento socioeconômico e a preservação racional da natureza. Além

disso, a Nova Constituição Brasileira de 1988 trouxe a consolidação de que a questão ambiental deve ser analisada considerando-se, simultaneamente, os aspectos sociais, econômicos e institucionais no país (Viana & Veronese, 1992).

Vale dizer que esse momento foi marcado por um enfoque corretivo dado ao controle da poluição industrial, em que as empresas, quando pressionadas por órgãos governamentais ou movimentos ambientalistas, incorporavam equipamentos antipoluentes aos processos produtivos sem, contudo, alterá-los, o que Maimon (1996) chama de tecnologias de “fim-do-tubo”. Ainda que as novas leis e resoluções de órgãos governamentais pretendessem reflexos diretos às políticas industriais, a cultura empresarial corrente era contrária à penalização dos setores industriais (Naves, 2000).

4.2 Os anos 90 e o reducionismo mercadológico: vantagem competitiva e tecnologias limpas

Um segundo momento pode ser caracterizado em meados de 1990, período este em que houve ^x grandes mudanças nos conceitos de gestão empresarial.

Como se viu, o Brasil buscou uma autonomia tecnológica no cenário mundial a qualquer custo, implementando um ciclo de crescimento econômico com base no endividamento externo. No entanto, os choques mundiais do petróleo na década de 70 e a elevação das taxas de juros no mercado internacional geraram um rompimento do ciclo de crescimento econômico. Instauraram-se a crise da dívida externa e o estancamento do padrão tecnológico a um rápido nível de obsolescência, em meio à alta competitividade do cenário internacional (Layrargues, 1998; May, 1998).

Neste contexto, o Estado brasileiro, endividado e vendo-se incapaz de responder às exigências do mercado competitivo globalmente, retirou-se do controle econômico do processo produtivo. A partir desse momento, ficou

notável a predominância das premissas neoliberais, caracterizadas pelo estímulo à competitividade nas sociedades industriais de consumo, bem como à livre-iniciativa empresarial (Layrargues, 1998).

O início do processo de abertura de mercado e a conseqüente fase de competitividade em caráter global, as novas tendências de consumo em direção a produtos de menor impacto ambiental e a crescente consideração a respeito da finitude dos recursos naturais, influenciaram a ocorrência de transformações, ainda que superficiais, nos ambientes organizacionais.

Especialmente após a Rio 92, não houve mais espaço para a fase romântica do movimento ambientalista, puramente preservacionista, e nem para o processo reativo adotado pelo setor empresarial em relação às questões ambientais (Layrargues, 1998). Nesse momento, proteger o meio ambiente deixou de ser uma resposta às multas e sanções, inscrevendo-se em um cenário de competitividade e oportunidade. A modificação do conceito de qualidade de vida e do produto, que agora deve ser ecologicamente viável, tem influenciado as novas preferências dos consumidores por “produtos verdes” (Maimon, 1996).

Dentre os tipos de alternativas para um processo de gestão ambiental, um dos mais difundidos, desde sua publicação, é o que tem como fundamento principal a certificação ISO 14000. Conforme a norma ISO 14001, que trata especificamente dos sistemas de gestão ambiental (SGAs). Estes sistemas têm como objetivo central auxiliar as empresas a cumprirem suas obrigações assumidas com o meio ambiente, por meio da exigência da execução integral da legislação local, estabelecendo padrões de desempenho para cada empresa individualmente, de acordo com sua política ambiental. A gestão ambiental deve cobrir desde a fase de concepção do projeto até a eliminação efetiva dos resíduos gerados pelo empreendimento ao longo de toda a sua vida útil (Valle, 1995).

Contudo, mesmo sendo uma norma voluntária, a adoção da ISO 14000 pelas empresas tem sido encarada cada vez mais como uma imposição do

mercado. Este certificado é visto até mesmo como um meio de sobrevivência nas transações comerciais, especialmente no mercado externo, bem como um excelente instrumento de promoção da imagem institucional.

Tais afirmações dão base para perceber que sérios reducionismos ocorrem quando se considera a questão ambiental em uma organização privada, cujo objetivo maior é a obtenção de lucros.

4.3 A questão ambiental nas organizações privadas: uma síntese dos reducionismos

Até meados de 1980, o reducionismo estava em limitar as soluções dos problemas ambientais à preservação da natureza, sendo percebidos apenas aspectos físicos e naturais do meio ambiente, como a fauna e a flora. Os administradores, neste contexto, precisavam apenas disponibilizar parte da receita para investir em equipamentos que controlassem os resíduos, no fim do processo produtivo. Não se via a necessidade de um maior conhecimento sobre a questão, já que a solução poderia muito bem ficar sob responsabilidade dos técnicos que, em sua maioria, eram engenheiros químicos e civis, sanitaristas, entre outros (Maimon, 1996; Layrargues, 1998).

Posteriormente, os discursos predominantes, tanto em palestras de consultores, em revistas especializadas, bem como no meio acadêmico, passaram a ter como conteúdo central a discussão sobre os ganhos econômicos advindos da implantação de Sistemas de Gestão Ambiental. Além disso, são discutidas as formas mais eficientes de adequar os quesitos exigidos pelas certificadoras às diferentes realidades organizacionais, a fim de obter-se uma certificação “verde” em curto prazo (Maimon, 1996; Layrargues, 1998).

As empresas, de acordo com a lógica mercantil, aquela do aumento da produtividade como um valor supremo, em vez de conduzirem atividades no sentido de oferecer produtos a pessoas de carne e osso, passam a produzir para

algo abstrato - o mercado, enxergando consumidores e não cidadãos (Gonçalves, 2000).

Lima (1998), quando mostra as conseqüências negativas da difusão de temas relacionados à questão ambiental, cita o favorecimento de modismos, bem como a abordagem superficial e acrítica de problemas que exigem reflexão profunda e análise pluridimensional. Além disso, percebe-se a banalização, a mercantilização excessiva da temática e a despolitização do problema, implicando em uma leitura alienada da crise ambiental.

Particularmente no âmbito empresarial, parece haver uma tendência instrumental das práticas, sendo empregados princípios apenas utilitários e funcionais em relação ao meio ambiente. Tal fato condiciona a questão ambiental, até certo ponto, como mais um discurso a ser “comprado” pela organização. Palavras como degradação, ciclo de vida do produto, índices aceitáveis de poluição e resíduos aparecem nos discursos organizacionais, porém, sem que haja uma real incorporação das concepções que tais termos trazem do discurso ambientalista, que é o questionamento do próprio modo de produção (Carrieri, 2000).

A fim de analisar estes reducionismos, com base em fundamentos mais consolidados, o próximo capítulo apresenta a questão ambiental sob uma perspectiva ética, mostrando a origem dos reducionismos citados.

5) A QUESTÃO AMBIENTAL SUBMERSA EM UMA CRISE ÉTICA: CONSIDERAÇÕES BÁSICAS PARA A ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Neste capítulo são discutidas noções de ética no tratamento da questão ambiental, em especial nos processos de sensibilização, com destaque aos dois extremos percebidos na literatura: o antropocentrismo e o arcaísmo. A partir daí, uma maior base teórica é oferecida para uma análise consistente das representações sociais predominantes na sociedade contemporânea, dando ênfase aos reducionismos anteriormente citados.

5.1 A questão ambiental submersa em uma crise ética

Herculano (2000) apresenta a temática ambiental formada por um apelo universalizante, não corporativo e muito menos individual, pois diz respeito à sobrevivência de todos, gerando amplos questionamentos, de modo especial sobre os modos como a sociedade produz, consome e se organiza politicamente. Leis & D'Amato (1998) confirmam este pensamento ao considerarem que tal tema envolve a totalidade da realidade em suas dimensões econômica, científico-tecnológica, política, ideológica, social e cultural.

Analisando o histórico do ambientalismo, nota-se que os temas relacionados ao meio ambiente são de conhecimento público, à medida que já há uma consciência sobre a finitude dos recursos naturais e sua insuficiência para atender às demandas da população contemporânea. No entanto, há um claro desinteresse, consciente ou inconsciente, em relação a mudar comportamentos e atitudes quando não se gera satisfação individual em um curto prazo (Nascimento, 2002).

Daí diz-se que a crise ambiental é uma crise ética. Segundo Gomes (2000), o termo “ética” vem da palavra grega *êthikê*, podendo ser traduzida

como “a arte de dirigir a conduta”. Assim, serve como permanente meio de reflexão do indivíduo na direção de perceber sua conduta no meio social e ambiental.

A emergência das questões ambientais tem profundas implicações na adequação dos saberes. Segundo Oliveira (2000), deve-se

“(...) produzir novos conhecimentos e saberes que determinem novas atitudes, como base para um comportamento sócio ambiental mais responsável com o equilíbrio do meio, com uma qualidade de vida mais compatível com as necessidades da maioria das pessoas e dos seres que compartilham este espaço de vida no universo” (Oliveira, 2000: 81).

No entanto, quando se afirma que há uma crise ambiental, a reconstrução dos saberes não se dará de forma rápida e simples. De acordo com Grün (1996), a situação a que a sociedade chegou, em termos de “ética ambiental”, deve-se à influência do cartesianismo na formação de conceitos. Segundo ele, “(...) é muito fácil perceber o quanto o cartesianismo pode dificultar ou até mesmo impossibilitar a compreensão da natureza política e ética da devastação ambiental” (Grün, 1996: 53). Maiores considerações neste sentido são feitas a seguir.

5.2 O Antropocentrismo e o domínio do ser humano sobre a natureza

São inúmeros os escritos afirmando que a degradação ambiental está historicamente relacionada à ética antropocêntrica que rege o próprio conceito de Modernidade. De acordo com esse sistema de valores, o homem é o centro de todas as coisas, a razão pela qual o mundo existe.

Harvey (1992), citando Habermas (1983), explica que o projeto da Modernidade entrou em foco no século XVIII, referindo-se a um esforço dos

pensadores iluministas para desenvolver uma ciência objetiva, composta de leis universais, verdades absolutas e acumulação de conhecimentos objetivos.

Tendo como forte base teórica as idéias de Bacon, queria-se o domínio científico da natureza a fim de gerar liberdade em relação à escassez de bens naturais. Além disso, as formas racionais de pensamento tinham o intuito de banir as irracionalidades do mito, da religião e da superstição, acreditando-se com isso que as qualidades universais, eternas e imutáveis da humanidade seriam reveladas. Disseminavam-se doutrinas de liberdade, igualdade, fé na inteligência humana e na razão universal, com a expectativa de que as artes e as ciências iriam promover, além do controle das forças naturais, o progresso moral, a justiça das instituições, a compreensão do mundo e do ser humano, conduzindo-o à felicidade (Harvey, 1992).

Difundiu-se assim o racionalismo cartesiano, que predomina na ciência desde então, legitimando a separação entre a natureza e o homem, onde este se vê com poder de dominá-la, sujeitá-la e utilizá-la. Na base do dualismo homem/natureza encontra-se a origem filosófica da crise ecológica (Grün, 1996).

Além disso, o paradigma cartesiano de ciência foi o alicerce teórico e prático de um modo de produção que iria modificar, sem precedentes históricos, a relação dos homens entre si e com a natureza – o modo de produção nascido com a Revolução Industrial. Posteriormente, veio o Capitalismo, influenciando a ciência e a tecnologia a tornarem-se a base do progresso e desenvolvimento humanos (Brügger, 1999).

No entanto, o século XX, com seus campos de concentração, seu militarismo, duas guerras mundiais, além das ameaças de aniquilação nuclear, trouxe uma certa perturbação ao otimismo do projeto iluminista. Este se viu fadado a voltar-se contra si mesmo, transformando a busca pela emancipação humana em um sistema de opressão universal (Harvey, 1992).

5.3 O Arcaísmo e sua visão romântica: a volta ao passado em busca do “selvagem bonzinho”

Tendo como base a noção de que o modelo mecanicista e reducionista originado do cartesianismo é inadequado para fundamentar epistemologicamente o tratamento da questão ambiental, percebe-se a difusão de debates que defendem a necessidade de um novo paradigma que guie a humanidade a uma relação holística com o universo. O holismo surge aqui como um discurso privilegiado e dotado de grande prestígio político, social e científico, defendendo um modelo que seja complexo, vivo e orgânico (Grün, 1996).

Segundo o autor, existem inúmeras definições de holismo, mas o que vem sendo difundido, destacadamente pelo físico norte-americano Fritjof Capra, apresenta-se quase como uma receita contra o mecanicismo. Grün (1996) cita Morin (1981) quando afirma que o holismo, visando ultrapassar o reducionismo, operou uma redução ao todo, devido à cegueira relativa às partes enquanto partes e da miopia em relação à organização enquanto organização, além da sua ignorância quanto à complexidade no seio da unidade global.

Além disso, a variante arcaico-naturalista do holismo mostra-se como a tendência epistemológica predominante. Desta forma, nota-se que o reducionismo não é abandonado, sendo trabalhada apenas uma outra extremidade do mesmo; em vez de se reduzir o todo às partes, reduzem-se as partes ao todo. A natureza é totalizada e o homem fica em posição de reverência ao seu objeto; o passado venerado é paradisíaco, verde, límpido, sereno, sinônimo de uma verdadeira idade de ouro (Grün, 1996).

O autor neste sentido escreve:

“Do ponto de vista epistemológico, o retorno à natureza é praticamente a antítese da separação entre sujeito e objeto operada pelo cartesianismo. Ou seja, agora ao invés de o sujeito dominar o objeto (natureza), o objeto dominaria o sujeito. Sairíamos, então, em uma passagem sem escalas, de uma

onipotente posição de domínio para uma frágil e melancólica posição de subserviência à Natureza” (Grün, 1996: 72).

Esta visão do “selvagem bonzinho” perpetua a dicotomia homem-natureza, exatamente quando se entende que a cultura e o homem devem ser suprimidos pela natureza (Brügger, 1999). A solidão na “natureza selvagem” não garante necessariamente uma reflexão sobre o mundo simbólico da cultura que orienta as relações dos seres humanos com a natureza (Grün, 1996).

Além disso, os defensores deste paradigma divulgam um excesso de informações “corretas”, por meio da ciência, reduzindo as preocupações ambientais a um mero estado psicológico do sobrevivencialismo. Assim defendem que o ser humano, de posse de um adequado conhecimento da situação real, através da ciência, e entendendo a necessidade de um paradigma holístico e complexo, poderia mudar suas atitudes para com a natureza. Parte-se de um modelo explicativo (o mesmo responsável pela degradação ambiental), acreditando-se que *“o acúmulo de informações ‘corretas’ poderia resultar em benefícios para os indivíduos e para a sociedade”* (Grün, 1996: 86).

No entanto, desconsidera-se que os dados sobre a situação real são interpretações por parte de cada indivíduo. Perde-se a dimensão histórica, pois enquanto o cartesianismo desejava um arremesso brutal em direção a um suposto “futuro tecnológico”, o dito holismo visa o retorno a um passado idílico (Grün, 1996).

5.4 A dicotomia ser humano/natureza: considerações sobre o predomínio de representações sociais naturalistas no Brasil

Considerou-se interessante mostrar as duas extremidades encontradas na literatura que tratam a questão ambiental sob o ponto de vista ético, por entender que os tipos de representações sobre meio ambiente estão associados às

diferentes visões de mundo, de acordo com os sistemas de crenças e valores construídos socialmente (Moraes et al., 2000).

A partir de então, podem ser citadas as representações *naturalista* e *globalizante*. A primeira refere-se a uma visão de mundo fragmentada, em que meio ambiente é sinônimo de natureza, sem a inclusão dos seres humanos; a representação *globalizante* está ligada a uma visão de mundo integrada, em que o ser humano é entendido como parte do seu meio ambiente (Moraes et al., 2000).

Percebe-se que tanto o antropocentrismo quanto o arcaísmo geram a dicotomia entre ser humano e natureza, em que esta é concebida como algo exterior, destacado da vida social, independente do ser humano (Cunha, 2000).

Arruda (1998), fazendo referência a Rouquette (1994), mostra que as representações sociais possuem uma historicidade interna e procedem da história das sociedades, tendo a mudança como parte da sua essência. Porém, especialmente no Brasil, nota-se o predomínio da representação social naturalista de meio ambiente, devido à influência do tipo de colonização e posterior formação histórica do país.

“Durante a colonização, a representação da natureza ofuscou a presença humana; ao surgir o Brasil-nação, ela contaminou tudo e todos com o exotismo, embaçando a vista de si própria. Os recortes que desenham a exaltação ou a dissecação do meio natural, fazem o biombo que encobriu as lacunas da cidadania, da unidade nacional e o próprio descaso pelo meio natural (...). A natureza atemporalizou-se, isolando-se da sua própria história (...). Essas representações omitiram a relação da sociedade com a natureza enquanto uma relação social, terminando por encobrir tanto uma quanto a outra” (Arruda 1998: 39).

A natureza sempre foi vista no país como uma fonte de bens inesgotáveis, o que gerou notáveis abusos. O resultado desta trajetória histórica é que atualmente, em termos de representação social dominante, meio ambiente é

sinônimo, ou quase, de natureza (Brügger, 1999).

Conforme a representação naturalista de meio ambiente, o homem é o componente depredador por excelência. Os elementos citados com maior incidência são os abióticos (água, ar, solo) e os bióticos, denominados genericamente como seres vivos (Reigota, 2001). Além disso, “meio ambiente” é também confundido com ecologia natural e, nesse caso, é reduzido ao estudo dos ecossistemas. A palavra ecologia, que significa o estudo da casa (oikos + logos), encontra-se bastante desgastada e indevidamente usada; “natureza” ou “ciclos naturais” são substituídos pela palavra ecologia (Brügger, 1999).

Para confirmar tais afirmações, Crespo & Novaes (2002), ao apresentarem os resultados da pesquisa concluída em outubro de 2001 sobre “o que os brasileiros pensam sobre meio ambiente e consumo sustentável”, indicam que há no Brasil uma significativa “consciência ambiental”. Contudo, tende-se à valorização dos recursos naturais do país, permeada pelo sentimento de orgulho da natureza exuberante e das belas paisagens encontradas. Os três principais problemas ambientais apontados foram o desmatamento, a contaminação dos rios, lagoas e praias, assim como do ar; no entanto, mais de 50% dos entrevistados não foram capazes de identificar nenhum problema ambiental em seu bairro.

Na pesquisa de Moraes et al. (2000) foram entrevistadas 491 pessoas, em Florianópolis-SC, em maio de 1996. Algumas destas pessoas eram participantes de um congresso, cujo tema era a gestão de ecossistemas; outras estavam em um encontro que reuniu profissionais da Educação, além de 63 pessoas escolhidas aleatoriamente no centro da cidade e em um shopping center. Foram detectadas representações sociais naturalistas e globalizantes, porém, a amostra refletiu uma predominância absoluta da representação naturalista de meio ambiente.

Na mesma pesquisa, em relação aos cientistas, viu-se que os de Ciências da Vida apresentaram uma visão mais naturalista do meio ambiente, ao passo

que aqueles voltados às Ciências Humanas e Sociais tiveram representações sociais incluindo os seres humanos, o que sugere *“uma dependência entre a área de conhecimento de origem do entrevistado e a sua representação de meio ambiente”* (Moraes et al., 2000: 93). O autor justifica esta relação ao concluir que os cursos das áreas de Ciências da Vida, Exatas e da Terra estão voltados para uma formação profissional que privilegia aspectos naturais e técnicos do mundo em que se vive, enquanto que os de Ciências Humanas e Sociais incluem os seres humanos ao meio ambiente.

Schulze (2000), por sua vez, estudou as representações sociais do meio ambiente e natureza no contexto turístico de Florianópolis a partir da evocação livre de palavras. Os resultados confirmaram os estudos relatados anteriormente, uma vez que o meio ambiente foi identificado principalmente como natureza. Assim *“(...) os 630 atores sociais envolvidos, independente de sua pertença grupal, definem meio ambiente como natureza, não privilegiando (...) conceitos relacionados com o contexto, preocupações e dimensão político-social que acompanham a visão ambientalista”*(Schulze, 2000:79).

Neste sentido, a sociedade, de maneira geral, tem uma relação de compreensão sobre o meio ambiente no que toca à visualização da natureza física, no seu contexto de degradação ou de conservação, pouco sendo enfatizado sobre as questões políticas e sociais, as quais revelam a importância do meio ambiente para as formas de vida e organizações sociais. No contexto normativo, as políticas de controle e preservação ambiental implementadas pela esfera executiva, no nível estadual e federal, refletem a demanda de preocupações sociais de caráter emergencial (Silva, 2001).

Para completar esta afirmação, Crespo & Novaes (2002) mostram, como resultados da pesquisa, que 42% dos brasileiros preferem tornar-se membros de uma associação que tem por finalidade a defesa de florestas e animais ameaçados de extinção, contra 28% que preferem associar-se a organizações que

se ocupam de promover o saneamento em áreas pobres das cidades.

5.5 O reducionismo tecnicista: um reflexo do predomínio da representação naturalista-antropocêntrica

Considerando o domínio da representação naturalista, em que a natureza é vista como separada da vida social, bem como da ética antropocêntrica, em que o ser humano está no centro do universo, chamou-se, para fins deste trabalho, a representação social dominante de naturalista-antropocêntrica.

Assim, como resultado da dicotomia entre ser humano e natureza, sob uma perspectiva antropocêntrica, observa-se que a atitude de domínio em relação às plantas e os animais, que leva o homem a apartar-se da natureza, forma uma representação em que a natureza é objeto de trabalho ou mero fator de produção (Cunha, 2000).

A questão ambiental possui um componente natural/técnico, mas não se limita a ele, uma vez que sua essência diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza, incluindo também as relações dos homens entre si (Brügger, 1999). Porém, as estruturas conceituais advindas do cartesianismo reforçaram um “eu” quase sempre percebido como um usuário de tecnologias, sendo os “recursos naturais” vistos como simples materiais capazes de dar sustentação à tecnologia: *“precisamos ter cuidado para não exaurir ‘nossos recursos’, pois a produção pode ser afetada”* (Grün, 1996:47).

Sabe-se que a sociedade industrial privilegiou a dimensão instrumental do conhecimento, levando a um predomínio da tendência naturalista, com enfoque nos aspectos técnicos da questão ambiental, em particular nos processos educacionais e de sensibilização (Brügger, 1999). Esta tendência é chamada de “educação conservacionista”, cujos ensinamentos conduzem ao uso racional dos recursos naturais e à manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais ou daqueles gerenciados pelo homem. Sob esta

perspectiva, podem ser citadas as “datas ecológicas” (dia da árvore, dia do meio ambiente etc.), em que são promovidas campanhas do tipo “plante uma árvore”, mas as causas dos desmatamentos são raramente questionadas (Brügger, 1999).

Neste sentido, é comum a aplicação de soluções eficazes, como a proteção, a administração de recursos naturais e o treinamento de *recursos humanos*, o saneamento, a manutenção de um nível ótimo de produtividade etc. O meio ambiente é visto como algo concreto, tangível; os problemas ambientais então podem ser solucionados desde que se adotem as medidas corretas. A partir daí, percebe-se que a questão ambiental tem sido “confundida” com poluição e outros problemas de ordem técnica ou natural (Brügger, 1999).

“A questão ambiental tampouco pode ser quantificada numericamente. A medida de uma área devastada por poluição química ou desflorestamento, por exemplo, será apenas um dado parcial – não será nada além de um sintoma que oculta em si o universo muito mais abrangente das relações que essa sociedade tem com a natureza. É preciso, pois, não reduzir a educação ambiental a uma gestão eficiente dos recursos naturais: as vítimas também serão nossos corações e almas” (Brügger, 1999: 100).

A redução do problema ambiental a um problema de ordem técnica desconsidera a complexa multidimensionalidade da temática ambiental, pois

“tratar de um problema resultante de fatores econômicos, políticos, culturais, sociais e ecológicos como um problema estritamente técnico é no mínimo limitante (...) não se pode negar que a questão ambiental tem, entre outras, uma dimensão técnica, mas, esta é precedida e condicionada por razões políticas e sociais e não o contrário, como pretende a redução tecnicista” (Lima, 1999: 144).

Percebe-se uma visão unilateral e fragmentada da questão ambiental que separa a explicação técnica da política, a visão ecológica da social, a abordagem comportamental da político-coletivista, a percepção dos efeitos da percepção das

causa, entre outras dicotomias. Além disso, há uma tendência a ressaltar os problemas relacionados ao consumo (reciclagem, economia de energia etc.), em detrimento de problemas ligados à produção, que é o ponto de origem de todo processo industrial, a causa que engendra e condiciona toda a dinâmica produtiva (Lima, 1999).

Tendo tais considerações como pano de fundo, observa-se que, a partir de 1990 novas tecnologias foram introduzidas no mercado no sentido de minimizar os impactos ambientais de modo geral. Particularmente as organizações privadas beneficiaram-se desta situação ao introduzirem em seus processos produtivos as ditas tecnologias limpas. Estas são entendidas como a utilização contínua de uma estrutura ambiental integrada, preventiva e aplicada, com o objetivo de reduzir riscos aos seres humanos e aumentar a “eco-eficiência”, caracterizada como a utilização racional do ecossistema em que um indivíduo ou organização está inserido (Maimon, 1996). Dentre elas, há aquelas de primeira geração, ou de final de linha; de segunda geração que, sob um caráter preventivo, privilegiam a redefinição de processos e produtos, e de terceira geração, ou inovações associadas ao campo da biotecnologia e da eletroeletrônica, que possibilitam uma ampla substituição de materiais tóxicos por outros menos tóxicos (Naves, 2000).

A gestão ambiental passa a ser relacionada com melhoria técnica, aquisição de equipamentos de controle de poluição e resíduos. O trabalho de sensibilização entre os empregados atende a princípios de caráter econômico, baseados na eficiência empresarial; educação ambiental é treinamento para usar novos equipamentos que buscam reduzir desperdícios.

5.6 Os processos de sensibilização ambiental em meio ao reducionismo tecnicista

Nota-se que, dentre as conseqüências advindas do predomínio da representação naturalista na sociedade ao longo dos séculos, está o caráter essencialmente “informativo” das disciplinas e projetos que tratam da questão ambiental. Isto gera, muitas vezes, uma determinada formação que pode ser chamada de adestradora, pelo fato de não ultrapassar a perspectiva técnico-natural, assemelhando-se a um treinamento (Brügger, 1999).

“Achamos que um treinamento se aproxima bastante de um adestramento: um tipo de instrução onde as pessoas são levadas a executar determinadas funções e tarefas, identificadas com um determinado padrão utilitarista-unidimensional de pensamento-ação” (Brügger, 1999: 80).

Lima (1999), fazendo referência a Carvalho (1995), analisa que tanto o discurso quanto a prática dominantes na educação ambiental no Brasil são marcados por visões que reduzem a questão ambiental a um problema exclusivo de sustentabilidade físico/biológica e de gestão de recursos naturais.

Neste contexto, as elites sócio-econômicas são bem treinadas para fornecer soluções técnicas “eficientes” para graves problemas, que são, muitas vezes, políticos e sociais. *“Vão aprender desde cedo a confundir meio ambiente com natureza; problemas ambientais com poluição; e desenvolvimento sustentável com preservação de potenciais produtivos dos ecossistemas”* (Brügger, 1999: 90). Sob esta visão, as perdas na biodiversidade significam grandes prejuízos econômicos.

No entanto, é essencial considerar o homem e sua dimensão histórico-social nos processos de sensibilização sobre a temática ambiental, pois, embora a dimensão técnico-natural seja legítima, a mesma não pode ser tomada como a

questão ambiental no seu todo, ou tampouco favorecida em detrimento de outras (Brügger, 1999).

Em particular, a relação ser humano/natureza reveste-se, ao mesmo tempo, de elementos harmônicos e de tensão, complementares e contraditórios; tal relação varia no tempo e assume significação própria em cada contexto sócio-cultural, tanto do ponto de vista material como imaginário (Cunha, 2000).

Desta forma, é necessário recuperar o horizonte histórico no tratamento da questão ambiental, de forma geral. Maiores considerações neste sentido estão no próximo capítulo, que se apresenta como uma tentativa de esboçar um norte que conduza à construção de representações sociais globalizantes.

6) CONSIDERAÇÕES NORTEADORAS PARA A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS GLOBALIZANTES

Este capítulo traz considerações que podem servir de norte para a construção de representações sociais, aqui chamadas de globalizantes. Após uma análise da dicotomia entre ser humano e natureza e sua influência na formação de reducionismos sobre a questão ambiental, são tecidas considerações que tratam tal temática de forma ampla, incluindo as dimensões éticas, políticas e histórico-culturais inerentes a este tema.

6.1 Em busca da perspectiva histórico-social da questão ambiental

Afirma-se que o tratamento da questão ambiental, pautado em um paradigma epistemológico e conceitual consistente, é aquele que considera a dimensão histórica da temática ambiental, sob múltiplos fatores.

Grün (1996) defende o resgate do horizonte histórico e a retematização dos princípios éticos e políticos, recorrendo à história humana como história das formações culturais que condicionam o relacionamento do ser humano com o meio ambiente. Segundo ele, é essencial “*revincular os problemas ambientais ao agir que os originou*” (Grün, 1996: 112).

Quando se fala que o homem é o grande depredador da natureza, em abordagens naturalistas-arcaístas, não se considera que o ser humano vive em sociedades heterogêneas formadas por grupos e classes sociais com diversificados poderes, atividades e interesses. Esquece-se de contextualizar o fenômeno da degradação sócio-ambiental, que não é constante no tempo e no espaço, mas depende de uma dada configuração histórico-social “*e não de ‘homens’ abstratos e descontextualizados*” (Lima, 1999: 146). A problemática ambiental não deve ser somente compreendida como fruto de uma relação entre

o homem e a natureza, porque tal questão situa-se no campo das relações estabelecidas pelos diferentes grupos no espaço social (Carrieri, 2000).

Grün (1996) defende a hermenêutica filosófica nesta abordagem, pelo fato da mesma situar sempre o ser humano no mundo, na história e na linguagem, não como um sujeito senhor de si, separado dos objetos; “(...) *o próprio movimento de compreensão é englobante e universal e, assim, abrange a globalidade da experiência humana no mundo*” (Grün, 1996: 102).

A partir daí, fica clara a importância de serem consideradas, em processos de sensibilização e tratamento da temática ambiental, as experiências e vivências de cada indivíduo com o meio natural e social ao seu redor, bem como as interpretações e significados dados a estas experiências.

6.2 Empresa ambientalmente correta: o desafio da real conscientização

Percebe-se que a incorporação da questão ambiental sob um aspecto multidimensional nas diversas esferas da sociedade mostra-se como um grande desafio. Defende-se que as reflexões sobre o meio ambiente devem ter por base o diálogo, onde não se busca a transmissão de conhecimentos e sim sua produção, por meio da interação entre os sujeitos (Reigota, 2001).

Contudo, a mudança da consciência e da ação do ponto de vista ambiental encontra obstáculos objetivos e subjetivos poderosos, cuja superação exige transformações no modelo de desenvolvimento sócio-econômico, nos padrões de comportamento social e nos referenciais éticos da sociedade capitalista (Lima, 1998).

Diante de tal afirmação, fica nítido o desafio de tratar a questão ambiental em organizações privadas, cujo fim último é difundir, de forma crescente, a ética consumista na sociedade.

Viu-se que o trabalho de sensibilização ambiental aos membros da organização não deve limitar-se a procedimentos de cunho técnico/operacional.

É válido que se construa um processo crítico-transformador capaz de promover no indivíduo um questionamento mais profundo sobre sua atuação na realidade onde está inserido (Mata et al., 1998).

A mudança de comportamento implica em uma revisão de representações e práticas compartilhadas, as quais compõem a visão de realidade por parte das pessoas que trabalham na organização (Callenbach et al., 1993). Todos os membros devem ter em mente os conceitos, princípios e objetivos do Sistema de Gestão Ambiental, para que seja possível a real inserção da questão ambiental no cotidiano e nos processos de decisões (Donaire, 1995).

Entende-se que um processo de implantação e manutenção de gestão ambiental, para gerar resultados que vão além da simples implantação de filtros de ar e sistemas de sedimentação de dejetos para esgotos industriais, deve oferecer a todos os envolvidos com a organização noções que os levem a entender, por exemplo, a função biológica e social da água, bem como seu significado cultural. É essencial desenvolver nos indivíduos a noção de que *“no futuro, a eficiência técnica desses instrumentos de limpeza pode não mais condizer com os padrões de saúde pública e ambiental”* (Gomes, 2000: 9).

Destaca-se, portanto, a preocupação com a conscientização e com a transformação de padrões culturais e representações sociais relativos à questão ambiental, não só nas organizações e na população que elas afetam diretamente, mas também na sociedade de modo geral.

Acredita-se que o fazer por fazer não tem sustentação, sendo preciso trabalhar os significados das pessoas, dando-lhes motivos e oferecendo-lhes condições, para que se conscientizem acerca de seu papel diante do contexto ambiental em que estão (Mata et al., 1998). Pode-se dizer que a consciência ambiental não se esgota como idéia ou teoria, já que tem a capacidade de elaborar comportamentos e inspirar valores e sentimentos relacionados com o tema (Lima, 1998).

6.3 A questão ambiental no cotidiano das pessoas

Diz-se que a educação, especialmente aquela que trata de temas ambientais, ocorre não só nas escolas, mas também no cotidiano das pessoas, na família, no ambiente de trabalho, nas políticas propostas e nos meios de comunicação. Contudo, é de extrema relevância a participação de todos, já que as mudanças ocorrem a partir de ações concretas, como mudanças de legislação, de hábitos de consumo de cada pessoa, de perspectivas de projetos e programas econômicos, entre outros (Vianna, 1999).

No entanto, percebe-se que, particularmente no Brasil, a deterioração ambiental é resultado não só da precariedade dos serviços e da omissão do poder público em relação às condições de vida da população, mas também é *“o reflexo do descaso e omissão dos próprios moradores de bairros mais carentes de infraestrutura, no tocante ao despejo de resíduos sólidos em locais públicos, o que desrespeita o coletivo local”* (Jacobi, 2000: 48). O autor reclama da dependência observada da sociedade em relação ao poder público como agente de resolução dos problemas. O ideal seria a existência de cidadãos bem informados, que tivessem maiores condições para pressionar autoridades e poluidores, bem como para assumir ações de co-responsabilização e participação comunitária.

Herculano (2000) segue esta discussão afirmando que nós, brasileiros, aprendemos a defender a nossa parte, ficando o espaço público visto como *“terra de ninguém, que se arrasa, se suja e se destrói, ou então se privatiza, para só então merecer nossos cuidados”* (Herculano 2000: 105).

Contrapondo a esta situação, Nascimento (2002) mostra que a educação ambiental deve influenciar no desenvolvimento de um cidadão consciente e preocupado com os problemas associados ao ambiente total, que use de conhecimentos, atitudes, envolvimento e habilidades para buscar, individual e coletivamente, soluções aos problemas atuais, além de prevenir os futuros.

Além disso, os processos de sensibilização/educação ambiental, especialmente no Brasil, deveriam contribuir para a superação das condições de pobreza e miséria, as quais dificultam o crescimento interior de todo ser humano. O esperado é que os debates sejam comprometidos com o “(...) *incremento de valores e comportamentos que ajudarão no compromisso de cada um com a melhoria das condições ambientais e de vida para todos*” (Sorrentino, 1999: 5).

Coimbra (1985) complementa esta citação quando inclui nos temas ambientais os esgotos domésticos e os efluentes industriais, o lixo das residências e dos logradouros públicos, as migrações e outros acontecimentos demográficos, a situação sanitária das periferias e das comunidades relegadas ao esquecimento e, em particular,

“o comportamento de cada um de nós com relação ao interruptor de luz e à tomada, ao fogão e à torneira, ao cesto de lixo e ao vaso de flor (...) e tantas coisas mais do ambiente doméstico – tudo isto, sim senhor! faz parte do meio ambiente. E você também!” (Coimbra, 1985: 30).

Mata et al. (1998) destacam que os responsáveis pela difusão da questão ambiental devem contribuir para a formação de uma consciência sobre a importância do meio ambiente nas atividades de desenvolvimento econômico, social e cultural.

A partir destas considerações, acredita-se que foram mostradas noções básicas para a construção de representações sociais globalizantes, sendo a questão ambiental vista em seus diversos aspectos.

O capítulo seguinte trata especificamente dos problemas ambientais decorrentes do processo produtivo da indústria laticinista.

7) A QUESTÃO AMBIENTAL NA INDÚSTRIA LATICINISTA: UM DESTAQUE AO SUL DE MINAS GERAIS

Este capítulo trata essencialmente da questão ambiental no setor industrial laticinista, abordando os maiores problemas, as exigências legais, bem como considerações sobre o Projeto Minas Ambiente.

Sabe-se que Minas Gerais é, historicamente, o estado que mais produz leite no país. A cadeia agroindustrial leiteira mostra sua importância em âmbito nacional, não só sob a ótica econômica, mas também sob a social, devido à grande quantidade de trabalhadores empregados e à geração de renda em todos os estados (Silemg, 2002; Sebrae-MG, 1997).

Além disso, o estado detém o maior número de empresas de laticínios no país, sendo a maioria de pequeno porte. Este segmento, o da indústria laticinista, é amplo e diversificado, havendo desde pequenas fábricas que captam um reduzido volume de leite até multinacionais e grandes cooperativas que processam milhares de litros por dia (Sebrae-MG, 1997).

O sul de Minas Gerais tem grande participação na economia nacional e mineira, devido ao grande número de laticínios aí localizados. Ressalta-se que a região é conhecida por produzir os melhores queijos do Brasil, sendo tal fama originada dos pioneiros dinamarqueses que ao se estabelecerem nestas terras, disseminaram suas tecnologias e conhecimentos sobre a fabricação de queijos.

7.1 Os problemas ambientais da indústria de laticínios

Quanto aos problemas ambientais relacionados à indústria de laticínios, cita-se primeiramente a destinação da parcela não aproveitada do soro lácteo, quando lançada diretamente nos cursos d'água. Este pode ser considerado o maior impacto ambiental causado pelos laticínios, uma vez que a composição do soro apresenta uma DBO (demanda biológica de oxigênio) muito alta, tornando

este resíduo altamente poluente e com uma concentração de matéria orgânica de cem a duzentas vezes maior que o esgoto doméstico (Machado et al., 2002). Quando o mesmo é depositado em um fluxo de água, os microrganismos ali presentes alimentam-se dele, consomem oxigênio e provocam queda do nível de vida no meio aquático. Vale lembrar, neste contexto, que não é recomendável o lançamento do soro na estação de tratamento de efluentes líquidos, dado o elevado custo de instalação e operação dos sistemas em função da alta carga orgânica inerente ao soro.

Outro problema de grande importância relaciona-se aos resíduos líquidos industriais (detergentes, lubrificantes, condimentos diversos etc., encontrados diluídos nas águas de lavagem de tanques, nas tubulações, nos pisos e nas demais instalações da indústria). Estes resíduos devem ser tratados em estações de tratamento (ETEs), já que não podem ser depositados nos fluxos de água do modo como saem da indústria e nem mesmo dispostos no solo, pois assim podem contaminar o lençol freático (Machado et al., 2002).

A partir destas informações, sabe-se que tais efluentes industriais devem ser tratados antes de sua devolução aos cursos d'água. Para isto, em empresas onde há um processo sério de gestão ambiental, há um intenso trabalho de sensibilização no ambiente fabril, a fim de que os funcionários vejam a importância da redução do consumo de água. Quanto menos água for gasta, menor deverá ser a estação de tratamento, o que gera, conseqüentemente, um menor custo.

Os resíduos sólidos - o lixo - constituem outro problema da indústria de laticínios. A fim de amenizar os impactos, a reciclagem tem sido vista atualmente como uma solução viável, econômica e socialmente. Grande parte do lixo, quando separada, pode ser reaproveitada como matéria-prima para fabricação de novos produtos.

7.2 O Projeto Minas Ambiente como opção para as pequenas e médias empresas no cumprimento das exigências legais

O Projeto Minas Ambiente é considerado, nesta dissertação, pelo fato de um dos laticínios, objeto de pesquisa, ter filiado-se ao mesmo.

Ressalta-se que em Minas Gerais, a partir de 1997, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) intensificou a fiscalização ambiental nas indústrias mineiras, incluindo os laticínios. Além disso, ocorreram limitações para comercialização de produtos em função de registros, junto ao Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou a órgãos de fiscalização locais (Sebrae-MG, 1997).

Diante disto, houve uma busca por alternativas para implantação de sistemas de tratamento de efluentes que fossem viáveis, do ponto de vista econômico, às empresas de menor porte. Destaca-se neste contexto o “Projeto Minas Ambiente” que, por meio de várias parcerias, dentre elas com o Sebrae-MG, o Sindicato de Indústrias de Laticínios de Minas Gerais, a Fundação Estadual de Meio Ambiente, entre outras, financiou pesquisas em tecnologias para o tratamento de efluentes da indústria. Conforme está na *home page* do sindicato,

“o objetivo principal do Projeto Minas Ambiente é reunir informações sobre o estado da arte da tecnologia e disponibilizar ao empresariado interessado conhecimentos, tecnologias e soluções para uma produção economicamente viável e ambientalmente correta” (Silemg, 2002).

A ênfase é que o objetivo maior não foi a construção de projetos de engenharia, mas apenas a identificação e a caracterização de tecnologias a serem utilizadas pelas indústrias. A meta foi buscar soluções técnicas e economicamente viáveis, pretendendo comprovar a viabilidade de alternativas, por meio de unidades-piloto (Minas Ambiente/ CETEC, 2002).

As unidades industriais, ao se filiarem a este projeto, em meados de 1997, receberam um prazo de dois anos, previsto para o término das pesquisas, para que pudessem ajustar-se às normas ambientais (sem a necessidade de disponibilizar recursos em um primeiro momento), bem como para um melhor planejamento de investimentos futuros. Passada a carência de dois anos, as indústrias, de posse da tecnologia mais bem adaptada à sua realidade, iniciariam a implantação dos sistemas de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários, das emissões atmosféricas e de disposição de resíduos sólidos (Sebrae-MG, 1997).

O projeto foi dividido em quatro etapas, na primeira fase: i) diagnóstico do setor; ii) levantamento do estado da arte; iii) estudo de alternativas tecnológicas para o processo industrial e iv) estudo de alternativas para o tratamento de efluentes. Tal fase teve seu término em agosto de 1999. Visando efetivar a transferência das tecnologias identificadas na primeira fase, o projeto conta com a segunda fase, dividida em quatro etapas: i) medidas de gestão e controle ambiental; ii) implantação de uma estação de tratamento de efluentes líquidos, em escala demonstrativa; iii) controle de emissões atmosféricas e iv) gerenciamento de resíduos sólidos. Esta fase não está concluída (Minas Ambiente/ CETEC, 2002).

Conforme dados expostos no “Simpósio Minas Ambiente - Controle Ambiental em Pequenas e Médias Indústrias”, ocorrido em junho de 2002, foram aproximadamente 180 indústrias que se filiaram ao Projeto, por meio do sindicato. Detectou-se que 25% das indústrias visitadas dispunham o soro lácteo no curso d’água ou no solo. Além disso, boa parte delas depositavam os resíduos sólidos de forma inadequada (lixos expostos a céu aberto ou queimados, quando não eram enterrados ou jogados no rio).

Foi detectada ainda a noção de que o soro é um subproduto da indústria, ou seja, sinônimo de descarte. As alternativas de destinação do mesmo até então

eram paliativas e momentâneas, havendo um inadequado trato da matéria-prima soro durante o processo produtivo; este fica exposto a altas temperaturas, o que reduz a quantidade de lactose, por exemplo, impedindo a obtenção de derivados de boa qualidade.

Seguindo as etapas do “Projeto Minas Ambiente”, construiu-se, em uma das indústrias de laticínios filiadas ao projeto, uma estação de tratamento de efluentes (ETE) em escala demonstrativa. O objetivo era implantar uma tecnologia que, em conjunto com o seu pós-tratamento, apresentasse menor custo que as demais, atendendo à realidade econômica das empresas conveniadas (Silemg, 2002). A partir deste experimento, cada laticínio filiado ao Projeto teria condição de avaliar qual estação seria a mais adequada.

Maiores considerações, particularmente em termos de avaliação do Projeto Minas Ambiente/Laticínios, estão no capítulo 9, sob a forma de resultados da pesquisa.

8) METODOLOGIA

Inicialmente, vale ressaltar que esta dissertação não teve como objetivo trabalhar a questão teórica das representações sociais, mas, simplesmente utilizar-se desta abordagem teórico-metodológica para encontrar quais representações da questão ambiental estão presentes entre os atores sociais pesquisados. Neste capítulo são feitas breves considerações sobre as questões metodológicas utilizadas para tal fim.

8.1 Natureza da pesquisa

Esta pesquisa é de natureza qualitativa. Pretendeu-se investigar o fenômeno em sua complexidade e em seu contexto natural, sem buscar responder a questões prévias ou testes de hipóteses (Bogdan & Biklen, 1994; Godoy, 1995).

Adotou-se a perspectiva fenomenológica como apoio teórico, em que o objeto de estudo é a visualização do *entendimento* e da *experiência* que as pessoas têm em relação aos objetos (Bogdan & Biklen, 1994), bem como os *significados* que sustentam suas ações (Alencar, 1999). Nota-se, assim, que a fenomenologia e a teoria das representações sociais compartilham dos mesmos pressupostos ontológicos sobre a realidade, incluindo, por exemplo, a interdependência entre pensar e falar (Moscovici, 2000).

8.2 O método do estudo de caso: uma opção pelo multicaso

Sabe-se que enquanto o estudo de caso tem por objeto de investigação uma unidade (pessoa, empresa etc.) a ser analisada profundamente, procurando-se respostas sobre “como” e “por que” certos fenômenos ocorrem (Godoy, 1995; Yin, 2001), os estudos multicaseos ocorrem quando o estudo envolve dois ou

mais sujeitos, duas ou mais instituições (Trivinos, 1995), com características semelhantes àquelas dos estudos de caso. Podem ser feitas descrições de mais de uma unidade ou ainda comparações entre elas, sem necessariamente seguir os objetivos de natureza comparativa (Godoy, 1995; Yin, 2001).

A seleção dos dois casos deu-se com base em uma pesquisa realizada pela autora, cujo intuito era detectar a construção do conhecimento sobre os sistemas de gestão ambiental, por parte de dez gestores de laticínios da região sul mineira, tendo a Teoria das Representações Sociais como suporte teórico (Sousa et al., 2002). Optou-se, para fins deste trabalho, por dois laticínios, cujos gestores apresentaram duas representações sociais distintas de meio ambiente e sistemas de gestão ambiental.

Ambas as empresas, objetos da pesquisa, são localizadas no sul de Minas Gerais. A primeira é de porte médio, porém, atua em um mercado seletivo e empreende um conjunto de ações concretas (estação de tratamento de efluentes, parceria com uma fundação ambientalista para coleta e comercialização dos resíduos sólidos, doação de subprodutos como o soro de leite para alimentação animal etc.) no sentido de incorporar a questão ambiental ao seu sistema de gestão, inclusive usando tais ações para promover o marketing institucional. A segunda é de porte menor, com produtos tradicionais e adota poucas ações que visam incorporar a questão ambiental ao seu sistema de gestão.

8.3 Coleta dos dados e o processo de amostragem

Os dados foram coletados no local de ocorrência dos eventos e fenômenos estudados (Brioschi & Trigo, 1987).

Partindo-se da afirmação de que os estudos centrados no processo de elaboração das representações sociais objetivam entender a construção de teorias, a coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semi-estruturadas (Spink, 1995). Estas serviram como instrumento de questionamento sobre a

maneira como os sujeitos interpretam certos aspectos do mundo (Trivinos, 1995), em especial aqueles relacionados à questão ambiental. Usou-se o gravador e, posteriormente, as entrevistas foram transcritas e analisadas. O roteiro seguido nas entrevistas encontra-se em anexo.

Na pergunta referente ao significado dado a “meio ambiente”, foram apresentados aos entrevistados cinco cartões com figuras para que selecionassem os mais adequados conforme sua representação de meio ambiente (Crespo & Novaes, 2002: 33). O cartão 1 continha figuras de cachoeiras, animais silvestres, aves, flores, matas, simbolizando essencialmente uma representação naturalista. O cartão 2 continha fotos de índios, agricultores, enfim de povos ligados à terra e à natureza. O cartão 3 apresentava fotos de estradas e prédios rodeados por áreas verdes, tratores em lavouras, expressando a relação entre natureza e progresso, sem, contudo, haver a presença do ser humano. Já o cartão 4, com figuras de pessoas na praia, em lugares arborizados, bem como em montanhas, simbolizava o ser humano como parte do meio ambiente, expressando uma representação globalizante (Reigota, 2001; Moares et al., 2000). O cartão 5, por sua vez, era composto por figuras demonstrando a degradação ambiental, com fotos de indústrias poluindo o ar, queimadas em florestas, lixos espalhados e favelas, demonstrando uma representação pessimista de meio ambiente, a partir dos efeitos negativos da relação ser humano–natureza–sociedade.

No laticínio A, a amostra foi intencional, seguindo os objetivos pretendidos na pesquisa (Mattar, 1997). Dois dentre os três gestores foram entrevistados e dos 85 funcionários, treze foram abordados em entrevistas, conforme os setores que trabalham. O laticínio é dividido formalmente em quatro setores, incluindo suas três fábricas: administração (composto por 8 funcionários), fabricação (24 funcionários), indireta fábrica (28 funcionários) e vendas (25 funcionários). A amostra deu-se da seguinte forma: dois do setor de

administração, quatro da produção, cinco ligados indiretamente à produção e dois da área de vendas.

Já no laticínio B todos foram entrevistados: as duas gestoras e os três funcionários.

Além disso, fez-se uso da observação não participante, sendo possível o registro de manifestações do sujeito, aspectos físicos, bem como as reflexões do investigador surgidas em face da observação dos fenômenos (Trivinos, 1995).

8.4 Análise dos dados: uma opção pela análise do discurso

Pelo fato das representações sociais expressarem-se na comunicação e na conduta, referencialmente na linguagem falada, a análise do discurso dos atores sociais mostrou-se como a metodologia mais adequada na interpretação dos dados. Conforme Spink (1995), a análise centrada no discurso é demorada e exige a utilização de poucos sujeitos, chamados de “sujeitos genéricos”, os quais, devidamente contextualizados, podem representar o grupo no indivíduo.

Seguiu-se parte da metodologia de análise dos discursos apresentada pela autora, com os seguintes passos: i) transcrição da entrevista; ii) leitura flutuante do material, intercalando a escuta do material gravado com a leitura do material transcrito, prestando atenção nas versões contraditórias, nos silêncios, hesitações, bem como na retórica ou organização do discurso; iii) retorno aos objetivos da pesquisa, especialmente para definir claramente o objeto da representação, pois, devido à complexidade do discurso, podem aparecer teorias sobre múltiplos aspectos relacionados ao tema central (Spink, 1995).

Tendo chegado ao último item, foram definidos os temas emergentes dos discursos, a partir dos quais foram elaborados grupos de representações, sendo cada um caracterizado conforme estes temas. De posse das fontes de informações sobre a questão ambiental, partiu-se para a busca dos conhecimentos produzidos pela interpretação de tais informações na vida prática

e popular dos atores sociais (Reigota, 2001), ou seja, as representações sociais aqui dizem respeito aos conhecimentos sobre a questão ambiental no âmbito global, setorial e cotidiano.

Vale dizer que a análise de discurso não é um método de interpretação que atribui sentido ao texto, mas sim aquele que busca conhecer os mecanismos pelos quais um processo de significação se constrói (Gadet & Hak, 1997). Além disso, o discurso é, ao mesmo tempo, lingüístico, pois possui mecanismos que organizam o texto, e histórico, por depender de relações sociais nas quais foi produzido (Orlandi, 1996).

Após a análise dos discursos, os resultados foram redigidos e apresentados no capítulo 9 desta dissertação. Ressalta-se que neste momento alguns relatos de entrevistas são citados, nos quais os nomes dos gestores e funcionários dos laticínios, bem como dos técnicos, foram substituídos por nomes de produtos da indústria láctea, para preservar a real identidade dos atores sociais entrevistados.

9) RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, fruto da realização de entrevistas, transcrição e análise das mesmas.

Inicialmente há uma análise do discurso dos técnicos responsáveis pelo “Projeto Minas Ambiente”, por meio do qual foi possível traçar suas representações sociais sobre a questão ambiental, em particular no âmbito da indústria de laticínios.

Em seguida, é apresentado o laticínio A, seu histórico e mercado de atuação, perfil dos gestores e outras considerações; após, há as representações sociais encontradas nas falas dos gestores e dos funcionários, tanto os da fábrica que possui uma estação de tratamento de efluentes (ETE) quanto aqueles da fábrica deste laticínio que não possui ETE em suas instalações.

Logo após, há a análise do laticínio B, seu histórico, mercado de atuação e perfil dos gestores, além da apresentação das representações sociais detectadas nos discursos dos gestores e funcionários. Vale lembrar que deste laticínio não é exigida pela legislação a instalação de uma ETE, devido à quantidade de leite industrializada.

9.1 As representações sociais dos técnicos: o “Projeto Minas Ambiente” em debate

Aspectos de âmbito informativo já foram mostrados no referencial teórico sobre o “Projeto Minas Ambiente”. No entanto, achou-se interessante trazer, em termos de resultados de pesquisa, trechos de discursos dos técnicos que estiveram à frente deste projeto.

Destes discursos em análise, um é fruto de uma entrevista feita a um técnico bolsista do centro de pesquisas responsável pelo projeto, o qual havia sido incorporado à equipe técnica já no final dos trabalhos. A entrevista seguiu o

mesmo roteiro das entrevistadas feitas aos atores sociais dos laticínios, porém com ênfase na questão ambiental no âmbito setorial. O outro discurso tem sua origem na preleção feita pelo então responsável pelo Projeto Minas Ambiente, realizada no “Simpósio Minas Ambiente-Controlle Ambiental em Pequenas e Médias Indústrias”, que foi a exposição dos resultados, em junho de 2002, em Belo Horizonte, MG.

A partir dos dois discursos foi possível traçar as representações sociais encontradas entre os técnicos da questão ambiental na indústria de laticínios.

9.1.1 A questão ambiental no âmbito setorial: representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios

Acredita-se que a questão ambiental surgiu no setor de laticínios muito em função da legislação, devido particularmente à atuação da FEAM.

Os discursos de ambos os técnicos revelam a “*representação tecnicista*” (Brügger, 1999; Lima, 1998; 1999; Carrieri, 2000). Os temas emergentes nos discursos mostram as características principais encontradas.

O soro e os efluentes líquidos como os maiores problemas

O soro lácteo é considerado um problema ambiental bastante significativo, em função do grande volume que é gerado (um quilo de queijo gera nove litros de soro). Foram considerados graves problemas ambientais também os efluentes líquidos e sólidos, bem como a poluição atmosférica.

Observa-se a preferência dos técnicos em sugerir o uso de tecnologias limpas, o que solucionaria todas as questões ambientais da indústria (Layrargues, 1998; Brügger, 1999), particularmente no tratamento dos efluentes líquidos.

Já o soro, pela impossibilidade de ser tratado, torna-se o maior problema, segundo os técnicos. Dentre as opções para se lidar com o mesmo estão:

I) A produção de ricota, por meio da coagulação das proteínas do soro. No entanto, além de haver pequeno mercado consumidor, há ainda a geração de um novo soro com lactose, que dificulta o tratamento nas ETEs.

II) Bebidas lácteas, produzidas com 70% do soro, agregado a outros componentes. Neste caso o soro é eliminado, mas também não há mercado consumidor suficiente no Brasil. Uma opção seria oferecer bebidas lácteas em programas institucionais de alimentação escolar infantil, mas, para isso, seria necessária a conjugação de ações administrativas, políticas e sociais, além de um bom manejo do soro durante o processo produtivo do queijo.

III) Alimentação animal, especialmente de suínos. Esta opção é a mais tradicional, uma vez que pode gerar a diminuição do custo da alimentação. No entanto, a doação excessiva do soro aos animais gera a produção de gases e até mesmo a morte, além de ser corrosivo e danificar os equipamentos.

Educação ambiental como treinamento na fábrica

Fica nítida a representação de que as pessoas são *recursos humanos* que devem ser treinados, com o objetivo de reduzir o consumo de água e insumos em geral no processo produtivo. Tal treinamento visa diminuir os efluentes que serão tratados, o que, conseqüentemente, reduz o custo do tratamento. O discurso a seguir reflete explicitamente esta afirmação. Trata-se da resposta dada pelo técnico à pergunta de como deveria ser a educação ambiental com os funcionários de uma fábrica.

“Ah, é um trabalho de gestão ambiental, trabalho mais ou menos tipo ISO 14000. A gente trabalha toda a linha do processo, e reduzir a carga orgânica lá dentro, reduzir o consumo de água. Trabalhar com os pontos que tão gerando efluente, tentar reduzir, minimizar ou trocar

por uma tecnologia mais moderna que gera menos... tem muito equipamento obsoleto, que tá gerando muito efluente (...) além de trabalhar com educação ambiental nos funcionários... Eles tão acostumados em deixar torneira aberta...se o consumo for menor, conseqüentemente gera menos efluente” (técnico Requeijão).

É claro que o aspecto técnico da questão ambiental, especialmente em indústrias, é essencial. Porém, não pode ser predominante em processos de sensibilização (Brügger, 1999; Grün, 1996).

O grande destaque dado, em particular pelo técnico “Bebida Láctea”, foi em relação à falta de mão-de-obra especializada para lidar com o tratamento dos efluentes líquidos em uma estação de tratamento.

“A indústria de laticínios não tem uma mão-de-obra especializada (...) é uma indústria muito familiar, então, nós vimos que a questão do tratamento de efluentes seria um problema você ter uma pessoa com conhecimento técnico suficiente para assumir o tratamento da indústria (...) Porque realmente o tratamento de efluentes não é uma coisa tão simples que se deixa lá no fundo da fábrica. Ele tem que ser operado. Ele é um pouco mais complexo do que se possa imaginar e as indústrias realmente não têm técnico. O máximo que uma indústria de laticínio de pequeno porte tem é um técnico de nível médio, mas especialista em laticínios; então, esse foi um dos problemas que nós detectamos imediatamente” (técnico Bebida Láctea).

Percebe-se a preocupação destes técnicos em treinar as pessoas para manusearem a estação. É válido fazer novamente referência a Brügger (1999) criticando a “educação adestradora”, cuja base está na aplicação de soluções eficazes, como a administração de recursos naturais e o treinamento de *recursos humanos*. Os problemas ambientais podem ser solucionados ao serem adotadas as medidas corretas, o que reduz a questão ambiental a simples problemas de ordem técnica ou natural.

Montez (1999) considera que a baixa instrução dos funcionários não se torna um impedimento para a implantação do sistema de gestão ambiental. Tais pessoas, mesmo tendo um baixo nível de escolaridade, são profundas conhecedoras de suas atividades no laticínio. O autor sugere um trabalho

conjunto entre os responsáveis pelo setor produtivo, administrativo e de demais setores para levantar os aspectos e impactos ambientais de suas atividades, no sentido de formular ações corretivas, mas principalmente aqueles de natureza preventiva.

Percebeu-se claramente a influência da formação educacional dos técnicos em suas definições de educação ambiental, bem como na defesa da ISO 14000 e do desenvolvimento sustentável como alternativas de “mudança de rumo”. Moraes et al. (2000), mostraram claramente que os cientistas ligados aos cursos de Ciências da Vida, Exatas e da Terra estão voltados para uma formação profissional que privilegia aspectos naturais e técnicos do mundo em que vivemos, enquanto que os de Ciências Humanas e Sociais incluem os seres humanos ao meio ambiente. Conforme os autores, há *“uma dependência entre a área de conhecimento de origem do entrevistado e a sua representação de meio ambiente”* (Moraes et al, 2000: 93).

9.1.2 O “Projeto Minas Ambiente”: excelente para gerar “tecnologias de fim-de-tubo” e disseminar a representação tecnicista de meio ambiente

Ambos os técnicos avaliaram que o Projeto Minas Ambiente foi excelente no sentido de ter proporcionado a geração de tecnologias para o tratamento de efluentes às pequenas indústrias de laticínios filiadas a ele.

“Acho que foi viável, repercutiu bem. Acho que sem isso, o que que ia acontecer? Ou alguns laticínios iam acabar fechando ou cada um ia por si só resolver o seu problema. Ia ficar assim muito individual, o custo seria maior né? Porque cada um ia ter que fazer o seu, cada um ia ter que pesquisar a sua própria empresa, cada um ia ter que usar as tecnologias convencionais que já existe, que são mais caras ou então iria ter que pesquisar. Mas cada um, separado, ia ser mais caro; aqui cada um dá uma parcela, paga um valor, mas é bem menos do que teriam que pagar se fosse individualmente, e os resultados são pro grupo todo, uma tecnologia que fica mais fácil de você trocar o conhecimento, trocar a idéia, melhorar; imagina, se cada um tivesse usando uma tecnologia diferente, ou até com semelhanças, mas com padrões, com critérios diferentes de dimensionamento, fica meio

confuso. Então, o projeto foi bom porque ele agregou valores científicos, técnicos, da própria indústria também. Os que não tinham essa visão começaram a ter também, começaram a trabalhar, fazer parcerias” (técnico Requeijão).

Percebe-se a satisfação do entrevistado ao afirmar que as estações de tratamento de efluentes, pelo simples fato de terem sido construídas, já são suficientes para resolver os problemas ambientais dos laticínios de Minas Gerais. Nota-se claramente o reducionismo técnico, devido à crença de que com o tratamento dos resíduos do final do processo produtivo, a gestão ambiental torna-se eficiente (Layrargues, 1998, Brügger, 1999).

O outro técnico, em sua preleção, deu ênfase a medidas que buscam reduzir a geração de efluentes para conseqüentemente reduzir custos. Citando outro trecho de seu discurso, a representação técnico/econômica da questão ambiental fica clara:

“(...) a gente tentou durante todo o Projeto, que esse fosse o nosso lema: que cada indústria reduzisse o máximo possível a geração de efluentes para que ele pudesse reduzir o gasto dele no final do tratamento” (técnico Bebida Láctea).

Mesmo percebendo o enfoque no final do processo dado pelos técnicos, há o discurso sobre a necessidade de haver um trabalho ao longo do processo produtivo, por se acreditar que as técnicas e os equipamentos utilizados são antigos, o que gera muitos desperdícios. Porém esta dita “gestão ambiental” vem como algo extra ao “Projeto Minas Ambiente”:

“(...) vai começar a fazer essa questão de gestão ambiental, vai começar a ir em indústria de laticínio (...) não sei como é que vai ser (...) vai ter que começar com a idéia de processo, pois o que faz dentro da fábrica repercute na ETE. Então, não vai ser uma coisa assim paralela, é um conjunto, é como se fizesse parte do processo também. (...)A idéia é que, em função dos resultados da ETE, você também conseguir economia dentro da empresa, né? Porque toda essa política de você gerar menos, ter todo um controle dos produtos que tá usando, repercute numa economia no final (...) Essa parte de gestão ambiental

tá começando agora; tem gente, tem os estagiários aqui junto, não sei, acho que não faz parte do Projeto Minas Ambiente...vai trabalhar dentro da área, do processo, reduzir, trabalhar com educação ambiental com funcionários, tecnologias” (técnico Requeijão).

Percebe-se a confusão do técnico quanto aos passos seguintes do projeto, em especial no que se refere ao trabalho de gestão ambiental, ou seja, deixar claro aos empresários e funcionários dos laticínios que um sistema de gestão ambiental não é somente no final do processo, mas ao longo do mesmo (Juchem, 1995). Ainda que os técnicos saibam desta necessidade, o “Projeto Minas Ambiente”, como os resultados mostram, apresentou tecnologias que poderão ou não ser adquiridas pelos empresários, já que estes terão que comprá-las, além do fato de que o trabalho de sensibilização quanto à necessidade de reduzir gastos ao longo do processo talvez ainda ocorra.

Diante destas reflexões, pode-se considerar que as empresas pagaram para que fossem desenvolvidas tecnologias e, após o término do Projeto, terão que pagar “por fora” para entender que gestão ambiental não se reduz à ETE. Nota-se o sério reducionismo técnico, em que a questão ambiental foi difundida como simples tratamento de efluentes do final do processo, com uma leve tendência a considerar-se o processo como um todo, porém, sem perder o predomínio técnico/econômico da questão.

Tendo visto as representações sociais dos técnicos, parte-se agora para a análise de como as informações vindas não só destes, como também da mídia em geral, são interpretadas pelos atores sociais dos laticínios em estudo.

9.2 O Laticínio A e a diferenciação de produtos como vantagem competitiva

Aqui é mostrado o retrato de um dos laticínios analisados, para posteriormente serem apresentadas as representações sociais de seus membros.

9.2.1 História e mercado de atuação

O laticínio A foi fundado em 1985, por um médico, cujo pai havia tido um laticínio em uma cidade do sul de Minas Gerais. Aproveitando a tradição recebida do antigo laticínio, a nova empresa, também localizada nesta região, atualmente encontra-se entre os principais fabricantes de queijos finos do Brasil. Apresenta uma linha diversificada de produtos de alto valor agregado, além de uma marca com boa penetração de mercado, detendo liderança no mercado do queijo tipo Gorgonzola (Rezende, 2000).

Com as mudanças nos padrões de consumo de alimentos e as tendências previstas para o futuro, percebe-se que o mercado de queijos finos tem passado por um processo de profissionalização, principalmente nas atividades de marketing. As empresas, assim, estão procurando uma maior aproximação dos consumidores, além de tornar seus produtos mais atrativos, frente à crescente concorrência, principalmente internacional (Rezende, 2000).

O laticínio A caracteriza-se por ser uma empresa de porte médio, que busca diferenciar-se para permanecer competitiva neste cenário.

9.2.2 Os filhos na administração: breves comentários sobre sua atuação

O laticínio A sempre foi familiar. Além do proprietário, os dois filhos atuam diretamente na direção da empresa.

Um destes é o Diretor de Planejamento e de Qualidade. É graduado e mestre em Administração e exerce a atividade de controle de qualidade e administração de marketing.

O outro filho é o Diretor Comercial. É engenheiro de produção e na época da pesquisa estava em fase intermediária do doutorado em Inovação Tecnológica. Na empresa já assumiu a área de produção e de custos, estando atualmente na área comercial.

9.2.3 Estrutura organizacional e perfil dos funcionários

O laticínio A é composto atualmente por três fábricas, das quais uma delas teria novas instalações em meses posteriores à época da pesquisa. Cada uma é responsável pela fabricação de uma determinada linha de produtos, os quais são tratados de forma artesanal.

Para fins deste trabalho, duas fábricas foram visitadas, em que parte dos funcionários foi entrevistada. Optou-se por escolher a fábrica matriz, bem como aquela responsável pela produção dos queijos tipo Gorgonzola. A primeira possui uma estação de tratamento de efluentes (ETE) em suas instalações, enquanto que a segunda, localizada na zona rural, não possui uma ETE.

Como fruto de observação, viu-se que na fábrica sem ETE há uma caixa que recebe o soro resultante do processo de produção do queijo, de onde qualquer produtor de porcos da região pode retirar a quantidade que lhe convém. Os efluentes líquidos da fábrica vão para o córrego próximo ao laticínio, com alguns resquícios do soro. Tal situação foi explicada por um dos técnicos da empresa, ao dizer que em breve uma ETE seria construída para tratar estes resíduos.

Em relação aos funcionários, conforme dados da pesquisa realizada em julho de 2002, viu-se que estes são, no total, 85, incluindo as três fábricas e os promotores de vendas residentes em outras cidades, como por exemplo, São Paulo. Em relação ao nível de escolaridade, os dados estão no Quadro 3.

QUADRO 3 - Nível de escolaridade dos funcionários do laticínio A

<i>Setor da empresa</i>	<i>Nível de Escolaridade</i>
Administração	87,5% com ensino médio completo 12,5% com superior completo
Fabricação	8,33% com o ensino fundamental incompleto 91,67% com o ensino fundamental completo
Indireta fábrica	28,57% com ensino fundamental incompleto 60,71% com ensino fundamental completo 3,57% com ensino médio incompleto 3,57% com ensino médio completo 3,57% com superior completo
Vendas	8% com ensino fundamental incompleto 16% com ensino fundamental completo 8% com ensino médio incompleto 64% com ensino médio completo 4% com superior completo

Fonte: dados da pesquisa, julho de 2002

9.2.4 Surgimento da questão ambiental

A preocupação com a questão ambiental, de acordo com os depoimentos dos gestores, surgiu no laticínio A basicamente há sete anos, quando a legislação ambiental passou a ser mais rígida, com maior fiscalização da FEAM.

O laticínio A inicialmente filiou-se ao “Projeto Minas Ambiente”, conseguindo a licença de operação. No entanto, com a evolução das atividades, percebeu-se, segundo os gestores, que o Projeto não estava cumprindo todas as exigências e compromissos acordados com a FEAM. Além disso, havia apenas um estudo sobre as possíveis tecnologias utilizáveis para o tratamento de efluentes de laticínios, o que levou a organização a questionar a real viabilidade de continuar com tal filiação, uma vez que após o término, de qualquer maneira, deveria ser contratada uma firma que desenvolvesse um projeto específico, conforme cada processo produtivo.

Diante desta situação, os dirigentes acharam por bem desenvolver a tecnologia de tratamento dos efluentes por conta própria, por meio da contratação de uma empresa especializada. Tendo este projeto aprovado pela FEAM, construiu-se a estação de tratamento, cuja operação tinha pouco mais de um ano na época da pesquisa.

O laticínio estabeleceu um convênio com o NIT-GCT, uma organização que reúne a empresa de base tecnológica Global Ciência & Tecnologia (GCT) e a UFLA (Universidade Federal de Lavras), desenvolvendo, dentre outros projetos, estratégias de internalização da questão ambiental aos sistemas de gestão em pequenos e médios laticínios. O resultado do convênio propiciou a instalação da estação piloto desta empresa ao lado da estação de tratamento do laticínio A, com o intuito de desenvolver novas tecnologias no tratamento de efluentes de laticínios. Além disso, há uma parceria com a Fundação Pró Defesa Ambiental, que recebe não só todo lixo reciclável gerado dentro da empresa, mas também parte do faturamento da empresa, que é destinada aos projetos da Fundação. Como fruto desta parceria há um selo a ser colocado nos produtos do laticínio, informando a destinação de parte da receita para a entidade.

Os gestores acreditam que a empresa tem uma certa experiência no tratamento da questão ambiental, em especial em meio à rotina diária de produção. Foram citados os bons resultados que a empresa vem obtendo na redução da carga orgânica gerada na fábrica, bem como de água e energia. Maiores detalhes sobre as representações sociais estão a seguir.

9.3 Representações sociais dos gestores do laticínio A

Grande parte da literatura que trata da questão ambiental em organizações privadas deixa claro que, mesmo havendo a instalação de estações para tratamento de resíduos, iniciativas de reciclagem de lixos industriais, reduções de consumo de água e energia no processo produtivo, antes de tudo

deve haver a noção a respeito da real importância da questão ambiental, por parte de todos os membros da organização, a começar pela alta direção. Desta forma é essencial a exposição das representações sociais encontradas nas falas dos gestores entrevistados do laticínio A.

Observou-se que as informações em relação à questão ambiental vieram aos gestores especialmente por meio da legislação. Além disso, eles têm fácil acesso ao meio acadêmico, de onde recebem uma gama de informações em relação à temática ambiental, sem contar nos jornais e programas de televisão aos quais têm acesso.

A partir de tais informações são formadas as representações sociais em relação à questão ambiental nos âmbitos global, setorial e cotidiano.

9.3.1 A questão ambiental no âmbito global: representações sociais da crise ambiental e desenvolvimento

Pode-se dizer que foi encontrada uma representação nas falas dos dois gestores, que foi denominada “*representação globalizante ecodesenvolvimentista*”. As características da mesma estão a seguir.

A crise ambiental como parte de uma crise mundial: representação globalizante

Percebe-se que os gestores do laticínio A acreditam que a crise ambiental não é isolada dos demais problemas da sociedade contemporânea, mas a vêem como inserida em uma crise maior. Os problemas ambientais não se restringem apenas à escassez de recursos naturais e à extinção de animais, mas envolve também a falta de acesso à terra por parte de povos mais pobres, a má qualidade de vida etc. Um dos maiores problemas se concentra na dificuldade de mudar a consciência das pessoas, particularmente dirigentes dos países desenvolvidos.

“(...) recursos naturais que tão se acabando, né? Destruição de animais, de florestas, desenvolvimento feito às custas da natureza... falta de condições das próprias populações mais necessitadas não terem acesso às coisas, isso é um problema ambiental. Não terem acesso à terra, não tem terra de qualidade mais, índice de chuva caindo. Então, essas coisas eu acho que influencia a vida de todo mundo, a questão da água, né? Acho que vai influenciar, ninguém vai tar imune a isso, sem uma solução de curto prazo fácil. Depende de muita coisa, e não é minha... especialidade, mas imagino que seja uma... mudar a consciência das pessoas... dos dirigentes, principalmente dos países desenvolvidos, é complicado” (gestor Tilsit).

A partir da análise deste relato, considerou-se a existência de uma representação globalizante, à medida que esta, segundo Moraes et al. (2000), está ligada a uma visão de mundo integrada, em que o ser humano é entendido como parte do seu meio ambiente.

O desenvolvimento no Brasil deve passar pelo fortalecimento das agroindústrias

No discurso dos gestores ficou clara a crença de que o desenvolvimento de uma nação passa necessariamente pela geração de empregos à população, sendo esta a maior contribuição de uma empresa privada do porte do laticínio A. Defendem que, das empresas que poluem, o Estado deve exigir contrapartidas, como reflorestamento das áreas devastadas e prejudicadas.

Há a crença de que a agroindústria é a melhor opção para o país, pelo fato de afetar menos o meio ambiente. Além disso, a vocação do Brasil, segundo as representações analisadas, é ser cada vez mais rural. A fala de um dos gestores mostra isto:

“(...) a solução pro Brasil é desenvolver o que ele tem de mais forte, que muito coisa ele tem... não é a produção industrial ou pesada, mas sim ligada à agroindústria, a própria questão da agricultura, a agroindústria que são indústrias que afetam, entre aspas, afetam menos, né?, o ambiente; eu acho que nosso desenvolvimento não passa mais por indústria pesada de ponta, né? Nós não temos como chegar a esse diferencial tecnológico, de educação dos países desenvolvidos...acho difícil de ser rompido. A gente tem que ter

justamente a valorização de coisas mais... naturais e que a gente tem vantagens por ter um clima bom, solo, né?... Uma área muito grande geográfica (...) Eu acho que a vocação do Brasil tem que ser essa, sermos cada vez mais rurais” (gestor Tilsit).

Quanto à construção de hidrelétricas, esta, na representação dos gestores, é a melhor alternativa, diante da disponibilidade de recursos hídricos existentes no Brasil. Sabem das outras possibilidades, mas crêem serem as hidrelétricas mais viáveis, ainda que haja a preocupação com os impactos negativos gerados.

Neste sentido, acreditam que o problema do Brasil nem é de geração de energia, mas é a falta de conscientização da população que desperdiça muita água e energia elétrica. Em relação ao “Apagão”¹, o gestor deu sua opinião:

“Eu acho que foi uma bela oportunidade pra conscientizar as pessoas (...) O desperdício foi uma grande oportunidade pras pessoas aprenderem, mas eu não sei até que ponto elas aprenderam. Acho que depois que passou a restrição, muita gente voltou a consumir igual era. Eu acho que já devia ter uma política de contenção permanente de... de incentivo à economia e permanente, isso aí parou de ser feito, né? Então, eu acho que o problema maior nem é de capacidade de produção de energia, mas o desperdício é muito grande no Brasil ainda, e eu acho que algumas pessoas aprenderam, mas, no geral, eu acho que ainda vai, o consumo continua acima do que deveria” (gestor Tilsit).

A partir das análises das falas, optou-se por caracterizar esta representação como ecodesenvolvimentista, seguindo o que foi escrito no referencial teórico sobre esta alternativa de desenvolvimento – o ecodesenvolvimento. Nesta representação, prima-se pela satisfação das necessidades básicas e a solidariedade com as gerações futuras, preservando os recursos naturais e o meio ambiente em geral, além de propor estratégias

¹ O “Apagão” consistiu em uma crise energética pela qual o Brasil passou no ano de 2001 (o ano anterior à pesquisa). O governo federal, visando a redução de consumo de energia elétrica, impôs metas de consumo que deveriam ser seguidas pela população, sob pena de pagamento de multas.

socioeconômicas e espaciais diversificadas, associadas às realidades locais, com base no planejamento participativo (Brüseke, 1998; Amâncio, 2000).

O gestor, no seu discurso, acredita no desenvolvimento do Brasil por meio da geração de empregos, porém, sem aquele ímpeto desenvolvimentista que busca a construção de indústrias pesadas a qualquer preço; sua representação é de uma industrialização mais “tranqüila”, respeitando o processo histórico e evolutivo do país e, acima de tudo, suas vantagens comparativas, ou seja, suas características que o fazem um país rural. E no que se refere à participação da população, fica clara em sua fala a crença de serem necessários programas de educação e sensibilização para que as pessoas aprendam a reduzir o gasto de energia, extrapolando medidas impostas de restrição de uso, como o “Apagão”.

9.3.2 A questão ambiental no âmbito setorial: representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios

Quando a discussão foi voltada ao nível setorial, percebeu-se que, mesmo defendendo concepções ligadas ao ecodesenvolvimento, por achar que o próprio processo de desenvolvimento foi um dos causadores da crise ambiental, os gestores deixaram nítidas, em seus discursos, representações atreladas ao reducionismo mercadológico (Layragues, 1998; 2000; Maimon, 1996). Destacase, dentre outras representações, a possibilidade de conciliar desenvolvimento sustentável, cuidado com meio ambiente e ganhos econômicos por parte das organizações privadas. Segundo Layragues (1998), o setor empresarial assumiu uma postura positiva para com o meio ambiente em meados de 1990, não por causa da rigidez da legislação ambiental, mas por vislumbrar oportunidades de negócio ao agregar a questão ambiental a seus processos.

Desta forma, no âmbito setorial, a representação encontrada foi chamada de “*representação mercadológica tecnicista*”, com os seguintes temas emergentes.

A questão ambiental na indústria: ação estratégica e vantagem competitiva

Mesmo dizendo que a questão ambiental faz parte de uma crise mais ampla, com múltiplos fatores, pode-se afirmar que o enfoque dado a tal questão no laticínio A é econômico. Quando solicitado para falar as primeiras palavras que vinham à sua mente ao lembrar de “meio ambiente”, um dos gestores citou: responsabilidade, diferencial, comunidade e comprometimento. Além disso, acreditam que o pioneirismo do laticínio A frente aos concorrentes é uma grande vantagem competitiva.

“E a gente tem encarado isso como um diferencial, uma maneira da gente tá obtendo vantagens competitivas com essa questão, com o nosso pioneirismo nessa área” (gestor Brie)

Ainda que a questão ambiental tenha chegado ao laticínio por meio da legislação, logo se percebeu que a mesma poderia ser revertida como fonte de vantagem competitiva e conseqüente lucro. Tal posição é justificada, uma vez que a empresa está inserida no mercado de queijos finos, que é competitivo e conta com consumidores exigentes.

“Eu acho que, é, seria demagogia falar que a gente não tem essa preocupação com o marketing, é lógico que tem. E eu acho que a gente tem que ter mesmo, porque a gente tá num mundo competitivo, a gente tá trabalhando numa empresa que tem fins lucrativos, então, bem ou mal, esta questão ambiental gera um custo pra empresa. Esse custo, na medida que for possível, que puder ser revertido em benefícios através do marketing, eu acho que ele tem que ser mesmo; principalmente num país onde a minoria das empresas tem capacidade de estar fazendo esse tipo de marketing. Além do que, os nossos consumidores são essencialmente da classe A e B, e muito mais bem informados e talvez até preocupados com essa questão do que outros consumidores” (gestor Brie).

Tal relato confirma os escritos de Maimon (1996), quando afirma que, a partir da década de 90, proteger o meio ambiente deixou de ser uma resposta às

multas e sanções, inscrevendo-se em um cenário de competitividade e oportunidade. Além disso, a modificação do conceito de qualidade de vida e do produto, que agora deve ser ecologicamente viável, tem influenciado as novas preferências dos consumidores por “produtos verdes”.

Layrargues (2000) complementa ao escrever que a conjuntura neoliberal conduz as organizações privadas a buscarem nas tecnologias limpas fontes de vantagem competitiva e assim usar do controle de poluição não só como meio de economia de recursos, mas também para incrementar sua imagem diante da opinião pública.

Nos discursos dos gestores há afirmações de que a gestão ambiental encontra-se dentro da gestão socialmente responsável da empresa, em que toda a direção está envolvida.

“Gestão ambiental tem que estar agregada na gestão tradicional da empresa. Eu, como diretor de planejamento, quando eu planejo, eu tenho que estar levando em consideração toda a questão ambiental. Então, o fator ambiental pra mim é uma face, uma perspectiva a mais dentro de todos os fatores (...) externos à empresa, né?, que vão influenciar a tomada de decisão aqui dentro. Então, a gente não tem um departamento responsável por gerir a questão ambiental. A gente tem sim é a direção preocupada com essa questão e tentando passar pra todos os funcionários, pra toda a cadeia dentro da empresa, que é importante, é fundamental tá preocupado com essa questão” (gestor Brie).

Diante destas falas, vale lembrar Donaire (1994), quando mostra que na abordagem da temática ambiental em organizações privadas, são percebidas três fases de evolução distintas: percepção, compromisso e ação. A primeira ocorre quando os gestores entendem que a questão ambiental é importante, devendo ser considerada na política organizacional, porém, restringe-se apenas à alta administração. Na fase de compromisso, há uma disseminação do comprometimento organizacional, sendo contratada uma assessoria especializada para solucionar problemas técnicos apenas. A fase de ação se dá

quando a questão ambiental é incorporada nas funções produtivas e administrativas, por meio da exigência de investimentos de recursos e da modificação de processos e da própria estrutura e cultura organizacional.

Seguindo esta classificação, pode-se avaliar que o laticínio A está na fase de ação conforme o discurso dos seus gestores. No entanto, como se faz necessária a verificação a respeito da real disseminação aos funcionários, há um momento adequado para a análise das representações sociais destes.

Legislação desigual: impostos altos impedem ações de responsabilidade social “extras” à geração de empregos

Os discursos demonstram que, para os gestores do laticínio A, a legislação sobre a questão ambiental em laticínios é ainda muito obscura, em especial o que se refere a questões especificamente técnicas sobre como se faz o tratamento de efluentes. Além disso, concordam que a legislação é muito desigual, favorecendo empresas clandestinas, além dos prazos que são muito pequenos.

“(...) eu acho que, às vezes, a fiscalização é meio desigual, sabe? Atinge quem tá mais exposto, quem tá numa região mais perto, mais próxima das cidades, enquanto tem outras, cê vê que tem laticínios aí operando quase que na clandestinidade, no meio da zona rural, que não são atingidos. Então, essa desigualdade, que é complicada. E outra coisa é a questão dos prazos, né? Eu acho que tem que se exigir, mas como é uma coisa nova e que exige investimento. E a gente que já teve oportunidade de investir sabe que não é uma coisa de uma hora pra outra. Você não pode inviabilizar a produção e a continuidade, cê tem que colocar prazos pra que as pessoas possam, as indústrias possam se planejar e... atingir esses objetivos gradativamente, né? E esse problema da desigualdade, eu acho que exigem muito de uns e pouco de outros. Tudo bem que às vezes esses outros sejam os menos, os que têm menos recursos pra fazer, mas que também tem a lei pra todo mundo. Isso é uma coisa que a gente sente no dia-a-dia que quem ta, quem opta meio pela clandestinidade e fica, muita empresa de fundo de quintal... essas não são atingidas, não tiveram a oportunidade de serem fiscalizadas e tarem se adequando” (gestor Tilsit).

Nota-se a preocupação em não inviabilizar a produção em função do atendimento à legislação. Assim, é claro o enfoque primeiro na produção, sendo a questão ambiental, ainda que mascarada por trás de discursos, vista como cumprimento da legislação e um custo que necessariamente deve ser compensado de alguma forma.

Defendem que o Estado deveria incentivar as empresas por meio de abatimento nos impostos, a fim de que seus gestores sintam-se motivados a seguir as normas quanto à questão ambiental, principalmente.

“É mais ou menos o que eu falei antes, que tem que ser dado condições também, né? Ou seja, tem que ser dado incentivo, é, por exemplo, a questão tributária, coisa desse tipo, né? pra você poder tá... Existem alguns projetos culturais, sociais, que a gente vê, programas muito isolados para que as empresas possam, por exemplo, destinar parte do ICMS pra ajudar, né? projetos culturais, ou projetos sociais. Ah, eu acho que tem que ter uma contrapartida, porque eu acho que aqui... lógico que alguns setores têm margens altas, tem condições de fazer muito mais do que fazem, mas no... nível médio geral, falando por exemplo de indústria de laticínio, as margens são apertadas. Eu acho que a responsabilidade social existe mas a sobrevivência da empresa muitas vezes... principalmente a carga tributária que incide muita alta, dificulta você a poder” (gestor Tilsit).

Desta forma, pelo fato de a legislação ser rígida e os impostos altos, a responsabilidade social de uma organização privada, do porte do laticínio A, segundo seus gestores, é gerar empregos e cuidar dos seus funcionários. Há uma média de 72 funcionários ligados diretamente nos processos de fabricação, mais de 200 fornecedores de leite, sem contar as pessoas que trabalham para estes, culminando em um grupo de 500 empregos diretos e indiretos.

A partir destes dados, os gestores disseram acreditar que a responsabilidade organizacional se dá no sentido de manter essas pessoas empregadas, de preferência com ganhos crescentes. Além disso, disseram que a organização preocupa-se com o desenvolvimento do município, por meio do pagamento de impostos e geração de empregos à população.

“(...) a ação, não é uma coisa que parece muito. Cê pode não fazer tanta coisa pra comunidade, mas cê faz pros seus funcionários muita coisa, né? distribuição de lucro, assistência médica, assistência odontológica, cursos que você pode, você faz, patrocina... são coisas... Poderiam ser feitas muito mais coisa, mas eu acho que, com margens reduzidas, pela situação difícil que a gente vive, não dá pra ser exigido tanto mais do que é feito, na média” (gestor Tilsit).

Percebe-se que a geração de empregos é uma grande contribuição, denotando uma visão desenvolvimentista, em que apenas a industrialização poderia tirar um país ou uma cidade do atraso. Segundo Layrargues (1998), a característica do projeto desenvolvimentista baseado no industrialismo foi a vinculação imaginária da incompatibilidade entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico. Meio ambiente foi associado a custos econômicos adicionais na produção, podendo significar a restrição da competitividade das empresas.

Porém, analisando o discurso do gestor “Tilsit”, nota-se sua ênfase na geração de empregos como meio de ajuda à sociedade. As demais exigências, como normas sobre a questão ambiental, bem como ajudas extras à sociedade, não são possíveis devido à necessidade de manter a produção em níveis crescentes em um contexto competitivo e com impostos altos. Assim, o meio ambiente é, sim, visto como um custo a mais, dentro das inúmeras exigências legais. No entanto, reverteu-se esta representação a uma oportunidade de obter vantagem competitiva e usar de suas ações ambientalmente corretas (fruto do cumprimento da legislação) como promoção de sua imagem institucional.

Gestão ambiental como responsabilidade social: o que é feito deve ser usado como marketing

Ainda que as ações sociais, tanto aos funcionários quanto à comunidade, não apareçam, elas não deixam de ser uma forma de marketing social.

“A questão ambiental vem pra gente como parte dessa responsabilidade social que a gente tem como empresa. A gente é uma empresa que foi criada aqui em [nome do município] e tem uma ligação muito forte com a cidade e a gente, em um primeiro momento, nunca quer tá prejudicando a sociedade e sim gerando emprego, renda, auxiliando nos projetos sociais, na medida do possível, né? Então, a gestão ambiental faz parte disso também, porque é através dessa preocupação em não estar degradando o meio ambiente, em tá preservando o meio ambiente e tudo mais, a gente tá ajudando a sociedade e ajudando a própria empresa, né?, a conseguir diferenciar esses interessantes de produção, de custo, de marketing” (gestor Brie).

Percebe-se a busca pelo retorno, em forma de lucro, das práticas da empresa na sociedade, ou melhor, pretende-se obter vantagens competitivas a partir da construção da imagem de uma empresa ambiental e socialmente correta (Maimon, 1996; Layrargues, 1998). Quando a razão econômica passa a ser mediada pela lógica mercantil (aumento da produtividade como um valor supremo), as empresas deixam de conduzir atividades para oferecer produtos a pessoas de carne e osso, a fim de produzir para algo abstrato – o mercado, enxergando consumidores e não cidadãos (Gonçalves, 2000).

É válido ainda citar que a fábrica que estava em construção na época da pesquisa será aberta à visitação, com vistas a ser uma fábrica modelo, não só no sentido de alta qualidade na produção e preocupação com o meio ambiente, mas como incentivo para aproveitar o potencial turístico da região, conforme dito por um dos gestores.

Como já visto, ambos os gestores acreditam que o lucro retirado pelos acionistas acaba retornando para a sociedade em forma de salário pago aos funcionários, bem como dos impostos. No entanto, mostraram a necessidade de contribuir com o poder público, citando o interesse da organização em trabalhar com instituições de ensino, em especial as de ensino fundamental, como meio de contribuir na formação dos alunos quanto ao cuidado com o meio ambiente. Além disso, há a intenção de se desenvolver projetos para auxiliar o poder público, principalmente na questão da merenda escolar e no desenvolvimento de

bebidas lácteas que utilizem o soro como matéria-prima.

Educação ambiental como treinamento: a dificuldade para lidar com funcionários antigos

Os gestores do laticínio A acham que o processo de sensibilização dos funcionários começa por meio do trabalho dentro da fábrica. Acreditam que, uma vez que a pessoa, inserida no ambiente fabril, recebe orientação a respeito de cuidar do meio ambiente, de fazer coleta seletiva de lixo e reduzir o consumo de energia e de água, de certa maneira ela começa a tomar uma consciência maior, influenciando sua família e as demais pessoas do seu convívio diário.

Eram realizadas reuniões semanais, em que o conselho de qualidade da empresa reunia-se para tratar, dentre outros pontos, das questões ambientais, haja vista que as mesmas são percebidas como parte das questões de qualidade do processo produtivo. No entanto, à medida que o número de funcionários cresceu, houve uma carência por um espaço físico adequado para as reuniões.

Assim, acreditam que a nova fábrica preencherá esta carência, onde haverá uma sala própria de treinamento e reunião com os funcionários. Porém, devido à crescente necessidade de sensibilização, especialmente por causa da otimização do uso da ETE depender da redução de consumo de água e produtos químicos em geral no processo produtivo (Machado et al., 2002), têm sido tomadas iniciativas esporádicas de sensibilização.

“(...) semana retrasada a gente teve uma iniciativa. Tinha gente que até hoje não conhecia a estação de efluentes que é do outro lado da rua, né? Funcionários principalmente da parte de produção; nós fizemos convocação pra todo mundo ir lá antes do expediente pra ver como que é o processo, pra saber o quê que eles tão produzindo aí de efluentes quando eles lavam os tanques dentro da fábrica, os produtos que eles usam, como que eles já podem cooperar aqui, né?, usando menos produto porque, às vezes eles usam mais pra ir mais rápido mas isso aí acaba impactando depois na estação, no desempenho da estação, então nós tivemos... começamos a fazer alguma coisa disso há pouco tempo... tem que ser feito muito mais, as pessoas precisam saber porque que a

gente tá fazendo isso, como funciona os processos, é uma coisa que a gente vai ter que trabalhar bem, com a intenção de tar conscientizando todo mundo”(gestor Tilsit).

Analisando-se esta fala, é interessante notar que o trabalho de sensibilização entre os empregados atende a princípios de caráter econômico, baseados na eficiência empresarial. Educação ambiental é treinamento para usar novos equipamentos que buscam reduzir desperdícios; são empregados princípios utilitários e funcionais em relação ao meio ambiente (Carrieri, 2000). Chama-se treinamento um tipo de instrução em que as pessoas são levadas a executar determinadas funções e tarefas, sob um padrão utilitarista-unidimensional de pensamento-ação (Brügger, 1999).

Tal afirmação tem como base os escritos de Gomes (2000), quando recomenda que um processo de implantação e manutenção de gestão ambiental, para gerar resultados que vão além da simples implantação de filtros de ar e sistemas de tratamento de esgotos industriais, deve oferecer, a todos da organização, noções que os levem a entender, por exemplo, a função biológica e social da água, bem como seu significado cultural.

Além disso, as falas dos gestores deixam claro que os funcionários novos são mais fáceis de serem sensibilizados quanto à questão ambiental, especificamente em relação aos mais antigos.

“(...) às vezes o pessoal mais velho é mais complicado, não mais velho de idade, mais velho de casa, mais tempo de empresa às vezes tem... por mais que o desenvolvimento seja grande, eles têm hábitos adquiridos aí, desenvolvidos, que são difíceis de se mudar, né?” (gestor Tilsit).

Verifica-se, a partir daí, a dificuldade de colocar em prática o que Donaire (1995) recomenda às organizações em se tratando de sistemas de gestão ambiental. Segundo o autor, deve haver uma mudança de comportamento que implica em uma revisão de valores das pessoas que trabalham na organização,

onde todos os membros devem ter em mente os conceitos, princípios e objetivos do SGA; só assim será possível a inserção da questão ambiental no cotidiano e nos processos de decisões.

Crença no poder de disseminação das informações na formação de cidadãos: os efeitos do treinamento

Observou-se, no laticínio A, que as questões ambientais são discutidas no interior da fábrica com os funcionários, em especial aqueles ligados diretamente ao processo produtivo, sendo ressaltada a importância de não desperdiçar água e energia elétrica, bem como de separar o lixo para reciclagem.

Neste contexto, os gestores acreditam no poder de disseminação que as informações passadas na fábrica podem ter na vida pessoal dos funcionários (Vianna, 1999), contribuindo até mesmo na formação de cidadãos.

“(...) até porque não tem que fazer isso só aqui, tem que fazer na casa dele, fazer isso como cidadão, tem que tar com isso na cabeça o tempo todo” (gestor Tilsit).

Esta noção vai ao encontro do que Nascimento (199-) escreveu sobre educação ambiental. Segundo ele, a meta da mesma é desenvolver um cidadão consciente e preocupado com os problemas associados ao ambiente, tendo conhecimento, atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar, individual e coletivamente, em busca de soluções para resolver os problemas atuais, além de prevenir os futuros.

Neste sentido, foi dito que são realizadas ocasionalmente no laticínio palestras que tratam não só a problemática ambiental, mas também questões amplas que visam contribuir no desenvolvendo amplo das pessoas.

“(...) sempre a gente tá trazendo coisas novas aí pro pessoal. Não só nessa área ambiental, mas a gente busca ta desenvolvendo, na medida do possível o lado humano das pessoas também” (gestor Brie).

Embora não exista uma política específica de incentivo neste sentido, acredita-se que o processo de conscientização se dá naturalmente. Como exemplo, citou-se que podem ser vistos funcionários que trazem de casa o lixo reciclável e o colocam junto com o da indústria nos postos de entrega voluntária (PEV's). Tal afirmação poderá ser comprovada ou negada na análise das representações sociais dos funcionários, em particular no que se refere à questão ambiental no âmbito do cotidiano.

Porém, percebeu-se que o conteúdo dos temas de “formação” apresenta um caráter técnico. Daí a opção por chamar a representação também de tecnicista.

9.3.3 A questão ambiental no âmbito do cotidiano: representações sociais da responsabilidade individual em torno da temática ambiental

Verificou-se, por meio da análise dos discursos dos gestores referindo-se à questão ambiental no âmbito cotidiano, que é presente a “*representação globalizante*”, conforme as definições de Reigota (2001) e Moraes et al.(2000), o que já foi explicado em vários momentos ao longo deste trabalho.

Em relação aos problemas ambientais no bairro, os gestores confirmaram sua representação globalizante de meio ambiente também no âmbito do cotidiano, tendo sido citados esgotos a céu aberto, poluição do ar, advinda de queimadas, a qual que foi considerada ruim por prejudicar a qualidade do ar no ambiente interno às casas dos gestores, além de desperdícios de água na vizinhança.

Isto mostra que as questões ambientais não se limitam a fatores naturais/físicos que são externos à realidade das pessoas. Mas, como bem escreveu Coimbra (1985), são incluídos aos temas ambientais, além dos esgotos domésticos e efluentes industriais, o lixo das residências, a situação sanitária das periferias, o comportamento de cada um em relação ao interruptor de luz, à

torneira, ao cesto de lixo e tantas coisas do ambiente doméstico, já que fazem todos parte do meio ambiente, sem esquecer de incluir, é claro, os seres humanos.

A representação globalizante ainda está presente quando um dos gestores citou que preferiria associar-se a uma entidade que tenha uma maior preocupação com o ser humano. Porém, destacou que as duas opções são importantes, já que natureza e ser humano são objetos diretamente ligados entre si. Disse ainda que seus hábitos cotidianos, como evitar desperdício de água e de energia, vêm sendo mudados. O gestor “Tilsit” citou que isto se deve, não só à discussão na empresa, mas particularmente ao fato dele ter morado no Rio de Janeiro, onde as pessoas são bem conscientes quanto à questão ambiental, bem como à saúde, o que ele considerou ser até uma preocupação exagerada.

Em relação à fundação ambientalista parceira do laticínio, que faz a coleta e comercialização de resíduos sólidos, os gestores consideram seu trabalho interessante. Daí deriva o interesse em estabelecer a parceria. Contudo nada foi dito em relação aos próprios hábitos de separar lixo em casa.

9.4 Representações sociais dos funcionários do laticínio A/fábrica com ETE

Inicialmente serão expostos os resultados referentes às representações sociais dos funcionários da fábrica que não possui em suas instalações uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) do laticínio A. Após, serão mostradas as representações sociais dos funcionários da fábrica sem ETE, a fim de verificar se o fato da mesma existir na fábrica influencia ou não na formação das representações.

É válido mostrar desde já que, além dos fiscais e das exigências da legislação, grande parte das informações relativas à questão ambiental, conforme dito pelos funcionários de ambas as fábricas, é obtida por meio da televisão.

9.4.1 A questão ambiental no âmbito global: representações sociais da crise ambiental e desenvolvimento

Por meio das análises das entrevistas foram encontradas três representações sociais sobre a crise ambiental e desenvolvimento entre os funcionários da fábrica com ETE do laticínio A. Os respectivos nomes foram dados pela autora, conforme leituras citadas no referencial teórico e suas características têm por base os temas emergentes dos discursos dos entrevistados.

9.4.1.1 Representação antropocêntrica: desenvolvimento em função do bem-estar da humanidade

Esta representação tem por base especialmente os escritos de Grün (1996) sobre a ética antropocêntrica, nos quais o homem é o centro do universo, bem como a referência de Layrargues (1998; 2000) sobre o ecocapitalismo ou o reducionismo mercadológico da questão ambiental.

A natureza e o desenvolvimento a serviço do ser humano

Fazendo referência a Grün (1996: 46), percebe-se aqui um enfoque maior aos malefícios advindos da crise ambiental que prejudicam diretamente os seres humanos, o que reflete uma representação antropocêntrica.

Segundo Grün (1996), as estruturas conceituais advindas do cartesianismo reforçaram o postulado de que as espécies, os animais e os organismos só existem em função da espécie humana; sugere-se que os seres humanos são a referência única e exclusiva para tudo o que há no universo.

Além disso, não se acredita que o mundo passa por uma crise ambiental, em particular pelo fato de que em cidades do interior ainda há uma boa qualidade ambiental em relação aos grandes centros urbanos. Considera-se um exagero generalizar que há uma catástrofe ambiental.

Quanto à entidade a se associar, a preferência refletida nesta representação é pelos humanos, ainda que haja o discurso de que os dois (natureza e seres humanos) são importantes.

“Hoje a gente fala muito em meio ambiente, né? Preocupação com meio ambiente, animais em extinção, mas esquece o principal, que é o homem, né? Acho que tem que levar os dois juntos, tem que, porque o principal aqui é o homem, né? A gente tem que fazer as coisas visando o bem estar” (funcionário Saint-Paulin).

Pode-se perceber que esta representação retrata a noção de que o desenvolvimento deve visar o bem-estar dos humanos. No que se refere à construção de um maior número de usinas hidrelétricas, a fim de gerar novas fontes de energia no Brasil, nota-se que alguns são firmes em sua opinião, acreditando ser essencial tal construção, como única alternativa de geração de fontes de energia.

“Porque uma hora não tem como; porque mesmo se você economizar ao máximo, tá precisando mesmo é construir novas usinas, (...) já chegou no ponto crítico, no limite, né?” (funcionário Prato).

É interessante retomar mais uma vez Grün (1996) ao mostrar que, sob a influência do antropocentrismo, nota-se um “eu” quase sempre percebido como um usuário de tecnologias, em que os “recursos naturais” são simples materiais que dão sustentação a esta tecnologia. Deve-se evitar assim que tais recursos sejam exauridos, a fim de que a produção não seja afetada.

O reducionismo mercadológico na regulação da questão ambiental

Ficou nítida a presença de conceitos citados por Layrargues (1998; 2000), como o ecocapitalismo, pois o que importa é o aumento da industrialização, em que a questão ambiental é mais uma variável incorporada no planejamento estratégico da empresas, cujos custos devem ser revertidos em

oportunidades de geração de lucro. O discurso da conservação ambiental aparece em função de uma busca de maiores vantagens para as próprias indústrias e conseqüentemente, para os seres humanos. É possível, nesta representação, obter vantagens competitivas por meio da divulgação de ações ambientalmente corretas.

Dessa forma, a partir da pergunta sobre a presença de selos que mostram que o produto é ambientalmente correto motivar a compra, verificou-se que alguns funcionários acham tal iniciativa interessante, o que mostra a possibilidade de recompensa por este tipo de divulgação, já que haveria demanda por tais produtos. Contudo muitos dizem não ter o hábito de prestar atenção nisso no momento da compra.

Além disso, o que chamou a atenção nos relatos é o fato de que quase nenhum dos funcionários entrevistados tinha conhecimento, no período da pesquisa, de que o laticínio A divulga, em um de seus produtos, o rótulo com a informação de que parte de sua receita é destinada à fundação ambientalista. Nota-se tal desconhecimento entre funcionários da produção, ligados diretamente à fabricação deste produto, bem como entre o pessoal que lida com o próprio controle financeiro da empresa.

Ao referir-se a este tipo de selo, o funcionário que lida com a parte financeira disse:

“(...) não sei se isso é adotado no Brasil. O [nome do laticínio A] inclusive devia ter, porque isso contribui com a fundação, a Fundação tem um percentual sobre o faturamento. Devia pegar aquele selo que fala que contribui... Eu achava que devia ser colocado na embalagem do próprio queijo, mas não é colocado. Qualquer evento que tem eles falam que colabora, mas não coloca na embalagem do produto. Porque incentiva o consumo” (funcionário Minas-Padrão).

É assim notável a falta de informações internas no ambiente organizacional. Ao mesmo tempo em que se divulga aos consumidores que a empresa é ambientalmente correta, na medida em que destina parte de seus

recursos a uma fundação local ligada à educação ambiental e reciclagem de lixo, não há uma disseminação interna de tais ações. Vale aqui lembrar Donaire (1995) quando escreve sobre a necessidade de uma mudança de comportamento que implica em uma revisão de valores de todas as pessoas da organização. Todos devem incorporar os conceitos, princípios e objetivos do Sistema de Gestão Ambiental, para que seja possível a inserção da questão ambiental no cotidiano e nos processos de decisões organizacionais.

Em geral, analisando-se a última característica desta representação, percebe-se que há uma crença na possibilidade de regulação da economia em função da competitividade no mercado, tendo o consumidor verde como um regulador em meio à lei de oferta e demanda. A questão ambiental seria cada vez mais valorizada à medida que os indicadores de vendas evidenciarem que as escolhas no mercado dão-se em função dos produtos ecologicamente corretos, preferencialmente (Layrargues, 2000).

No entanto, este tipo de consumidor (o verde) é ainda em número inexpressivo, considerando o conjunto dos demais, sendo mínima a demanda por produtos verdes. Para que o mercado seja o real regulador da economia, o setor empresarial teria que investir em campanhas de educação ambiental a fim de aumentar o número de consumidores verdes na sociedade brasileira (Layrargues, 2000).

Ainda que haja tal crença por parte destes funcionários do laticínio A, Layrargues (2000) deixa claro que o cenário brasileiro não permite ainda o planejamento de políticas ambientais que enfatizem a questão ambiental no meio empresarial unicamente por meio do mercado. A regulação governamental é o principal indutor da incorporação desta questão no ambiente organizacional, sendo o mercado insuficiente para alterar o comportamento empresarial neste sentido.

9.4.1.2 Representação arcaísta-naturalista: o ser humano é o vilão

Esta representação mostra o ser humano como separado do meio ambiente, que aqui é sinônimo de natureza. Optou-se por denominá-la de naturalista, seguindo Reigota (2001) e “arcaísta”, tendo por base Grün (1996), que escreve sobre o paradigma conhecido como arcaísmo, conforme visto no referencial teórico. Os seguintes temas emergentes foram encontrados nesta representação, seguindo os discursos dos funcionários.

Meio ambiente como sinônimo de natureza

Em relação à representação de meio ambiente, foram apresentados aos entrevistados cinco cartões com figuras, para que selecionassem os mais adequados conforme sua representação de meio ambiente (o que está detalhado no capítulo 8).

Como resultados, quatro dos onze (36,36%) escolheram apenas o cartão 1, dois (18,18%) os cartões 1 e 5, dois (18,18%) os cartões 1 e 3, um (9,09%) escolheu o cartão 2, um (9,09%) o cartão 5 e apenas o operador da estação de tratamento (9,09%) escolheu o cartão 4. Percebe-se assim a predominância da representação naturalista nesta amostra pesquisada, com um enfoque na degradação ambiental.

Tais resultados confirmam os escritos de Arruda (1998) e de Brügger (1999) quando mostram que a natureza sempre foi vista no Brasil como uma fonte de bens inesgotáveis. Tal fato vem gerando, ao longo da história, a predominância da representação social naturalista, em que meio ambiente é sinônimo de natureza. Schulze (2000) também constatou que os atores sociais por ela entrevistados, independente de sua pertença grupal, definem meio ambiente como natureza, não havendo referências sobre a dimensão político-social que acompanha a visão ambientalista.

O ser humano é o vilão e culpado pela crise ambiental

Entendendo que o ser humano está separado do meio ambiente, fica claro nesta representação que o homem é o culpado e primeiro responsável pela catástrofe ambiental.

“Eu acho que os principais problemas, o primeiro problema é o homem. Sem o homem... não ia prejudicar o meio ambiente. O homem foi o principal causador disso” (funcionário Cheddar).

Afirma-se, com toda certeza, que o mundo enfrenta uma crise ambiental muito grande. Ao ser perguntado se em sua opinião o mundo passa mesmo por tal crise, um funcionário ligado à produção afirmou:

“Nossa tá. É demais, ué (...) porque (...) desmatamento de mata, essas coisa aí, né? Pros meus lados lá, nossa Senhora, o pessoal desmatou até demais, praticamente (...) Carrancas lá, beira de rio, né? O pessoal respeitava... bichos, peixe” (funcionário Parmesão).

Nota-se que conforme a representação naturalista de meio ambiente, o homem é o componente depredador por excelência (Reigota, 2001). Além disso, entende-se que as indústrias são as grandes poluidoras e culpadas, devido ao não tratamento dos recursos que usam da natureza. Os grandes problemas ambientais são poluição dos rios e do ar, queimadas, que provocam aquecimento da terra, além do lixo e do desmatamento.

“É, tem muita coisa, queimada, né?... Tem muita coisa. É... como é que fala é..., esse pessoal joga na água, sabão, é como é que fala é ... lixo!... coisa química que joga, vai na água, é ou não é? (...) coisa de indústria, descarga que vai pro ribeirão” (funcionário Provolone).

Isto confirma os resultados da pesquisa de Crespo & Novaes (2002) em que os três principais problemas ambientais apontados foram o desmatamento, a contaminação dos rios, lagoas e praias, assim como do ar. No entanto, mais de

50% dos entrevistados não foram capazes de identificar nenhum problema ambiental em seu bairro.

Quando perguntados se preferiam ser membros voluntários em alguma entidade que tem por finalidade a defesa de florestas e animais ameaçados de extinção ou em organizações que se ocupam de promover o saneamento em áreas pobres das cidades, apenas um funcionário preferiu a segunda, o que é reflexo também da representação naturalista. São confirmados aqui os resultados de Crespo & Novaes (2002), que mostram que 42% dos brasileiros preferem tornar-se membros do primeiro tipo de associação, contra 28% que preferem associar-se a organizações do segundo tipo.

Progresso e conservação ambiental: uma dicotomia

Nesta representação nota-se. Ainda, que é impossível conciliar progresso e conservação do meio ambiente, pois evolução é sinônimo de poluição.

“Meio ambiente é difícil cê fazer um negócio desse, né? Ou você pára ou você progride. Progredindo, cê tá destruindo o meio ambiente hoje, né? Cê fazer um meio termo aí tá complicado, né?” (funcionário Prato).

Além disso, desenvolvimento é entendido como busca de lucro e ausência de “verde”. Aqui “desenvolvimento” está muito associado a crescimento econômico, lucro, não sendo vislumbrada a possibilidade de conciliar geração de emprego sem aumento de poluição e degradação ambiental. Segundo Layrargues (1998), a característica do projeto desenvolvimentista, baseado no industrialismo, foi a vinculação imaginária da incompatibilidade entre proteção ambiental e desenvolvimento. Daí vem a primeira imagem que se fez de meio ambiente, ou seja, uma imagem negativa. O mesmo foi associado a custos econômicos adicionais na produção, podendo significar a restrição da competitividade das empresas brasileiras no mercado local e internacional.

“(...) porque não é só pensar no lucro, ou pensar no... desenvolvimento, e esquecer, e esquecer o coisa, o meio ambiente, que é o principal, né? Se continuar desse jeito é impossível(...) Em geral, as empresas pensam só em evoluir, só em evoluir em coisas que, e eles não pensam no meio ambiente, né? Não pensam no meio ambiente, mas vai evoluindo, evoluindo, nossa, e vai soltando aquela carga orgânica toda, no... córrego, e não cuida, não cuida, e não trata disso e... daqui uns tempos, se continuar desse jeito, a gente não vai ter nada mais, né?” (funcionário Saint-Paulin).

A construção da Usina do Funil, que estava em fase inicial na região, onde o laticínio se localiza, havia provocado a inundação de comunidades locais. Tal situação serviu de exemplo para a reflexão dos entrevistados sobre o tema referente à construção de hidrelétricas. A partir desta representação naturalista-arcaísta, não deve haver mais hidrelétricas, especialmente devido aos prejuízos ambientais que provoca.

“É, sempre tem que acabar com uma coisa pra construir outra né? Sempre tem aquele... impasse, mas eu acho que deveria ter uma outra forma, de conservar um pouco lá, do que fazer, sabe? Do que fazer essa hidrelétrica; um novo meio, se fosse estudado ali, acho que conseguiria, né? Não precisava ser tão precipitado assim, destruir tudo ali pra fazer essa hidrelétrica, né? Tem outros meios, acredito que sim, né? Outras fontes de energia, tudo, pra não ter que, porque isso aí já vai acarretando cada vez mais destruição, né?” (funcionário Camembert).

Há aqueles que acreditam em outras fontes de energia, reforçando a necessidade de um processo educativo para a população, já que os homens são “maus” por natureza.

“Ah, não! Isso aí tem muitos meios de você economizar e produzir outros tipos de energia... Igual à estação do pessoal da Ufla aí, pode produzir o gás e o gás pode gerar energia elétrica. Tem várias maneiras de se produzir energia. Mas isso aí é, o problema vem da população, já acostumou. Como aqui no Brasil tem a energia barata, que pode ser produzida pela energia hidráulica, da água, então por isso que causa essa... O pessoal consome sem ter aquele limite. Então, acho que devia ter essa conscientização do pessoal, pra população, no consumo de energia” (funcionário Cheddar).

Este entrevistado fez tais considerações porque sabe da existência de outras fontes de energia. Daí a importância da difusão de informações, pois o recepcionista anteriormente citado não tinha informações sobre a possibilidade de outras fontes de energia. Nota-se a influência significativa entre a absorção de informações e a formação da representação. Como visto, os indivíduos possuem muitos modos de pensar e representar, formando representações sociais à medida que absorvem novas informações (Moscovici, 2000).

Educação ambiental como fruto de imposições legais

Esta representação caracteriza-se também pela defesa de que o “Apagão” foi uma boa medida para conscientizar a população na redução do consumo de energia elétrica.

A noção é que os seres humanos apenas mudam seus hábitos se isto prejudicar seus interesses pessoais. Acredita-se que a busca por uma economia financeira foi o fator principal para a dita conscientização. Sendo assim, já que os seres humanos só agem conforme seus interesses, alguns relatos mostram que, após o racionamento, o desperdício continuou, devido ao término das metas impostas.

“Esse Apagão aí, a maioria quase, não foi a maioria, mas quase 80% fez a economia e funcionou com o Apagão. Agora acabou o Apagão e voltou tudo de novo (...) Brasileiro é meio safado, né?” (funcionário Cheddar).

São defendidos trabalhos de sensibilização com a população, pelo fato de ser necessário ensinar os seres humanos, para que ajam de modo “ambientalmente correto”.

Em resumo, esta representação mostrou o ser humano como separado do meio ambiente, uma vez que este é essencialmente sinônimo de natureza; o ser humano é o grande vilão e culpado pela crise ambiental. A partir destas noções,

as pessoas retrataram em seus discursos a impossibilidade de conciliar progresso e conservação ambiental, sendo os processos de sensibilização ambiental vistos como meros reflexos do cumprimento de imposições legais.

9.4.1.3 Representação globalizante: o ser humano inserido no meio ambiente

Esta representação retrata que o homem e a natureza são complementares, impossível de serem dissociados entre si. Escolheu-se a denominação “globalizante” dada por Reigota (2001) e Moraes et al. (2000).

As características estão a seguir, com base nos temas emergentes dos discursos dos funcionários entrevistados.

Ser humano como parte do meio ambiente

Esta representação é presente naquelas pessoas que escolheram o cartão 3 (com fotos de estradas rodeadas de áreas verdes, prédios em áreas verdes, tratores em lavouras, expressando uma relação entre natureza e progresso, sem, contudo, haver a presença do homem) e o cartão 4 (com figuras de pessoas na praia, em lugares com árvores ao redor e em montanhas, simbolizando o ser humano como parte do meio ambiente). A porcentagem foi de 18,18% para os cartões 1 e 3, e 9,09% para o cartão 4.

Alguns entrevistados enfocaram os efeitos da degradação ambiental na saúde e qualidade de vida dos seres humanos, destacando a representação globalizante. Ao prejudicar-se um rio, há um dano à saúde dos humanos:

“(...) se continuar desse jeito, a gente não vai ter nada mais, né? Tem muitos animais, e agride também os peixes, né? Muita coisa, a fauna, a flora, e eu acho que a gente tem que pensar também... no futuro, né? Isso é importante. Desse jeito a gente não vai ter um ambiente bom pra gente viver. Tem que cuidar também, tem também, como é que fala, a poluição, essas coisas, camada de ozônio (...) Ah, a poluição, que agride a camada de ozônio, é muita química que eles despejam nos rios, nossa, e acaba com os peixes, né? Essa química que a gente come desses peixes e depois, mais tarde, é a gente que vai, vai, vai, como é

que fala, ser prejudicado com isso, né? Porque dá câncer, né? Tem essa água suja... Esse pessoal da zona rural, eles tomam a água que vem direto de fonte, né? De fonte natural, muitas vezes água suja, tem muita química” (funcionário Saint-Paulin).

Os problemas ambientais não estão ligados apenas à natureza, à fauna e flora, mas à própria qualidade de vida dos seres humanos, influenciada pela situação do ambiente.

“Eu acho que hoje o tempo esquentou muito, o sol esquentou muito. Há uns 12 anos eu ouvi falar no Fantástico que o tempo ia esquentar cada vez mais e é o que tá acontecendo. Ao mesmo tempo que tá frio tá quente. Esquentou muito; eu acho que é devido já à poluição” (funcionário Gruyère).

Isto confirma Coimbra (1985), quando escreveu que devem ser incluídos aos temas ambientais os esgotos domésticos e os efluentes industriais, o lixo das residências e dos logradouros públicos, as migrações e outros acontecimentos demográficos, a situação sanitária das periferias e das comunidades relegadas ao esquecimento. Melhor dizendo, a questão ambiental diz respeito às relações do ser humano com o ambiente físico e social ao seu redor.

Além disso, em relação à preferência por uma entidade, percebeu-se que a maioria dos entrevistados achou a pergunta complicada, por entender que ambas são importantes, havendo uma inter-relação entre os mesmos objetos.

“Bom, no meu modo de pensar, eu ia ajudar pouco cada coisa, né? Porque eu acho que uma depende da outra. Então, começaria por essa parte carente, né?, que hoje tá muito difícil e seria um pouco de cada coisa, porque um puxa o outro, né? Cê tendo uma forma ali de ajudar as pessoas carentes, é... elas vão precisar da fauna também, né?, flora essas coisas. Então, ajudaria um pouco cada coisa” (funcionário Camembert).

Isto é explicado por Sorrentino (1999), quando mostra que a educação ambiental, de forma especial no Brasil, deve contribuir para a superação das condições de pobreza e miséria. O esperado é que este tipo de discussão prime

por valores e comportamentos que ajudem no compromisso de cada um com a melhoria das condições ambientais e de vida para todos.

Industrialização, desenvolvimento e conservação ambiental: uma possibilidade

O meio ambiente é considerado como um todo, onde as indústrias e os homens estão inseridos. É assim necessário um adequado planejamento das ações.

“Sem dúvida, isso aí tem que ter planejamento. Igual aqui no [nome do laticínio A], a gente tá produzindo sem poluir. Põe a água de volta pra natureza quase que 100% sem resíduos. Isso aí pode, se cada um fizer a sua parte, não tem problema nenhum” (funcionário Cheddar).

Acredita-se que é possível trabalhar, produzir e ser ecologicamente correto. O sistema de gestão ambiental é entendido como um conjunto de políticas e práticas administrativas integradas que buscam a eliminação ou minimização de impactos e danos ambientais, mediante o planejamento, implantação, operação, ampliação, realocação ou desativação de atividades, considerando todas as fases do ciclo de vida do produto, o adequado tratamento ao meio ambiente, bem como a saúde e a segurança das pessoas (Juchem, 1995).

“Tudo bem que é necessário ter emprego, mas tem como conseguir mais emprego com menos poluição; tem os meios, né? do escoamento...das indústrias, tudo, pra ter emprego e não ter poluição” (funcionário Camembert).

No que se refere à construção de novas hidrelétricas, a crença é que deve haver planejamento para que não haja uma grande devastação, já que a geração de novas fontes de energia é necessária, por meio das hidrelétricas.

“(...) precisa mesmo, né? (...) É só não fazer muito grande, faz uma aqui, outra ali, pra poder não prejudicar muito, né? Vai prejudicar, mas vai ter retorno também, né?” (funcionário Provolone).

“Eu sou a favor, a favor, construir um reservatório que comporta que esse Apagão não exista mais. Deus coopere e mande mais água, pois sem água... A usina quando é bem planejada, a Cemig aí, constrói de um maneira que os próprios animais, que estão em extinção... eles mesmo fazem a coleta e leve pra outro local. Deve ser feito” (funcionário Minas-Padrão).

Observa-se que esta representação de desenvolvimento vem muito ao encontro da definição de desenvolvimento sustentável. Acredita-se que deve haver a geração de energia vinda das hidrelétricas, muito devido ao planejamento feito pela Cemig, responsável pela construção.

Vale ressaltar que, conforme o desenrolar das entrevistas, perguntou-se para algumas pessoas se já tinham ouvido o termo desenvolvimento sustentável; de cinco, apenas uma já tinha ouvido falar, mas não sabia explicar o significado. No entanto, um funcionário não conhecia o termo, mas depois que teve uma explicação resumida, ele fez o seguinte comentário:

“É, é isso que eu penso. E pras empresas, eles pensam no agora, presente, né?, mas não pensam no futuro, não pensam em como vai tar os filhos deles, os netos deles, porque a gente tem que... que cuidar agora, senão a gente não vai, não vai ter futuro. Porque do jeito que tá, o mundo tá desenvolvendo muito, né? crescendo muito, e quase que a gente não vê verde mais. A gente olha em volta, só asfalto, né?” (funcionário Saint-Paulin).

Como foi visto no referencial teórico, tal conceito prima pela satisfação das necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações na satisfação das suas. Parte-se de uma visão complexa das causas dos problemas sócio-econômicos e ambientais da sociedade, sublinhando a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, por meio da chamada de atenção para uma nova postura ética (Brüseke, 1998).

Acredita-se que o ser humano não seja “mau” por natureza, mas apenas precisa ser sensibilizado, pois já se acostumou com hábitos “ambientalmente incorretos”.

Isto é explicado por Arruda (1998) quando apresenta uma análise da evolução histórica das representações sociais de meio ambiente no Brasil, as quais omitiram a relação da sociedade com a natureza como uma relação social, encobrindo tanto uma quanto a outra. A natureza sempre foi vista no país como uma fonte de bens inesgotáveis, gerando um enorme descaso pelo meio natural e a noção de abundância infinita de bens naturais, disponíveis a todos.

Um maior detalhamento sobre questões de educação/sensibilização ambiental propriamente ditas será dado na análise das representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios.

9.4.2. A questão ambiental no âmbito setorial: representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios

Inicialmente ressalta-se que, dentre as pessoas ligadas direta ou indiretamente ao setor de produção, as que já tinham trabalhado anteriormente em outros locais relataram que a questão ambiental nunca havia sido discutida.

Há ainda aqueles que já tinham uma certa conscientização, mas, por estarem em uma organização onde não havia esta preocupação, sentiam-se sem ação.

“Ah, naquela época, isso foi na década de 70(...) lá poluía muito. Naqueles bairro perto poluía muito. Ali saía um pó branco, da companhia, um pó escuro de carvão (...) e poluía todas as casa. Mas, naquela época, não falava nada. Tinha o rio Paraíba passava perto, jogava no rio. Naquela época tinha muita poluição, não falava... naquela época ninguém cuidava do meio ambiente... Hoje não, hoje em todo lugar que você vai eles tão se preocupando com isso. Não falava sobre camada de ozônio. Foi depois dessa década que começaram a falar” (funcionário Gruyère).

O relato seguinte é de um funcionário que trabalhou em outro laticínio localizado na zona rural.

“É o que a gente via lá, o soro ia tudo pro ribeirão, cê entendeu? (...) Tinha um corgo que era uma beleza, antes de construir o laticínio; mas depois construiu, acabou a água (...) Então, nós trabalhava lá (...) ficamo e deixamo (...) é errado, né? (...) A descarga ia tudo pro ribeirão, era bem... Chegou no fim, acabou, ficou cheio de lodo, pernilongo, tudo quanto há. Peixe não ficou nada, tinha muito peixe na época (funcionário Provolone)

Seguindo este relato, no que se refere às representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios, foram encontradas, por meio da análise dos discursos, duas: a “legalista” e a “preventiva”.

9.4.2.1. Representação legalista: a legislação é fundamental para lidar com os graves problemas ambientais

Tendo esta representação, as pessoas acreditam que a indústria laticinista é muito poluente, sendo essencial a presença de fiscais para controlar as atividades da indústria. O nome de legalista denota ênfase na legislação. As características estão a seguir, conforme os temas emergentes nos discursos.

A legislação é fundamental: deve haver muita higiene na indústria alimentícia

Esta representação retrata que há uma concordância com as exigências da legislação, principalmente pela crença de que os produtos de um laticínio devem ser feitos com muita higiene.

“Eu acho que tem que ser feito. Essas leis que, essa parte de higiene, saneamento básico, isso aí, eu acho que tem que ser feito. Produto de laticínio tem que ser com higiene, tem que ser limpo, o básico. Como que cê vai oferecer um produto pra população consumir, contaminado com alguma coisa, com alguma... com algum outro, alguma outra sujeira, aí não tem jeito” (funcionário Cheddar).

trabalha bem, funciona quase 100%. Mas isso aí começa a voltar tudo de novo, não pega o ritmo certo (...) porque o volume, só falta isso. Minha preocupação não é aqui com a estação, é (...)lá (...)na fábrica. Tá tudo funcionando bem, erro nenhum. Agora, o negócio é lá” (funcionário Cheddar).

Acredita-se, seguindo esta representação, que o ser humano é o inimigo do meio ambiente, uma vez que não quer mudar seus hábitos ambientalmente incorretos. As tecnologias são excelentes para que o processo industrial funcione perfeitamente, mas são os humanos que atrapalham toda a gestão ambiental, principalmente os mais antigos, pelo fato de já serem acostumados com maus hábitos.

“Eu trabalho aqui na estação de tratamento. Então, o único problema aqui em relação ao meio ambiente é que o pessoal que trabalha no laticínio é um pessoal mais... mas é falta de informação... um pessoal mais antigo, de muito tempo atrás... Então, é difícil pra eu lidar com eles lá com relação à poluição. Então, eles não têm controle, no consumo de água (...), eles não têm essa, essa noção. Então eles mandam qualquer resíduo pra cá” (funcionário Cheddar).

Dessa forma, afirma-se ser essencial uma rígida legislação, com a imposição de normas e multas diante do não cumprimento da mesma. Só assim as pessoas tornar-se-ão mais conscientes quanto à importância de sua colaboração para minimizar os impactos ambientais.

Tal noção vai ao encontro de algumas características da representação “arcaísta” de meio ambiente, como já analisado anteriormente.

Educação ambiental como cumprimento de normas e metas

Esta representação reflete a crença de que o estabelecimento de metas é o meio ideal para sensibilizar os funcionários em um processo de educação ambiental.

“Ah, mudou um pouco. No começo, né?, a gente não tava acostumado. O que chegava a gente jogava, ia pro ribeirão lá... Mas,

agora no dia, todo dia ali a gente trabalha sem ver que não pode cair mesmo, tem que evitar” (funcionário Provolone).

“O negócio é sério, tem que fazer mesmo, cooperar, esforçar, fazer o possível... Até a meta que a gente trabalha aqui na fábrica... É o mínimo que cê pode evitar que o soro cair na canaleta pra sair lá. O ácido, tudo quanto é ácido... o mínimo... É um regulamento muito... muito bom, um regulamento fora de sério. Faz de tudo possível pra atingir dentro regulamento (...) Mudou completamente a rotina. Antes saía soro na canaleta. Hoje não” (funcionário Catiara)

Nota-se, entretanto, que a eficácia do simples cumprimento de normas é questionável. Em particular quando se analisa a insatisfação do operador da ETE ao dizer que não há colaboração por parte do pessoal da produção, especialmente os mais antigos. O interessante é que as falas acima transcritas são de dois dos mais antigos queijeiros da empresa. Em contraposição, o operador da ETE insiste:

“(...) já conversei com muita gente aqui e você vê que claramente... o problema aqui é só esse. O pessoal acredita mais na, na técnica do passado que agora no futuro. Então isso aí, não adapta” (funcionário Cheddar).

Além disso, é notável que o cumprimento das metas dá-se como fruto de um medo do laticínio ser multado se não cumprir as normas legais. E, conseqüentemente, diante um prejuízo da empresa, os funcionários também serão prejudicados.

“Nós aqui... temos que colaborar com a firma, nossos patrões, porque nós trabalhamos aqui, daqui que sai nosso sustento, né? Então, todos nós temos que ajudar, porque se nós ajudar no laticínio, os patrões, evitar tudo isso não vai haver, acontecer de multa, né?” (funcionário Gruyère).

Assim fica claro que mesmo com a solicitação para que reduzam o consumo de água e evitem que o soro caia nos canos em direção à ETE (pois se isso acontecer, o tratamento é prejudicado), pode-se dizer que os funcionários ainda não têm a noção de tal importância incorporada em seus hábitos.

É interessante, a partir da análise destas falas, lembrar Brügger (1999), para quem a questão ambiental, ainda que possua um componente natural/técnico, não se limita a ele. Sua essência refere-se ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza, incluindo também as relações dos seres humanos entre si. No entanto, a tendência dominante em processos de educação ambiental é a chamada “educação conservacionista”, ou seja, aquela cujos ensinamentos conduzem ao uso racional dos recursos naturais. Neste sentido, é comum a aplicação de soluções eficazes, como a proteção, a administração de recursos naturais e o treinamento de recursos humanos, o saneamento, a manutenção de um nível ótimo de produtividade etc. O meio ambiente é visto como algo concreto, tangível, onde os problemas ambientais podem ser solucionados desde que se adotem as medidas corretas. Assim, a autora mostra que a questão ambiental tem sido “confundida” com poluição e outros problemas de ordem técnica ou natural (Brügger, 1999).

Questiona-se a eficácia deste tipo de discussão no ambiente fabril, já que se percebeu um sério reducionismo tecnicista no entendimento dos funcionários acerca da questão ambiental na indústria de laticínios.

9.4.2.2. Representação preventiva: há solução para todos os problemas ambientais da indústria

Esta representação reflete que não é necessária tanta rigidez na legislação, pois processos de sensibilização internos na fábrica podem ser suficientes para gerar mudança de hábitos nas pessoas e, conseqüentemente, menor geração de impactos ambientais (Callenbach et al., 1993; Donaire, 1995).

O lema principal é “antes prevenir do que remediar”; as demais características estão mais bem detalhadas a seguir.

Organização interna: cada um faz sua parte

Acredita-se que a legislação não deve ser tão rígida, até porque, nesta representação, ela não é vista como o meio mais eficaz de sensibilização. Assim cabe a cada um fazer sua parte, em meio a um clima de cooperação e liberdade entre os funcionários e destes com os gestores.

“Eu acho que pode ser resolvido, acho que dentro do laticínio mesmo... Isso aí é falta de organização, é coisa fácil (...) Eu tenho muito apoio de patrão, sabe? A gente conversa, sabe? Mas tem lugar que cê não tem isso. Fala: não, cê vai lá, faz seu serviço, se cê não quiser, acabou, cê não tem mais emprego... Aqui cê tem uma relação entre patrão e empregado... liberdade. Então, se cê não tiver, não tem como... mas muita gente aqui já é meio fechado, não sabe conversar, não sabe passar seus problemas pra pessoa responsável... Então, isso aí fica difícil. Agora, se cê tiver, cê tem essa relação entre, pessoal responsável, seu chefe, seu patrão, então fica mais fácil. Cê vai lá, conversa, cê passa o problema pra ele, ele pode resolver. Quando tem um problema a gente resolve. Então, isso aí tem uma relação, bem mais clara... Isso é importante, por isso que eu falo, isso é importante. A única coisa que é importante é isso, essa relação” (funcionário Cheddar).

No entanto, como o funcionário mesmo disse que há aqueles mais fechados, o comportamento de um atrapalha o que pode ser chamado de “cooperação sistêmica” (Callenbach et al., 1993).

“Nenhum é igual ao outro... Se eu tenho cuidado o outro não tem, cê vai falar, cê é enjuado, cê é... Se todos fossem unidos. É preciso ter numa firma, numa grande firma, porque eu considero essa aqui uma grande firma, porque já tem 3 fábricas, tá construindo a outra também. De todo jeito tem que procurar ajudar. Então, às vezes, eu preciso de falar, se não tem capacidade pra construir, não destrua... Cada um tem que ajudar a fazer a sua parte aqui, de limpeza, de tudo, né? Eu procuro fazer o máximo que eu posso. Eu trabalho na caldeira ali, sempre tem um tempinho pra fazer eu faxino; tudo isso aí a gente tem que ajudar” (funcionário Gruyère).

É necessário que cada funcionário assuma sua responsabilidade pessoal. Foi citado, por exemplo, que os funcionários, especialmente do setor de

produção, devem prestar atenção se os outros deixam cair soro na canaleta. Se acontecer, deve chamar a atenção de quem o fez. Isto é claro nas palavras do queijeiro, chefe de produção:

“Mas sempre tem que tá todo mundo unido, cê entendeu? Porque não é só eu que sou o responsável” (funcionário Provolone).

Desta forma, as multas devem ocorrer somente se não for possível uma “negociação” entre empresa e governo.

“Eu acho que tinha que punir, mas, primeiro, a gente tinha que tentar ajudar também o governo, né? (...) Tem uma parte que o governo podia ajudar também ... ajudar a construir (...) Ele ajudava e depois se a pessoa não cuidasse, podia dar multa em cima, né? Ajudar em termos financeiros, porque fica caro, né?” (funcionário Provolone).

Nota-se a importância de que as pessoas da indústria sejam conscientizadas quanto ao seu papel, já que o trabalho de prevenção é mais eficaz. As pessoas devem se conscientizar antes de agir de modo incorreto e assim provocar multas.

Educação ambiental no ambiente de trabalho: a importância de reuniões com gestores para a real mudança de hábitos

Além da importância da responsabilidade de cada um, cita-se ainda que é essencial o apoio dos dirigentes em qualquer condução de implantação de medidas sobre a questão ambiental. Fica clara a importância de os gestores repassarem informações completas a todos da organização, para que os funcionários sintam-se motivados a mudar seus hábitos, a partir do conhecimento das conseqüências de sua mudança (Callenbach et al., 1993; Donaire, 1995).

São também necessárias reuniões, principalmente porque os funcionários com menor grau de instrução às vezes descartam algo sem saber o poder de agressão ao meio ambiente.

“Eu acho até que seria bom se tivesse, se tivesse alguma coisa, né?, umas palestras, né? Porque a empresa agora tá crescendo, né? Eu acho que o funcionário tinha que vir junto, né?” (funcionário Saint-Paulin).

Tais reuniões ou palestras são necessárias até mesmo para que o pessoal que não está ligado diretamente à produção conheça os problemas ambientais ligados ao processo. A fala de um funcionário da recepção retrata esta necessidade:

“Então, pra te falar a verdade, nem na fábrica ainda eu fui lá dentro, não conheço. Aqui o tempo é meio escasso, né? Por isso, eu não tenho muita informação” (funcionário Camembert).

De posse da defesa de um maior repasse de informações, bem como da cooperação interna, acredita-se que muitos não fazem da maneira certa porque não sabem, devido à falta de conhecimento principalmente sobre o funcionamento da ETE.

“Muitos chegam aqui e não conhecem. Cê fala com ele e às vezes não entende, porque muitos chegaram aqui e ainda não levou lá na estação pra conhecer (...) O certo é a pessoa conhecer, pra ver porque acontece isso, o que acontece se jogar o soro. Tem que chegar e ter alguém pra falar lá” (funcionário Provolone).

Percebe-se a crença de que no ambiente interno há possibilidade de mudança de hábitos e até de valores. Os problemas desaparecem quando há o tratamento dos efluentes e todos conhecem seu papel no sistema (Callenbach et al., 1993). Tal crença é explícita na resposta de um funcionário, ao ser perguntado se conhecia os problemas ambientais de um laticínio:

“Não, não tem. Principalmente o [nome do laticínio A] já está fazendo o tratamento, né? A caldeira também daqui não polui tanto” (funcionário Mussarela).

Esta representação, ao contrário da primeira, mostra a crença de que o ser humano pode mudar seus hábitos e valores à medida que recebe informações e é sensibilizado em um ambiente de liberdade, valorização pessoal e cooperação. O fato de haver uma ETE já provoca uma mudança na rotina da fábrica e o soro lácteo não é um problema tão grave, principalmente se for distribuído a produtores de porcos.

O soro: de vilão a fonte de responsabilidade social e oportunidade de mercado

Aqui se entende que o soro lácteo, quando doado a criadores de porcos, deixa de ser um problema ambiental, sendo esta a melhor opção de destinação do mesmo. Além disso, o fato do laticínio doar aos criadores é até um ato de responsabilidade social.

“Não pode jogar no rio essas coisa, né? É preferível dar o soro pras pessoas. Direto cê pode ver que vem o pessoal buscar soro aí. Tem até umas fichinha do pessoal que vem buscar, é bem organizadinho... Pra não ter que, ao mesmo tempo desperdiçar, jogar no rio e poluindo né?, também; é uma questão de ajuda que dá pro pessoal (...)E pras pessoas é uma ajuda muito grande, porque geralmente eles tratam de porcos, né?Esse soro... fazem um monte de coisas com esse soro” (funcionário Camembert).

Neste caso, o operador da ETE considerou que há planos de que a nova fábrica, em construção na época da pesquisa, produza dez mil litros de bebida láctea, aproveitando o soro como matéria-prima. Porém, ele afirma que o consumo no Brasil ainda não é suficiente, pois a população não criou o hábito “necessário” para consumir bebida láctea.

Nota-se, assim, que o maior problema ambiental continua sendo o soro, mas este não é um incômodo, pois pode ser usado como alimento de suínos ou até mesmo matéria-prima para fabricação de bebidas lácteas. No entanto, viu-se que apenas alguns funcionários, em especial os mais ligados ao setor de produção, conhecem os benefícios do soro como uma matéria-prima que, se bem

armazenada e manuseada ao longo do processo produtivo do queijo, pode gerar derivados de boa qualidade com um rico valor. Assim, o soro deixa de ser visto apenas como descarte.

“Hoje é difícil, né? Tem o soro, né? O soro tem uma carga orgânica muito, muito... rica. Então, tem que ter cuidado porque na linha de laticínios desperdiça o soro. Assim, no céu aberto, não pode. Isso tem que ter cuidado e o soro é muito rico, é, em proteínas. Então, pode aproveitar ele em bebida láctea, pode distribuir pros produtores. Não precisa jogar fora, né?, porque é, é um produto bom, é uma coisa que a gente tem aí. Você pode mexer aí, agora, em bebida, bebidas lácteas, que é o auge agora. Essa é uma coisa que a empresa não vai gastar muito, é uma coisa que sobra mesmo e tá fazendo bem ao meio ambiente” (funcionário Saint-Paulin).

Esta representação reflete uma noção de meio ambiente intimamente ligada à qualidade de vida da população, à higiene na fabricação e no oferecimento do produto, indo ao encontro da representação globalizante de meio ambiente (Reigota, 2001; Moraes et al., 2000).

9.4.3 A questão ambiental no âmbito do cotidiano: representações sociais da responsabilidade individual em torno da temática ambiental

Especificamente em se tratando das representações sociais sobre a responsabilidade individual de cada um acerca da questão ambiental, foi encontrada uma representação, denominada de “*representação externa governamental*”. Tal nome é justificado pelas características a seguir detalhadas. Elas surgiram em meio às falas dos entrevistados, com destaque à noção de que a responsabilidade sobre as questões ambientais é mais governamental do que individual, o que leva as pessoas a sentirem-se dependentes de ações do poder público para separar lixo, por exemplo. Além disso, optou-se por dar-lhe o adjetivo “externa”, pela dificuldade dos entrevistados de encontrar problemas ambientais onde moram e conseqüentemente em sua realidade cotidiana. Eles entendem os problemas ambientais como sendo somente aqueles provocados

pelas indústrias e pelos homens urbanos, entre os quais, nem sempre, eles se incluem.

Os problemas ambientais só existem onde há indústrias e rodovias

No sentido de verificar se as pessoas conseguiam olhar para sua própria realidade cotidiana e perceber problemas ambientais, notou-se que para aqueles que trabalham no escritório, apontar problemas ambientais é algo vago, difícil de ser concebido. Entende-se, assim, que tais problemas estão distantes de sua realidade. Tal interpretação deu-se, principalmente, com base no relato de um funcionário que trabalha na recepção:

“Ah, hoje em dia, des..., desmatamento, como é que eu vou explicar... esses desmatamento, esses... é... queimada... essas coisa tudo tá atrapalhando... Poluição... de rio, essas coisas assim... tudo tá acabando com o meio ambiente” (funcionário Camembert).

Pode-se afirmar que a crise ambiental é vista ainda em âmbito macro, sendo que muitos não conseguem identificar em sua realidade, em seu bairro, problemas ambientais, por acreditarem que as maiores causadoras destes são as indústrias.

“Não, porque eu já moro mais central. Primeiro porque não tem indústria perto. A maior geradora de poluição são indústrias, né? Lá não tem, é mais central” (funcionário Minas-Padrão).

As pessoas mais ligadas à produção industrial têm mais forte na sua representação os problemas relacionados aos efeitos das indústrias no ambiente; entendem que o planeta passa por uma crise ambiental e os principais problemas estão relacionados à influência humana na natureza, com destaque à urbanização e à industrialização.

“(...) isso aí vem da cidade, (...) cresce sem planejar, sem ter estrutura pra isso. Então isso vai causando mais problema pra gente, pra essa região. Agora, empresas, por exemplo, prefeitura, pode construir

estação de tratamento pra cidade. Tem muita empresa que trabalha nas margens de rio que polui. Se cê vê, raramente cê vê estação de tratamento de efluentes aqui; vários laticínios, é raro você ver estação de tratamento de efluentes. Isso aí, 100% de poluição vem do homem, onde tá o meio urbano” (funcionário Cheddar).

Indo ao encontro desta representação de que o meio urbano é altamente poluído, um outro funcionário também reflete na fala sua insatisfação com os efeitos da urbanização em sua vida diária:

“Na rodovia, eu moro perto da rodoviária, três minutos... ali passa carreta, a janela não pode ficar aberta... Cê limpa hoje, amanhã à tarde cê pode escrever nos móveis, aquele pó preto, os carros passam. Eu preferia morar num lugar mais afastado do que morar onde tem esse trânsito de carro, a poluição, do carro né? Esse aí faz muito pó, solta muito pó, descendo pra rodoviária ali” (funcionário Gruyère).

Tais temas emergentes nos discursos vão ao encontro da representação “arcaísta” de meio ambiente, sob uma visão de que o homem é o grande poluidor. A urbanização, em conjunto com a industrialização, é a terrível causadora dos problemas ambientais.

Os outros sem consciência são os responsáveis pela degradação ambiental

Percebeu-se, em meio aos discursos, que os funcionários sentem-se responsáveis pela crise ambiental.

“(...) é uma sociedade, é um conjunto como um todo. Não adianta esperar do governo que o governo não vai fazer. Então, se você não ajudar vai continuar a mesma coisa (...) Você já pensou quantos habitantes tem no... Brasil, no mundo todo. Cada um ajudando, minimizando, melhorando” (funcionário Minas-Padrão).

No entanto, analisando-se outras falas, fica clara a análise de que, na prática, não são totalmente preocupados com sua responsabilidade individual como cidadãos. Podem ser citados, por exemplo, depoimentos sobre pontos de

vista em relação à crise de energia (“Apagão”) ocorrida no ano anterior à pesquisa.

“(...) se o pessoal pensar muito bem, eu acho que (...) conviver com poluição, essas coisas, acho que... não convém não (...) Eu achava que foi uma boa, pros pessoal assim, ter que cortar energia, pra eles verem que faz falta mesmo né?, pro pessoal sentir que faz falta mesmo”
(funcionário Parmesão).

O grifo na palavra “pessoal” foi dado exatamente para destacar o “eles” em vez de “nós”, ou seja, este funcionário em particular não se sente parte da sociedade que deve economizar água e energia.

Vale aqui lembrar Jacobi (2000) reclamando da dependência observada da sociedade em face do poder público como agente de resolução dos problemas. Segundo ele, o ideal seria que os cidadãos fossem bem informados, pois além de maiores condições para pressionar autoridades e poluidores, motivar-se-iam para assumir ações de co-responsabilização e participação comunitária.

A coleta seletiva de lixo e a necessidade de ações governamentais para que eu me conscientize

A consideração de que as pessoas, particularmente no Brasil, aprenderam a defender os próprios interesses, deixando o espaço público e o ambiente externo à sua realidade apenas nas mãos do governo (Herculano, 2000) é confirmada quando são analisadas as falas referentes à coleta de lixo reciclável.

A grande maioria dos funcionários entrevistados afirmou ser interessante tal iniciativa, mas a inexistência de coletores em local próximo às suas casas dificulta em muito o desenvolvimento do hábito de separação do lixo. Isso mostra a dependência em relação ao poder público, que deveria “levar” até eles os coletores e só assim começarem a separação.

“Esse negócio do lixo lá em casa eu já falei que ia fazer. Mas lá em casa não tô também ainda não. Separar, arrumar, é muito difícil

porque a gente não tem costume. Pra mim separar lá em casa tem que arrumar algum lugar pra levar, entendeu? Cê não tem uma disponibilidade assim, ah vou tirar o lixo porque tem coleta separadinha na rua de cima, eu posso separar e levar lá, não tem. Aqui não tem um lugar proê levar, então já é mais complicado” (funcionário Prato).

Além disso, foi citada também a pouca divulgação de informações que sensibilizassem a população para a criação deste hábito.

“Acho que aqui (...) eles fizeram esse programa de reciclagem de lixo, mas foi muito pouco divulgado. Então, quase ninguém sabe disso... No bairro lá, ninguém sabe, não ouviu falar disso; então tá precisando mais de conscientizar” (funcionário Cheddar).

Ressalta-se, entretanto, que na entrada do laticínio A há coletores para separação do lixo da indústria, e já houve palestras incentivando os funcionários a levarem o lixo da própria casa para lá. Além disso, os próprios gestores falaram que os funcionários haviam criado tal hábito. Porém, percebe-se que apesar de acharem interessante a iniciativa de separação do lixo para posterior reciclagem, a mesma não foi “absorvida” como costume e muito menos como um valor a ser refletido na prática cotidiana.

“Separar o lixo, né? Eu acho interessante. Também o que eu brigo aqui com o pessoal, eles pegam o lixo, mistura tudo, e põe ali, sendo que tem as caixinhas separadas ali, e a maioria pega tudo junto e joga... joga de qualquer jeito. Mas esses são aqueles que são mais coisa... como é que fala, não tem informação nenhuma” (funcionário Saint-Paulin).

Nota-se aí a expectativa de uma educação ambiental informativa (Brügger, 1999).

Todavia, mesmo diante deste retrato da empresa, alguns poucos funcionários afirmaram ser conscientes e citaram o exemplo de suas ações ambientalmente corretas, ainda que não seja propriamente a separação do lixo para posterior reciclagem:

“(...) tenho sim, tudo separadinho. É um meio de ajuda, né?, que a gente pode. Simples, mas, ajuda pequena, mas acho que se todos fizessem, seria uma grande ajuda” (funcionário Camembert).

“A gente separa em sacos diferentes, garrafas, papel, plástico, mas não leva pros coletores. Se a gente for no lixão e ver lá crianças, pessoas separando o lixo, a gente vai perceber que poderia ter feito isso em casa, a gente já tá contribuindo de uma forma ou de outra. No lixão fazendo o que a gente podia ter feito em casa” (funcionário Minas-Padrão).

Alguns funcionários conhecem, ainda que em parte, o trabalho da fundação ambientalista parceira do laticínio A. São aqueles que trabalhavam no laticínio quando houve duas palestras de apresentação da fundação em conjunto com uma sensibilização sobre a importância de separar o lixo e depositar nos coletores. Apenas um funcionário citou como é o trabalho de recolhimento do lixo do laticínio para ser reciclado.

“Já veio um rapaz falar negócio de plástico, negócio de separar plástico, lixo, papel, né? Já veio um rapaz aqui falar. Mas ensinar mesmo o trabalho deles mesmo, nunca, ver como que eles trabalham, as condições de serviço deles, nunca fui lá não” (funcionário Parmesão).

Observa-se, por meio destas análises, que a coleta seletiva, bem como a economia de água e energia em geral, são frutos de informações ou imposições externas e não uma conscientização pessoal que leva a pessoa a tomar atitudes. Viu-se que a coleta seletiva é bem comentada nos meios de comunicação de massa, além das palestras dadas pelos técnicos da fundação ambientalista. Porém, isto não tem sido suficiente para que eles mudem os hábitos e queiram separar o lixo depositando-o nos coletores existentes no laticínio. Quanto à redução de consumo de água e energia, avalia-se que muito se deu em função do Apagão, a qual foi uma medida imposta pelo governo.

9.5 Representações Sociais dos funcionários do laticínio A/fábrica sem ETE

Como descrito anteriormente, neste item serão expostos os resultados das análises dos discursos dos funcionários da fábrica do laticínio A que não possui uma estação de tratamento de efluentes. Tais resultados fornecem a base para a verificação das representações sociais existentes.

9.5.1 A questão ambiental no âmbito global: representações sociais da crise ambiental e desenvolvimento

Inicialmente, é válido mostrar que a fonte de informações destes atores sociais entrevistados na fábrica sem ETE do laticínio A é, essencialmente, o governo, por meio dos fiscais e dos órgãos ambientais. Neste sentido, observou-se aqui apenas uma representação que, devido a suas características, foi denominada de “*representação externa legalista*”. Essa denominação adveio principalmente da constatação de que a conservação do meio ambiente é apenas mais uma fonte de cobranças legais às indústrias, além do fato de que os atores sociais aqui enxergam que os causadores de problemas ambientais são sempre pessoas *externas* à sua realidade. Os temas emergentes nos discursos estão mais bem descritos a seguir.

O governo é o responsável pela crise ambiental: conformemos com suas normas

Conforme Reigota (2001), as representações sociais são originadas das informações veiculadas na vida social. Após serem interpretadas em conhecimento prático e popular, eles têm reflexos nas ações cotidianas dos sujeitos. A partir desta noção, verificou-se que as informações sobre a questão ambiental na indústria são originadas especialmente dos meios governamentais, gerando a representação de que é necessário obedecer às normas e conformar-se a elas.

A discussão nesta fábrica do laticínio A começou a ser travada principalmente com o aumento da fiscalização.

“Foi depois que aumentou que muito leite aqui(...) começou a dar muito soro(...) e o soro saía tudo pro corgo(...). Todo mundo reclama até agora. Vem cá a Copasa, olha a água aí, reclama também... Mas, fazer o que? Tem que ter paciência e esperar (funcionário Gorgonzola).

As características desta representação refletem a obrigação de uma conformação às imposições legais. Tal situação assemelha-se àquela vivida pelas organizações privadas em meados dos anos 1970. Naquela época, mesmo com novas leis e resoluções de órgãos governamentais que pretendiam reflexos diretos na mudança de postura nas indústrias, a cultura empresarial corrente era contrária à penalização dos setores industriais (Naves, 2000). Meio ambiente era relacionado a uma imagem negativa e associado a custos econômicos adicionais (Layrargues, 1998).

A indústria e o “povo da cidade” são os grandes poluidores

Os problemas ambientais citados estão muito relacionados aos problemas provocados pela indústria, como a poluição do ar e dos rios.

Esta representação é semelhante à naturalista-arcaísta, encontrada entre os funcionários da fábrica com ETE deste laticínio. Isto porque ambas concebem o ser humano como devastador do ambiente, dando destaque aos efeitos da indústria e da urbanização.

“Isso é uma coisa muito engraçada. Os próprio cara da cidade, que têm carro, às vezes põe lixo no carro, vem, joga direto no corgo. Isso é uma coisa muito errada. Não somos nós da roça que fazemos isso. Eles vêm da cidade e joga o lixo... Isso aí é uma coisa muito estranha, isso é, uai. A gente já viu jogar, sem perigo de acontecer de alguém vê. Fazer o que, né? Vai combater como?! Chega lá dá um tapa? Não pode, matar ele... aí que tá o problema (funcionário Gorgonzola).

Há uma indignação e um sentimento de ser desrespeitado em sua condição de habitante da zona rural. Ficou clara a revolta do funcionário ao observar que a “fama” de degradador cai sobre o “homem da roça”, mas o que ele vê é o contrário. Ou seja, os moradores da cidade, que são vistos como modernos e conscientes, são os que colocam seu lixo no carro e jogam nos rios da zona rural.

Porém, ainda que haja esta representação negativa em torno do ser humano urbano e da industrialização, acredita-se que quando as indústrias cumprem as normas legais, elas são boas para a sociedade, devido, principalmente, à geração de empregos.

“Eu acho que deve construir mais indústria, porque sempre ajuda muito, favorece o povo, dá emprego, essas coisas né? Tem muito desemprego hoje no Brasil... Indústria certa dá emprego, tira esse povo da rua” (funcionário Morbier).

Em síntese, a questão ambiental no âmbito global é interpretada por estes funcionários sob uma representação de que cuidar do meio ambiente é apenas o cumprimento das cobranças legais. Os atores sociais aqui enxergam que os causadores de problemas ambientais são sempre pessoas externas à sua realidade, em especial “os da cidade”.

9.5.2 A questão ambiental no âmbito setorial: representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios

Como se viu, as representações sociais em torno da questão ambiental no âmbito global destes atores sociais da fábrica sem ETE do laticínio A estão muito influenciadas pelas representações sobre esta questão no âmbito setorial.

Denominou-se a representação social aqui encontrada de “*representação legalista adestradora*”, com características semelhantes à “representação legalista” desvendada entre os funcionários da fábrica com ETE. Pode-se verificar, no entanto que há uma diferença no tipo de educação ambiental

defendido que, seguindo os escritos de Brügger (1999), assemelha-se à educação ambiental adestradora. Maiores detalhes estão a seguir, conforme os temas emergentes nas falas dos entrevistados.

O soro como grande contaminador

O soro lácteo é entendido como grande poluidor e, mesmo com a existência de uma caixa para o depósito do mesmo e posterior uso pelos produtores de porcos, a contaminação não desapareceu. A fala seguinte reflete claramente isso:

“O soro quase não vai na água. O que contamina muito água é perto de mataburro. Cê passa ali e vê aquela caixa de soro, aquelas vaca tudo em volta pisando ali. Aquilo vai pisando ali, vai correndo pro corgo abaixo, rapaz, é uma contaminação braba mesmo. O que que vai fazer? Não tem como. Não só o soro do laticínio contamina, como também os animais ali embaixo, tá certo? (funcionário Gorgonzola).

Percebe-se o sentimento de incapacidade por não ter condições de mudar esta situação. A gestão ambiental aqui é claramente apenas o fim do processo, o que confirma os escritos de Maimon (1996) e Layrargues (1998) sobre o reducionismo técnico encontrado nas indústrias de 1970 a 1990, aproximadamente. Aquele momento foi marcado por um enfoque corretivo dado ao controle da poluição industrial, em que as empresas, quando pressionadas, incorporavam equipamentos antipoluentes aos processos produtivos sem, contudo, alterá-los: as tecnologias de “fim-do-tubo”.

Neste contexto da fábrica sem ETE do laticínio A, os funcionários vêem-se sem ação. Eles até reconhecem os problemas ambientais da fábrica e teriam sugestões para saná-los ou reduzi-los, mas satisfazem-se em ficar esperando as medidas dos patrões. Tal situação não corresponde ao que Callenbach et al. (1993) escrevem sobre a necessidade de participação de todos, especialmente a importância dos líderes motivarem seus “colaboradores” para

que mostrem o potencial que têm, contribuindo para as decisões da empresa, em particular no sistema de gestão ambiental.

ETE como uma amolação

Vale lembrar que a fábrica em questão produz somente o queijo tipo Gorgonzola, sendo o laticínio A o maior produtor deste queijo no Brasil. Aqui não há uma estação de tratamento de efluentes (ETE). Porém, mesmo assim os funcionários entrevistados concordam que os resíduos do processo de produção são poluentes, em especial devido aos produtos químicos usados na lavagem dos tanques.

“Primeiro aqui, por exemplo, embaixo, tem um corgo, que passa aqui. Ele é muito poluído pelo laticínio... Então o [nome do laticínio A] vai fazer um tratamento da água, ainda né? Não foi feito, mas vai fazer, pra melhorar, melhorar aí pra baixo. Porque tem pessoa também. Não pode... isso aí é um problema” (funcionário Gorgonzola).

Contudo, quando perguntados porque acham que uma ETE é exigida, acreditam que a mesma faz parte de uma gama de cobranças que, segundo eles, são excessivas. A fala a seguir expressa esta representação.

“Acho que o costume do... do mineiro, brasileiro, sempre vê uma coisa e sempre quer acusar só aquilo, né? E não vê outras coisa que às vezes entra na água, tem muita... Não é só o laticínio que prejudica a natureza. Tem muitas outras coisa que entra né? Muito esgoto de fazenda, lavagem, essas coisa, vai tudo pro ribeirão. Mas, o condenado é só o laticínio, uai. Quanto mais cresce mais o povo quer (...) cobrar, exigir, falar” (funcionário Morbier).

Destaca-se a certeza deste funcionário de que as exigências são exageradas, principalmente pelo fato das pessoas, especialmente os legisladores e fiscais, olharem somente para as indústrias. Ele citou que os fazendeiros e outros atores sociais também poluem, o que não é percebido pelas autoridades. A partir daí, nota-se a insatisfação com a legislação e a certeza de que a questão

ambiental é algo externo, que diz respeito aos fiscais, porém, estes são injustos em suas atividades e exigências.

Confirmando isto, vale citar a resposta do mesmo funcionário quando perguntado sobre o motivo pelo qual a ETE foi construída na fábrica matriz do laticínio A.

“Ah, o tratamento, não deixar soro na água, melhorar as coisas... pra evitar muitas multa, essa coisa, amolação, né?” (funcionário Morbier).

Nota-se a confusão feita por ele quando se referiu a “não deixar o soro ir na água”, já que a ETE não trata soro e nem deve recebê-lo para não prejudicar o tratamento dos dejetos industriais. Porém, o que é mais notável neste discurso é a representação de que a ETE foi construída essencialmente “para evitar mais multas, amolação”. Isso mostra claramente que a questão ambiental é um incômodo na indústria, conforme esta representação social encontrada.

Educação ambiental informal, porém, adestradora

Seguindo esta representação, a educação ambiental pode funcionar informalmente, por meio de conversas na fábrica.

“A gente preocupa, a gente não quer prejudicar nem a natureza nem o próprio laticínio, a firma, né? A gente conversa um com o outro, sem palestra sem nada, né?” (funcionário Morbier).

Analisando-se este discurso fica claro que conversam a respeito da questão ambiental, mas muito no sentido de cumprir as normas impostas, a fim de não prejudicar a empresa, conforme o próprio funcionário disse. Assim, é claro o reducionismo técnico da questão ambiental.

Como consequência desta representação, a educação ambiental é compreendida como “educação adestradora” (Brugger, 1999), o que fica expresso nesta fala:

“Eu acho que tudo que a gente aprende é bom. Uma pessoa mais informada, ensinar a gente sempre é bom, né?” (funcionário Morbier).

Nota-se que o funcionário espera um tipo de educação com caráter essencialmente “informativo”, em que o palestrante, ou até mesmo um fiscal, ensinaria a eles, pobres ignorantes, repassando informações que não ultrapassariam a perspectiva técnico-natural. Segundo Brügger (1999), esta educação assemelha-se a um treinamento, o qual se aproxima de um adestramento, ou seja, um tipo de instrução em que as pessoas são levadas a executar determinadas funções e tarefas, conforme um certo padrão utilitarista-unidimensional de pensamento-ação.

Esta representação reflete a questão ambiental no âmbito setorial como algo incômodo, ou seja, fruto de normas que devem ser obedecidas. Viu-se ainda a presença da educação ambiental adestradora, em que os funcionários esperam receber informações e ensinamentos, que mais se assemelham a treinamentos.

9.5.3 A questão ambiental no âmbito do cotidiano: representações sociais da responsabilidade individual em torno da temática ambiental

Em relação às representações sociais sobre a responsabilidade individual de cada um em torno da temática ambiental, pode-se destacar o que se chamou de “*representação externa tecnicista*”. Isto se deve à representação de que a responsabilidade sobre as questões ambientais é externa. Tal aspecto já havia sido percebido nas análises anteriormente feitas, a partir das quais notou-se a presença do reducionismo tecnicista nesta representação. Os atores sociais aqui representam a questão ambiental em sua realidade cotidiana, em geral, sob um caráter técnico e econômico.

Vale citar que um dos funcionários não conseguiu, em um primeiro momento, identificar problemas ambientais em sua realidade. Mas, quando perguntado sobre a situação do lixo na fábrica e na zona rural ao redor da mesma, ele denunciou:

“Em algum canto a gente acha, nas beira de estradas aí... Igual esses cidadão que vem aí... Tá cheio de lixo, os próprio pessoal da cidade traz pra jogar nas beira de estrada” (funcionário Morbier).

Tal discurso confirma a representação externa encontrada no âmbito global, onde está presente a insatisfação com as pessoas que vivem em uma realidade diferente a da deles, ou seja, a cidade. Já que estes “cidadãos”, no sentido de originário da cidade, não dão exemplo, os funcionários não se vêem muito motivados a avaliar seu papel como componentes do meio ambiente, o qual é cada vez mais degradado. Podem até concordar que os próprios hábitos, ao serem mudados, contribuem para diminuir a degradação, porém, questionam e reclamam ao verem que as pessoas da cidade, tidas como “civilizadas”, não fazem sua parte.

No que se refere à reciclagem de lixo, tal discussão é de alguma forma tratada dentro da indústria, uma vez que há os coletores para que o resíduo sólido da fábrica seja separado. No entanto, tal discussão não chega à realidade individual dos funcionários; todos eles moram na zona rural, nas proximidades da “fábrica sem ETE” do laticínio A. Sendo assim, disseram que o lixo de suas casas é queimado ou jogado “longe” da casa.

“(...) a gente queima... plástico, essas coisa, a gente queima. O que tiver que queimar a gente queima. O que não pode, joga no lixo” (funcionário Morbier).

Percebe-se ser inexistente o conhecimento e a preocupação com o grande impacto ambiental causado pela queima de plástico.

Em relação à redução de consumo de água e energia, acredita-se que o “Apagão” foi uma medida, cujas metas foram obedecidas. Porém, mesmo com a economia financeira que proporcionou, um dos funcionários não se viu satisfeito com os resultados de redução de consumo.

“Adiantou nada não, (...) aí que é o problema... Todo mês tem que pagar do mesmo jeito; mesma meta que nós gastava gasta hoje”
(funcionário Gorgonzola).

Analisando esta última fala, fica claro que a imposição legal não foi eficaz no sentido de sensibilizar as pessoas para reduzir energia, considerando os impactos ambientais que a construção de hidrelétricas gera. O discurso reflete a insatisfação do funcionário, pois mesmo continuando com a meta estabelecida na época do “Apagão”, a conta deve ser paga, destacando uma visão totalmente econômica.

Vale lembrar Brügger (1999) ao insistir que a questão ambiental não pode ser quantificada numericamente. As metas estabelecidas no “Apagão” deveriam ser apenas um valor que lembrasse as pessoas sobre a necessidade de se economizar energia, porém, a economia financeira não deveria ser um fim em si mesmo. Os números estabelecidos na meta de consumo de energia eram uma tentativa de minimizar uma situação envolvida em um universo muito mais abrangente de relações entre a sociedade e a natureza.

9.6 Laticínio B: tradição de 50 anos, com muito orgulho

De forma semelhante ao que foi feito com o laticínio A, serão aqui expostas características gerais do laticínio B e, posteriormente, as análises das representações sociais encontradas por meio das falas dos entrevistados.

9.6.1 História e mercado de atuação

O laticínio B também é de natureza familiar, gerido por três mulheres e é considerado pelas suas gestoras como de porte muito pequeno.

Segundo informações de Pezzuto Júnior (2002), este laticínio foi construído em 1952, próximo à sede da fazenda na qual o mesmo é instalado. O laticínio foi idealizado pelo proprietário da fazenda e seu cunhado recém-

formado na escola técnica de laticínios “Cândido Tostes”, em Juiz de Fora, MG.

Em um primeiro momento trabalhavam no laticínio o proprietário e alguns fazendeiros da região do sul de Minas Gerais. Posteriormente, construíram uma cooperativa, a qual funcionou durante muito tempo nas instalações do laticínio e, após alguns anos, com o surgimento de novos sócios, a mesma passou a ter sede própria.

O laticínio B funcionou a partir de então sob direção do proprietário que, por sua vez, é o pai das atuais gestoras. Após seu falecimento, em 1992, as três filhas assumiram a direção, ficando cada uma responsável por um setor da empresa. Vale citar a consideração de Pezzuto Júnior (2002) sobre a preservação do ambiente familiar e tradicional na organização:

“A empresa possui todo um sentimento familiar e tradicional, os costumes das atividades ficaram enraizados: o queijo possui a mesma forma de produção, utiliza-se o ‘carro de boi’ para o trato do gado leiteiro. Por outro lado a fazenda possui um plantel de matrizes selecionadas, com um alto grau de produtividade que influencia diretamente na quantidade de leite que chega ao laticínio” (Pezzuto Júnior, 2002: 18).

Tradicionalmente vendido para praticamente os mesmos compradores em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, além de alguns pontos comerciais situados no município onde se localiza o laticínio, o queijo é conhecido no mercado há 50 anos. Na época da pesquisa, produzia-se apenas o queijo tipo Prato.

O laticínio foi construído dentro da fazenda e, por isto, as atividades desta, bem como as benfeitorias, plantações e criações visam a produção do queijo. O leite advém de vários fornecedores, além do produzido na própria fazenda. No entanto, ressaltou-se que esta matéria-prima vinha diminuindo cada vez mais, já que há muitos laticínios na região onde o laticínio B se localiza. Sendo assim, é grande a concorrência em relação aos fornecedores.

9.6.2 Gestoras por herança: o perfil e a atuação das administradoras

A administração do laticínio está sob responsabilidade das três irmãs, que são sócias. Porém apenas uma delas responde pela parte jurídica do laticínio, além de decisões nos aspectos comercial, financeiro e estratégico.

Em termos de permanência na empresa, somente duas gestoras têm esta obrigação, sendo que três dias na semana uma delas fica no laticínio e três dias a outra. Pelo fato destas duas irmãs estarem ligadas diretamente com a empresa, as informações obtidas, bem como as representações sociais encontradas por meio das entrevistas, são referentes somente a estas.

Ambas não têm formação na área administrativa ou gerencial, sendo que uma era professora do segundo grau de Física e a outra de Biologia. Porém, conforme disseram, sua relação com o pai sempre foi muito aberta, havendo constantes trocas de idéias e comentários sobre o funcionamento e as tendências da indústria, o que facilitou a transição das filhas à direção. É válido, no entanto, citar o relato de uma das gestoras comentando sobre as dificuldades iniciais que teve ao assumir a direção do laticínio:

“É claro que no começo eu senti dificuldade de estar trabalhando só com, com... homem, né? Medo de dar ordem, de ficar olhando, me senti um pouco intimidada. Depois fui acostumando (...) Só com homem que a gente mexe aqui, não tem mulher” (gestora Ricota).

Contudo, atualmente o ambiente interno na indústria e na fazenda é bem familiar e informal, o que será mais detalhado posteriormente.

9.6.3 Estrutura organizacional e perfil dos funcionários

O laticínio B tem apenas três funcionários, sendo todos nascidos no meio rural. Dois deles começaram a trabalhar na fazenda quando tinham 14 anos, em média, sendo depois transferidos para o laticínio; o outro funcionário,

por sua vez, é procedente de outra cidade e começou a trabalhar diretamente no laticínio há 12 anos. Todos moram na própria fazenda e não pagam moradia, luz e água. Ganham, em média, um salário mínimo, além do leite e o soro lácteo, no caso de criar porcos.

Dois estudaram até a quarta série e o outro, mais novo, estuda à noite no supletivo de 1º grau em uma escola próxima à fazenda, o que incentivou um dos outros funcionários a continuar estudando. Acreditam que mesmo com as dificuldades de trabalhar e estudar, morando na zona rural, vale a pena continuar os estudos, especialmente para buscar conhecimento naquilo que o mercado de trabalho exige.

“(...) mas estuda porque, às vezes, faz falta no futuro, a gente pra ter um bom emprego mais pra frente (...)tem que ter estudo... Se não tiver um curso de computação. Não tem jeito também, não tem jeito de entrar no mercado de trabalho se não tiver um curso de computação completo. Aí vai estudando, mais pra frente tira a oitava e mais pra frente vai até o terceiro, faz um curso... Temos que tá batalhando, mas é mais pra prevenir mesmo” (funcionário Cottage).

9.6.4 Surgimento da questão ambiental

A preocupação com a questão ambiental é originada essencialmente da fiscalização. Conforme as entrevistas das duas gestoras, é nítido que as determinações legais são percebidas como formas de controle que têm imposto sobre as indústrias um ritmo intenso de atuação, no que diz respeito às mudanças no processo produtivo.

A empresa não precisou filiar-se ao Projeto Minas Ambiente, devido à quantidade de leite usada no processo produtivo, que é uma média de cinco mil litros por dia. Mas, devido às normas cabíveis a qualquer laticínio, o laticínio B recebe visitas e orientações dos fiscais periodicamente.

Um das gestoras mostrou que a empresa é aberta a órgãos, pessoas, pesquisadores, a fim de que visitem o laticínio e sugiram melhorias sobre a

situação ambiental, se for necessário. Sua fala é clara:

“(...) porque muitas vezes, pode ser que eu acho que lá tá tudo certinho e não ta tendo poluição e, de repente, se ta tendo...né? Eu acho que tem que ter órgão competente, tem que ter tudo pra ir lá e orientar a gente”
(gestora Minas-Frescal).

Recente à época da pesquisa, a auditoria havia visitado o laticínio, recomendando a implantação de um sistema de higienização na entrada do mesmo e a construção de um laboratório químico para as análises necessárias, já que até então estas eram feitas exteriormente às instalações da indústria. Além disso, foi proibido o uso da água do córrego e exigidos o tratamento da água do poço artesiano, a construção de bacias que recebam os dejetos industriais, bem como a canalização do soro a um recipiente específico.

A partir destas informações, podem ser mostradas as representações sociais encontradas, especialmente sobre como estas exigências têm sido interpretadas em conhecimento prático e popular às gestoras e aos funcionários do laticínio B.

9.7 Representações sociais dos gestores do laticínio B

Duas gestoras foram entrevistadas, o que permitiu verificar as representações sociais das mesmas sobre a questão ambiental em âmbito global, setorial e cotidiano.

As maiores fontes de informação das gestoras do laticínio B são revistas especializadas do setor de laticínios e aquelas voltadas a produtores de leite em geral. Porém, grande parte do conhecimento vem das visitas dos fiscais. As representações sociais propriamente ditas estão analisadas a seguir.

9.7.1 A questão ambiental no âmbito global: representações sociais da crise ambiental e desenvolvimento

A partir da análise dos discursos encontrou-se o que foi chamado de “*representação catastrófica otimista*”, muito devido às características advindas dos temas emergentes das falas, como a noção de que o ser humano e seu ímpeto por desenvolver tecnologias vêm gerando uma enorme crise ambiental em todo o planeta. Porém, há um otimismo no que se refere à crença de que se houver uma conscientização por parte das pessoas, a crise pode ser amenizada.

A catástrofe ambiental provocada pelo excesso de tecnologia

Acredita-se que o mundo passa por uma crise ambiental. Os maiores problemas ambientais citados foram a poluição do ar e dos rios, mas o maior destaque foi dado aos desmatamentos e seus efeitos, como a mudança climática e a ocorrência de “chuvas horrorosas”.

“Devido ao que tá ocorrendo no mundo, né? na parte climática né? Tanto é que a gente tá vendo essas chuvas horrorosas que tá tendo e... na França, né? Agora, demais (...) Então essas, diferenças climáticas, a gente agora já tá vendo agora aqui, né? Frio... inverno, nós não tivemos. Agora no finalzinho que começou a esfriar. Isto tudo já é influenciado pelo desmatamento, poluição. Então eu acho que é realmente de preocupar” (gestora Ricota).

Percebe-se aqui uma visão catastrófica da crise ambiental, analisada por Grün (1996), que conduz as pessoas a buscarem sua sobrevivência individual, à medida que se horrorizam com as informações vindas de análises químico-estatísticas e matemáticas sobre os efeitos dos problemas ambientais no planeta. No entanto, segundo o autor, em vez de esses discursos, que provocam o medo nas pessoas, levarem a uma compreensão do caráter político e ético envolvido na devastação ambiental, o efeito é o sentimento de impotência frente à enorme catástrofe já existente.

Para as gestoras, os desastres ambientais têm sua origem no excesso de tecnologias desenvolvidas e utilizadas pelos seres humanos ao longo da história.

“Quando a gente fala em meio ambiente, tá? Hoje em dia tá muito em moda. Eu acho assim, que tá porque o mundo todo tá, porque o mundo todo tá atravessando uma, nem não digo uma crise. É uma catástrofe muito grande em relação ao meio ambiente, né? Eu acho que que toda a tecnologia, isso tudo tem influenciado muito ao meio ambiente. E eu acho que muita tecnologia, muita... coisa nova, no final, tem um prejuízo e o prejuízo, eu acho que é o meio ambiente, né?” (gestora Minas-Frescal).

Tal discurso remete à representação “naturalista arcaísta” de meio ambiente, em que o ser humano é o componente depredador por excelência (Reigota, 2001; Grün, 1996).

É possível conciliar ser humano, indústria e conservação ambiental

Mesmo acreditando que o ser humano tem sido o grande depredador ambiental, esta representação reflete uma esperança de que é possível haver um equilíbrio, no sentido de mudar o rumo das ações humanas em relação à questão ambiental.

“Eu acho que tudo vem da conscientização, dos empresários, dos meios governamentais, porque... tem jeito de aumentar mais empregos, gerar mais emprego e, ao mesmo tempo, cuidar do meio ambiente. Porque... se vai ter a empresa, já vamos criar dentro das normas estabelecidas n/e? Então, com isso, vai diminuir a poluição, né?” (gestora Ricota).

Percebe-se um otimismo, mesmo depois do discurso sobre a situação catastrófica em que o planeta se encontra. Assim espera-se que o aumento da conscientização das pessoas, particularmente dos empresários (já que as indústrias são as grandes poluidoras) conduza a uma melhor situação ambiental no âmbito global.

Além disso, analisando o discurso sobre a construção da hidrelétrica do Funil, que estava no início na época da pesquisa, a gestora mostrou sua crença

no fato de que tal iniciativa melhorará a vida dos moradores das terras inundadas.

“Olha, eu sou muito a favor de que sempre tem que procurar... melhorar (...) Mas tem esse problema (...), pois igual aqui, essa do Funil, a hidrelétrica do Funil, teve desmatamento, né?... de... onde a água vai tomar conta. Mas, igual a população aí da ponte, tudo vai, eles foram... mudaram de lugar (...). Não deixaram, por exemplo, de sair da zona rural pra ter que ir pra cidade, né? Continuaram convivendo no mesmo ambiente... a única dificuldade que eu tenho, é assim, moraram lá a vida inteira, ter suas terras inundadas, a parte sentimental... Mas eu acho que... modificar, piorar a vida deles não; muito pelo contrário, eu acho que até... melhora. Igual nós vimos, né? A Cemig construiu o povoado lá, onde eles vão morar. As casas são bem melhores do que muitos tinham, né? Asfaltaram lá onde... teve a... o povoamento, né? Eu não sei, eu acho que melhora” (gestora Ricota).

Nota-se a crença de ser possível melhorar um local por meio de geração de fontes de energia e de empregos, industrialização e conservação ambiental, à medida que haja planejamento e perspectivas de melhoria a todos.

Aqui já há uma semelhança com a representação globalizante, encontrada entre os funcionários do laticínio A – fábrica com ETE.

9.7.2 A questão ambiental no âmbito setorial: representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios

A questão ambiental no âmbito setorial é representada pelos gestores do laticínio B por meio da *“representação tecnicista paternalista”*. Dentre suas características nota-se a representação das questões ambientais no âmbito da indústria de laticínios sob uma perspectiva essencialmente técnica, ainda que haja alguns traços da representação globalizante de meio ambiente, como a ligação entre contaminação ambiental e qualidade de vida das pessoas. Outro destaque é em relação ao tratamento das gestoras com os funcionários do laticínio, mostrando uma relação paternalista, não só em termos de educação ambiental, mas em todos os aspectos desta relação.

O descrédito pela legislação: exigem mudanças muito rápidas

A característica marcante desta representação é a insatisfação com a legislação, em especial pelo fato das gestoras acharem que há muita inflexibilidade por parte dos fiscais, não considerando as dificuldades que as pequenas e microempresas passam. Além disso, é notável o descrédito em relação às autoridades, ao acreditar que os interesses defendidos por estas são muito mais pessoais do que públicos.

“Eu acho que está certa a preocupação que está havendo... Só que eu acho que em cima disso há um proveito, né? das autoridades né? Eu acho que daí já começa a entrar a parte de... política, que não leva tão a sério como deveria ser... Há outras influências” (gestora Ricota).

Observa-se a mesma representação encontrada entre os empresários em meados dos anos 1970 e 1980, que foi caracterizada, neste trabalho, como um “reducionismo técnico”. Ainda que as novas leis e resoluções de órgãos governamentais pretendessem reflexos diretos às políticas industriais, a cultura empresarial corrente era contrária à penalização dos setores industriais (Maimon, 1996; Layragues, 1998; Naves, 2000).

“Agora, quanto ao meio ambiente, essa, esse trabalho todo que tá sendo feito em função do meio ambiente, vamo ver se é um trabalho sério, né? Porque é trabalho governamental, o governo tá incentivando muito essa parte de meio ambiente. Mas, vamos ver se realmente eles vão chegar ao objetivo que querem chegar, né? Porque é crise mundial é, mas o que nós conhecemos é a nível de Brasil, e Brasil tudo vira pizza! Pra mim, tudo vira pizza. Não adianta que eles começam muito bem e no final dá um jeito, dá um jeito um jeito e a gente não vê um resultado satisfatório, né?” (gestora Minas-Frescal).

Porém, muito mais do que uma atitude de falta de vontade para cumprir as normas e exigências, as gestoras demonstram uma falta de crença em que seguindo as normas a situação melhorará. Fica clara a total descrença nas medidas governamentais, uma vez que outras decepções já ocorreram nesta

relação entre fiscais e empresários. Como a própria gestora disse, “no final (...) a gente não vê um resultado satisfatório”.

Segundo as gestoras, o laticínio B, assim como qualquer outra indústria, gera poluição, devido aos resíduos líquidos do processo, com destaque para o soro. Por isso, concordam que deve haver sim uma conscientização por parte dos empresários e funcionários. No entanto, questionam a rapidez exigida pelos fiscais.

“Olha, eu acho assim, eles exigem, tudo certo. Eu falei que eu acho que, acho não, sou a favor da exigência existir pra procurar conservar o meio ambiente, né? Então, se exigem fazer, mas eu acho que tem que olhar dar um prazo maior, porque nem sempre, igual aqui exigiram um absurdo de coisa, sem, coisas mais simples pra gente fazer, outras mais trabalhosas, dentro da capacidade da gente. Igual, olha aqui, nós temos três famílias (...) temos o gasto pelos fornecedores de leite, então, nem sempre a gente tem condição de fazer dentro do tempo estipulado por eles. Então, acho que tinha que olhar isso também, dar um prazo maior, não é? E esse maior, igual eles fizeram, o prazo pra gente foi dois meses. Então, a gente não tinha condição de fazer tudo em dois meses, por mais simples que seja, não deixa de haver custo, né?” (gestora Ricota).

Percebem-se aqui também os efeitos do que Brügger (1999) chama de “educação conservacionista” que, privilegiando a dimensão instrumental do conhecimento, leva a um predomínio da tendência naturalista. Os aspectos técnicos da questão ambiental são enfocados pelos fiscais, em particular nos processos educacionais e de sensibilização. Os ensinamentos conduzem à aplicação de soluções eficazes, como a proteção, a administração de recursos naturais e o treinamento de *recursos humanos*. O meio ambiente é visto como algo concreto, tangível e os problemas ambientais podem assim ser solucionados adotando-se medidas corretas. Porém, conforme a fala acima, tal tipo de educação não tem sido satisfatório e bem acolhido.

O soro é doado: o laticínio não tem problema ambiental

Acredita-se que o grande problema ambiental é o soro. Porém, pelo fato deste ser todo doado aos criadores de porcos da região, não há problema ambiental no laticínio B.

“Agora, lá na nossa fazenda, no nosso laticínio, não tem problema de ambiente. Por enquanto ainda não teve, porque é um laticínio pequeno, né? (...) Agora, os afluentes eles não são ainda poluídos pelo soro, né? Porque o soro é o que mais tá poluindo no caso de laticínio, né? (...) Lá em casa, o soro todo é consumido, consumido assim, não é produzido, fabricado, manipulado no laticínio não. O soro, existe até briga lá pra pegar o soro pra dar pra porco. O pessoal ali da região eles criam porco, então eles aproveitam soro. É tudo ali muito pertinho, então aproveitam o soro (...) Olha, pra te ser sincera, no meu laticínio não existe essa discussão, porque não existe o problema. Mas existem laticínios maiores por aí que eu conheço que o problema é sério, tá!” (gestora Minas-Frescal).

Fica claro que as medidas exigidas pelos fiscais são vistas como não tão urgentes e necessárias, já que o pensamento é que não há problemas ambientais graves na indústria.

As ETEs são necessárias já que influenciam na higiene da indústria e, conseqüentemente, na saúde das pessoas

Do laticínio B não é exigida a construção de uma estação de tratamento de efluentes, ao contrário do laticínio A. No entanto, pelo fato de os resíduos da fábrica serem depositados, através de um cano, no córrego, foi exigida pelos fiscais a utilização de uma bacia que receberá tais resíduos. Estes serão devidamente transportados por meio de canalizações, o que uma das gestoras considerou como uma medida muito simples de ser feita.

Ao ser perguntada porque ela acha que a legislação tem aumentado as exigências, principalmente no que se refere à construção de ETEs, esta gestora disse, após um período de um minuto pensando na resposta:

“Por causa da contaminação, né? Então... isso vem em função da legislação do ambiente, do meio ambiente... né? Inclusive, não só de laticínios, né? De todas as outras empresa, né? A gente vê, e eu acho certo. Mesmo na parte de saúde, influi muito na pessoa... os resíduos químicos né? São fortes demais, o ar fica contaminado, não só os rios, tudo, também o a.” (gestora Ricota).

Nota-se aqui a preocupação com o cuidado em não contaminar o ambiente, até pelos efeitos na saúde das pessoas. Daí verificam-se características da representação globalizante de meio ambiente (Moraes et al., 2000; Reigota, 2001), no sentido de entender o ser humano como parte de todo o ambiente.

Porém, o enfoque tecnicista da questão ambiental é claro, na medida em que esta é vista somente no final do processo produtivo da indústria (Maimon, 1996). Analisando o discurso de uma das gestoras verifica-se que os prejuízos ambientais causados pelos laticínios envolvem apenas o soro. Percebe-se, nesse caso, a falta de informação e conscientização acerca dos problemas ambientais relacionados à produção de derivados do leite, como o desperdício de água, por exemplo.

“Lá em casa, o laticínio não tem problema de água, até gasta demais (...) Lá fora na plataforma que é água direto. Escorre água lá direto. Mangueiras ficam ligadas durante todo o funcionamento do laticínio. As mangueiras ficam ligadas, lá na plataforma, onde recebe o leite. Lá é água corrente, é água de rego, que vem descendo, a gente canalizou. É o que usa lá na plataforma” (gestora Minas-Frescal).

São nítidos, novamente aqui, os efeitos da educação conservacionista (Brügger, 1999) comentada anteriormente. Além disso, percebe-se que ações no campo ambiental são limitadas nas pequenas e médias empresas do setor de laticínios, muito pela falta de informação em relação às questões ambientais e à importância de atitudes proativas em relação a estas (Montez, 1999).

A responsabilidade da empresa é cuidar dos funcionários: mas e o paternalismo?

Quando perguntadas sobre a responsabilidade social do laticínio B, ambas citaram o compromisso que assumiram com os funcionários e suas famílias. Aham que já se faz muito em relação à sociedade quando se cuida de uma fazenda e de um laticínio com onze funcionários (sendo apenas três no laticínio propriamente dito) e respectivas famílias. Estes não são considerados simplesmente como tiradeiros, retireiros, queijeiros, funcionários etc. Mas, acima de tudo, amigos. Cria-se assim uma relação de mútua dependência.

“(...) cada família tem o seu problema. Então, se você consegue, conseguir contornar o problema da sua família, eu acho que você já tá fazendo muito em relação à sociedade... Eu tenho uma fazenda, eu tenho um laticínio... os meus funcionários (...) laticínio. Eu tenho uma responsabilidade muito grande com essas onze famílias (...) Eu acho que eu tenho um compromisso com eles e eles também comigo. Eu deixo isso muito claro lá. Eu dependo deles, mas eles também dependem de mim” (gestora Minas-Frescal).

No entanto, esta mútua dependência torna-se muitas vezes exagerada, denotando até mesmo um excesso de paternalismo por parte das gestoras, como pode ser visto na fala de uma delas:

“Eu acho, as grandes empresas têm condições, né? Igual, por exemplo, a gente aqui. Nossa empresa é muito pequena, é microempresa, não é tida como micro não, mas é (...) Então, a gente não tem essa capacidade de cumprir essa parte social, porque é muito importante mesmo, mesmo nas escolas... Igual eles fazem esses projetos, né?, que a gente vê, que eu acho muito bonito (...) Mas aqui, a gente procura dentro da fazenda, aqui da nossa comunidade ajudar, sabe? Igual, nós olhamos demais essa parte de saúde (...) A gente que olha tudo isso, médico, eles não sabem, não tomam a iniciativa de ir (...). Apesar de ser assim cultos, igual você viu, tem o conhecimento, não tem. Não sei se porque acostumaram a gente tá olhando isso tudo pra eles, nós marcamos, olhamos qual médico deve ir, marcamos exame, levamos... remédio, sabe?, tudo” (gestora Ricota).

Diante desta fala, perguntou-se à gestora se ela concordava em que a relação é exageradamente paternalista. A resposta é a seguinte:

“É, somos, muito, muito mesmo. Aqui é mais como se fosse uma família (...) Inclusive conselhos também. Falei que a gente vira até mãe e pai deles... Eles têm algum problema, eles vêm atrás da gente procurar pra pedir uns conselhos, assim, problema familiar mesmo (...) vêm atrás da gente” (gestora Ricota).

Desta forma, nota-se que mesmo recebendo um tipo de sensibilização por parte dos fiscais que pode ser denominada de “adestradora” (Brügger, 1999), as gestoras mantêm um relacionamento com seus funcionários que permite um tipo de formação em questões sócio-ambientais muito rico. Vale lembrar Callenbach et al. (1993) quando mostram a importância, em um sistema de gestão ambiental, de os gestores despertarem em seus funcionários o potencial criativo próprio de cada um. Deve-se liberar as energias das pessoas, reconhecendo o potencial latente que elas têm.

Além disso, este clima de informalidade e confiança mútua é ideal para serem trabalhados os significados e valores das pessoas em relação à preocupação com o meio ambiente, dando-lhes motivos e oferecendo-lhes condições para que se conscientizem acerca de seu papel diante do contexto ambiental em que estão inseridos (Mata et al., 1998). No entanto, o excesso de paternalismo é questionável.

9.7.3 A questão ambiental no âmbito do cotidiano: representações sociais da responsabilidade individual em torno da temática ambiental

Em termos de representações sociais no âmbito do cotidiano, encontrou-se a “*representação globalizante*”. As gestoras entendem que a questão ambiental não se limita a seus aspectos físico/naturais. Assim, buscam um constante diálogo com seus funcionários no sentido de sensibilizá-los em todos os aspectos desta questão. Em sua vida cotidiana, elas sentem o reflexo das sensibilizações do governo ou da mídia, de forma geral, na mudança de seus hábitos e os de sua família. Maiores detalhes estão a seguir.

Diante da pergunta sobre qual entidade a gestora daria preferência no caso de ser voluntária ou associar-se, foi demonstrada uma certa revolta em relação à preocupação excessiva com a natureza, ou seja, o aspectos físico/natural da questão ambiental. Sua fala expressa bem isto:

“Acho um absurdo a importância que eles dão, por exemplo, uma pessoa. Bom, pegou um passarinho, então, prende e fala. Sai na televisão, igual tá contrabandeando papagaio, micos em quintal. Igual o outro apareceu, já tem mais tempo na televisão, descascando, cortando pedaço da casca de uma árvore pra fazer chá pra esposa, não sei se cê lembra disso. Daí ele foi preso porque tava atacando... o meio ambiente. E se a gente, tem tanto bandido aí, acontece tanta coisa, e eles não dão essa importância. É um absurdo isso!” (gestora Ricota).

A partir daí a gestora mostra sua preferência em filiar-se a entidades que cuidem mais da parte social, especialmente crianças carentes. Por meio do seu discurso fica claro que a questão ambiental está sendo reduzida apenas aos seus aspectos naturais (Brügger, 1999) o que a leva preferir o aspecto político-social. Tal noção confirma Sorrentino (1999), quando mostra que uma consistente educação ambiental deve contribuir para a superação das condições de pobreza e miséria, as quais são dificultadoras do crescimento interior de todo ser humano.

No entanto, é válido ressaltar que um aspecto é interdependente de outro, não sendo excludentes entre si, como a gestora pode ter interpretado. Grün (1996), Cunha (2000), entre outros, chamam a atenção sobre os perigos dos reducionismos, seja privilegiando o aspecto físico/natural, seja o outro extremo, que seria o ser humano.

Com sensibilização o ser humano pode sim mudar seus hábitos

Esta representação mostra um otimismo em relação à conscientização das pessoas no que se refere a hábitos e comportamentos ambientalmente corretos. Sobre o “Apagão”, demonstrou-se uma satisfação sobre os efeitos

positivos de tal medida de restrição de energia, particularmente na vida cotidiana e familiar de uma das gestoras, como pode ser visto na fala:

“Na minha casa, eu achei ótimo, inclusive pras minhas filhas, sabe? Porque conscientizaram, a gente gastava muita energia à toa, né? O brasileiro nunca soube muito economizar não, né? Então, eu achei que isso conscientizou muito, muita a população, aprender a, a economizar mais. Pelo menos lá pra minha casa foi ótimo” (gestora Ricota).

Conforme ela, mesmo depois do Apagão, o consumo de energia continua seguindo a mesma meta, tendo o desperdício acabado.

Além disso, fica clara a esperança da gestora de que quando há diálogo e acompanhamento com as pessoas, estas aprendem e mudam seus hábitos incorretos. Em relação ao lixo, foi relatado que os funcionários do laticínio, bem como de toda a fazenda, mudaram muito seu comportamento neste sentido. As gestoras têm feito um trabalho de sensibilização pedindo que eles recolham o lixo doméstico e industrial em sacos grandes que é distribuído por elas e depositem no “terreiro de café”. Uma vez por mês, ou dependendo da quantidade, de quinze em quinze dias, um caminhão da prefeitura (o qual foi solicitado pelas gestoras) recolhe todo o lixo.

A gestora “Ricota” não nega que ainda são poucos os que agem disciplinadamente em relação a jogar o lixo somente nas lixeiras e posteriormente recolhê-lo em sacos. Mas, acredita que insistindo e nunca deixando de falar e sensibilizar haverá uma contínua melhoria, pois segundo ela *“já melhoraram demais”*.

Esta noção vai ao encontro do que define Reigota (2001), de que a base da educação ambiental é o diálogo, em que não se busca a transmissão de conhecimentos e sim sua produção, por meio da interação entre educador e educando.

Quanto ao rótulo em produtos que se mostram ambientalmente corretos, a gestora “Ricota” disse nunca ter prestado atenção. Mas, ao ser perguntada

sobre isso, a atenção foi despertada. Tal fato confirma sua representação de que ao ser sensibilizado, o ser humano pode mudar seus comportamentos.

9.8 Representações sociais dos funcionários do laticínio B

Foram entrevistados os três funcionários deste laticínio. Todos concordam que a questão ambiental começou a ser difundida há pouco tempo, em especial dentro do ambiente de trabalho, onde tal difusão se dá por meio de reuniões com as proprietárias e principalmente quando há auditorias e visitas dos fiscais.

“(...) tô trabalhando muito tempo aqui e a gente fica por dentro destas fiscalizações que tem. Vêm alguns fiscais, conversam, explicam alguma coisa, aí eu acho que fiquei muito por dentro por isso... Eles dão palestra sobre isso aí, aí eles falam, aí nós ficou por dentro (...) Eles vêm, falam, explicam, tudo, o que que tem que ser feito, o que pode, não pode... Eles falam direitinho pra gente” (funcionário Cottage).

Além dos fiscais e das reuniões com as gestoras, a televisão aparece também como fonte de informações sobre a questão ambiental.

Os três são bem esclarecidos, apesar do baixo nível escolar. Neste sentido, vale citar o destaque dado por uma das gestoras, durante a entrevista de um deles, de que *“eles são todos muito instruídos, por isso fiquei tranqüila em deixá-los com você aqui... uma gracinha”* (gestora Ricota).

A partir do conhecimento sobre quais são as informações sobre a questão ambiental disponíveis a estes funcionários, bem como quais são suas origens, foi possível traçar as representações sociais encontradas nos âmbitos global, setorial e cotidiano.

9.8.1 A questão ambiental no âmbito global: representações sociais da crise ambiental e desenvolvimento

No que se refere a representações sociais no âmbito global, conforme a análise dos discursos, foram encontradas duas representações, conforme descrito a seguir.

9.8.1.1 Representação arcaísta legalista: o ser humano precisa de regras para cuidar do meio ambiente

Esta representação é semelhante à primeira encontrada entre os funcionários do laticínio A, na qual o ser humano é visto como separado do meio ambiente, o qual, por sua vez, é sinônimo de natureza. Reigota (2001) denomina tal representação de naturalista. Além disso, com base em Grün (1996), que escreve sobre o paradigma conhecido como arcaísmo, denominou-se esta representação de “arcaísta”. O termo “legalista” foi ainda acrescentado, refletindo a crença de que deve haver normas e leis governamentais, portanto externas, para que o ser humano cuide do meio ambiente.

Meio ambiente é sinônimo de natureza

É notável que quando se referem a meio ambiente pensam em natureza, principalmente ao relatarem os problemas ambientais que mais lhes chama atenção.

“Acho que aumentou muito o desmatamento, né? O meio ambiente ficou muito prejudicado com isso aí. Desmatando a Amazônia e essas outras matas aí, das beradas das usinas, as árvores tão acabando. A gente sabe que tá aquecendo demais, né? Não tem chuva, pouca chuva... Aí tá quente até demais, né?, o calor da Terra... o ar tá ficando muito poluído por isso, no meu ponto de vista” (funcionário Cottage).

A exemplo deste depoimento, pode-se analisar que os três citaram como problemas ambientais principalmente a poluição e as queimadas. Porém, eles acham que o mundo ainda não passa por uma crise ambiental, mas caminha pra ela.

Em relação aos responsáveis por resolver problemas ambientais, eles concordam que principalmente o governo deve conscientizar a população, por meio da difusão de informações na televisão. Além disso, um deles citou o IBAMA e a Polícia Florestal, pelo fato destes possuírem pessoas mais capacitadas para criar regras e proibir desmatamentos. Vale aqui lembrar Brügger (1999) ao escrever que quando o meio ambiente é reduzido à natureza, sob uma visão tecnicista, gestão ambiental passa a ser exclusivamente relatório de impactos ambientais, além da ênfase nas normas legais a serem obedecidas.

Porém, no momento da fala daquele funcionário houve uma interrupção da gestora que estava acompanhando a entrevista. Ela citou um exemplo de que os próprios funcionários destes órgãos desmatam, o que deu margem para o funcionário mostrar sua falta de credibilidade nas ações governamentais. Tal situação é interessante para perceber que ao mesmo tempo em que a responsabilidade para tratar das questões ambientais é remetida à esfera dita pública da sociedade, há uma desconfiança explícita por parte do funcionário de que aqueles não responderão de forma adequada.

Apagão como uma imposição: o ser humano sem consciência desperdiça muito

A representação “arcaísta” de meio ambiente conduz a uma representação de que o ser humano é o depredador por excelência. Neste sentido, o mesmo deve receber ordens, pois só assim cumpre as obrigações de cuidado com o meio ambiente.

Estas afirmações são refletidas nas respostas sobre o “Apagão”, tendo sido consenso que a medida governamental foi eficaz para conduzir a população à economia de energia.

“O brasileiro desperdiça demais, né? A gente gasta muito com umas coisas que não tem necessidade. A gente tá gastando, desperdiçando muita energia” (funcionário Edam).

"(...) foi bom(...) gastava sem necessidade, sem nada pra... Gastava energia de dia, ligava som, televisão direto. Agora não. Agora a pessoa tá mais conscientizada de que isso pode fazer falta no futuro, né? A gente tá com pouca água (funcionário Cottage).

Nota-se, então, que medidas impostas, vindas do governo principalmente, constituem a forma mais indicada de sensibilizar os seres humanos depredadores.

9.8.1.2 Representação antropocêntrica forçada: precisamos desmatar e poluir para gerar emprego. Fazer o quê?

Nesta representação acredita-se que o ser humano é o único perdedor com a degradação ambiental, refletindo a representação chamada neste trabalho de antropocêntrica. Percebe-se aqui um enfoque maior aos malefícios advindos da crise ambiental provocados aos seres humanos. Segundo Grün (1996), as estruturas conceituais advindas do cartesianismo reforçaram o postulado de que as espécies, os animais e os organismos só existem em função da espécie humana; sugere-se que os seres humanos são a referência única e exclusiva para tudo o que há no universo.

"Tem que ter consciência, né?, que não devia desmatar porque tá prejudicando a nós mesmos. Os únicos perdedores disso aí são os humanos mesmo, mais ninguém" (funcionário Cottage).

Assim, acredita-se que devem ser criados cada vez mais empregos, em função do bem-estar da população, ainda que haja desmatamentos e poluição. Em geral, concordam que deve haver mais indústrias, principalmente devido à crise de desemprego que o país passava durante o período da pesquisa. Vale citar um depoimento que reflete esta representação:

"Ah, tem que ser né? Tem que ter indústria sim pra gerar mais emprego, né? Tem desemprego no país. O país não evolui por causa dessa falta de emprego. A pessoa só tá se marginalizando, roubando. Só quer saber só de roubar, matar... Eu acho que o que causa mais isso

é a falta de emprego. Se a pessoa tiver ocupação na vida ela não vai pensar nisso, né? Agora não tem nada pra fazer. A pessoa é pai de família, tem filho pra tratar, tem mulher, tem que por comida em casa, não tem dinheiro, não tem nada, tem que fazer alguma coisa pra sustentar o filho, mas caça serviço não acha. E o que vai fazer? roubar... eu acho que as indústrias deveriam, sim, exigir, trabalhar” (funcionário Cottage).

Além desta fala, em outros momentos este funcionário reflete uma preocupação excessiva com a parte social do país, particularmente com as melhorias de condição de vida da população. Tais aspectos são consideráveis, pois, para Sorrentino (1999), o papel da educação ambiental no Brasil é contribuir para a superação das condições de pobreza e miséria, que dificultam o crescimento interior de todo ser humano. Porém, deve haver um equilíbrio entre os enfoques, sem dar ênfase em nenhum extremo.

Neste sentido, acreditam que a geração de novas fontes de energia é essencial, principalmente por meio da construção de hidrelétricas.

“Isso não tem como não ter, né? Se pudesse não ter era bom, mas não tem como não ter. Tem que ter, mesmo que muita gente não goste, mas tem que ter, né? Não tem como a gente evitar isso!” (funcionário Edam).

“Eu acho que é bom, né? As populações têm que sair, essa parte da população, essas coisa, desmatamento... Essa parte é ruim, né?, pro meio ambiente. Mas, precisa da força de energia” (funcionário Gouda).

É notável a sensação de aceitação em ambos os discursos, não significando, porém, que eles concordem totalmente com a construção de hidrelétricas. Daí a opção por chamar esta representação também de “forçada”, indicando que é como se tivesse sido imposto este tipo de representação. Eles não vêem outras alternativas e simplesmente incorporaram esta visão de mundo.

Tal fato deve-se à predominância da ética antropocêntrica. Particularmente o paradigma epistemológico do antropocentrismo, predominante na sociedade ocidental, induz a uma representação dualista e mecânica da

relação entre desenvolvimento e meio ambiente, seres humanos e natureza ou entre natureza e cultura (Grün, 1996).

9.8.2 A questão ambiental no âmbito setorial: representações sociais dos problemas ambientais provocados pela atividade produtiva dos laticínios

No âmbito setorial encontrou-se uma representação que foi denominada “*representação legalista insatisfeita*”, a qual está presente na fala dos três funcionários. Aqui se entende que a legislação é essencial para regular as atividades dos laticínios e aqueles que não seguem as normas devem, sim, ser multados. No entanto, criticam a rigidez das fiscalizações, em especial em empresas de porte pequeno, como é considerado o laticínio B. .

Tais características estão mais bem detalhadas a seguir.

As multas são necessárias para que as indústrias não se tornem uma bagunça

A posição em relação aos fiscais é um pouco contraditória em certas partes. Ao mesmo tempo em que são eles que orientam e mostram o que pode e o que não pode ser feito, são criticados pela rigidez e por olharem “muita coisa boba” que não é necessária em empresas de menor porte.

Neste sentido, em relação às multas, os entrevistados afirmam que as mesmas são essenciais na medida em que servem para regular as atividades das indústrias:

“Ah, nesse ponto eu acho que a multa é até bom demais, porque é necessário. Senão vai virar bagunça. Senão o povo vai falar: não tem multa; vai deixando passar, vai acumulando cada vez... vai ficando cada vez pior, prejudicando o meio ambiente, né?” (funcionário Edam).

Este discurso reflete a crença de que os seres humanos somente respeitarão o meio ambiente e a sociedade de modo geral, se estiverem intimidados, sob pena de serem multados se não o fizerem.

Outro depoimento expressa a preocupação com empresas maiores e a natural necessidade de regular suas atividades por meio de multas:

“Tem que ter. Vamo supor, uma empresa de dez mil litros de leite, como que vai conseguir pegar esse soro todo, descendo esse soro pra aí abaixo (...) Acho que tinha que ter multa, senão não faz não... Já que tem a multa, então vão fazer, senão...” (funcionário Gouda).

A representação encontrada reflete que as empresas só respeitarão as normas e exigências e conseqüentemente só terão uma relação harmoniosa com todo o ambiente se houver imposições legais. Estas noções vão ao encontro das atitudes reativas das empresas nos anos de 1970 e 80, em que estas só adequavam seus processos produtivos sem, contudo alterá-los, devido às imposições legais e demais pressões da sociedade (Maimon, 1996; Layrargues, 1998; Naves, 2000).

Todavia, o depoimento seguinte expressa a necessidade de diálogo:

“Ah, acho que eles devem entrar num acordo, né? Conversar, ter um prazo certo pra fazer, porque não pode fazer tudo de uma vez. E então eles chegam, exigir todo mundo, sabe né? Chega aqui fala isso, fala aquilo, agora deve dar um prazo sim. E a pessoa, os proprietários devem procurar fazer tudo certinho também né? (...) e conversar. Eu acho que tudo deve ser conversado, não deve chegar multando lá, porque se dar uma multa alta o que que vai fazer? Vai ter que fechar o laticínio, vai fechar as indústria e vai virar mais desemprego no país. Eu acho que deve conversar sim” (funcionário Cottage).

Percebe-se sua discordância com as medidas dos fiscais, os quais, segundo o entrevistado, exigem e dão prazos muito pequenos, impossibilitando a execução das exigências. Tal situação foi também citada pelas gestoras deste laticínio. A partir daí, o funcionário teme o fechamento das empresas que não se adequarem, devido à inflexibilidade da fiscalização.

Desta forma, uma outra característica surge nesta representação, que é a insatisfação com a legislação.

Apesar de ser uma boa difusora de informações, a fiscalização é injusta para com os pequenos

Ainda que haja o reconhecimento de que a atividade produtiva dos laticínios gera problemas ambientais sérios, a representação reflete uma representação de que a legislação é muito rígida, principalmente por se acreditar que em uma pequena indústria os problemas ambientais não são tão sérios em comparação com empresa de maior porte.

“Não, eu acho que aqui, pelo menos aqui onde a gente trabalha, acho que poluição....é muito pouco o que a gente faz, em vista de algumas grandes, é praticamente nada. O governo exige o mesmo do que ele exige de uma indústria grande, ele exige da pequena também” (funcionário Edam).

“Ah, porque tem muitos produto né? Os produto que a gente trabalha são muito fortes, ai tem muito exigência né?... Mas tem muita coisa também que eles exigem e não tem necessidade, sabe? Tem muita coisa boba que eles olham e cê vê que não é preciso olhar. Por exemplo, tem uma água mais prejudicada um pouquinho eles falam que a água não serve(...) Se tem lugar que tem que dar valor na água, pode ser do jeito que ela for. Tem uma água mais ou menos poluída, mas pouca. Mas tem gente que não tem nem água. Eles devem dar mais valor à água sim. Eles chegam aqui e falam que o negócio não serve e isso e aquilo” (funcionário Cottage).

Dessa forma, percebe-se que as informações são passadas e os funcionários vêm-se obrigados a seguir as exigências, porque, do contrário, o laticínio é multado. No entanto, fica claro que não há um trabalho de “incorporação” da importância de se seguir tais normas; isto fica refletido quando o funcionário disse que havia uma “água um pouco prejudicada”, mas que poderia ser usada, já que há tantos lugares no mundo que não têm uma quantidade suficiente deste recurso. Assim, pode-se dizer que o funcionário simplesmente obedece, mas não sabe a importância de não se usar aquela água no processo industrial do laticínio.

Pode-se dizer que este tipo de sensibilização por parte dos fiscais, reduzindo a questão ambiental aos aspectos técnico/informativos e principalmente não mostrando de forma convincente os motivos pelos quais as águas “prejudicadas” não devem ser usadas no processo produtivo, reflete a predominância da representação tecnicista da questão ambiental. Segundo Mata et al. (1998), o fazer por fazer não tem sustentação. É preciso trabalhar os significados e valores das pessoas em relação à preocupação com o meio ambiente, dando-lhes motivos e oferecendo-lhes condições, para que se conscientizem acerca de seu papel diante do contexto ambiental em que estão inseridos.

O soro é doado aos porcos, ainda que esta não seja a melhor alternativa

No que se refere ao grande problema ambiental de um laticínio, todos concordam que é o soro lácteo. Porém, ressaltam que este é doado aos criadores de porcos da própria fazenda, bem como outros da região, o que resolve o problema, extinguindo o “incômodo”.

“Aqui o que mais é prejudicado é o soro, porque se às vezes o pessoal não consumisse, aí já teria uma dificuldade pra ter onde pôr ele. Mas aí o pessoal consome ele todo, aí não tem esse problema, graças a Deus que consome tudo(...) Mas se jogar na água é perigoso né? Porque pode contaminar outras coisas aí pra baixo, né? Mas acho que aqui não tem esse problema não, porque o soro é tudo consumido, aqui mesmo. A maioria dos laticínios tem que jogar pra estrada; alguns têm que fazer depósito... pra jogar, pra não deixar poluir, mas aqui não tem esse problema não” (funcionário Cottage).

Porém, os efeitos do soro ter sido depositado no rio próximo do laticínio por um tempo são notáveis, como é refletido no discurso a seguir.

“De uns tempo pra cá, de uns cinco anos pra cá, começou a ter essa preocupação (...) Os fiscal, a dona [nome da gestora] já fica preocupada, porque aí pra baixo tem uma horta, né? pra jogar o soro, como que cuida das plantas? (...) Antes não tinha problema de

corgo, antes tinha muita água. Antigamente passava muita água aqui, agora é pequeninim, o soro desce e fica parado, não desce, não vai embora, tem pouca água”(funcionário Gouda).

Este funcionário, que trabalha há mais de dez anos no laticínio, percebe os efeitos da poluição gerada pelo soro lácteo em todo o ambiente, tanto prejudicando o solo e as plantas quanto os cursos d’água.

Porém, notou-se uma contradição, pois este funcionário mostrou os efeitos do depósito do soro no córrego, mas outro funcionário, ao ser perguntado se antes da fiscalização, o soro ia para o rio, ele disse que não, pois o mesmo sempre foi usado pra tratar animais, inclusive os da própria fazenda. Mas, com base no seu discurso, verifica-se que doar aos porcos não é a opção ideal:

“Antes era os animais aqui da fazenda, o gado, bebia o soro tudo lá no coxo. Depois que os... o pessoal lá da fazenda pediu pra não dá mais porque tava prejudicando as vaca, aí passou o pessoal da redondeza tudo pega pra tratar de porco” (funcionário Edam).

Tal afirmação confirma o que os pesquisadores expuseram no “Simpósio Minas Ambiente-Controlle Ambiental em Pequenas e Médias Indústrias”, conforme está no referencial teórico. O soro, quando usado na alimentação animal, especialmente de suínos, pode diminuir o custo de tal alimentação, mas, em excesso, leva à produção de gases e até à morte do animal, além de ser corrosivo e danificar os equipamentos.

No laticínio B já se tentou produzir ricota como opção para uso do soro, mas o resultado não foi satisfatório, pois ainda assim sobrava um resíduo que não podia ser dado aos animais, por ser “muito ralinho”. Também isto confirma o que foi dito pelos pesquisadores citados, quando mostraram que além de haver pequeno mercado consumidor para a ricota, sua produção ainda gera um novo soro com lactose, que é difícil de ser tratado.

Estação de tratamento de efluentes: o que é isso?

Ao serem perguntados se conhecem alguma estação de tratamento de efluentes (ETE), um deles nunca tinha visto e o outro viu em outro laticínio apenas umas caixas que acumulam resíduos, sem tratá-los. Tal fato se dá porque neste laticínio, o B, não se exige a construção de uma ETE do porte da existente no laticínio A, devido à quantidade produzida: no laticínio B são utilizados menos de 5.000 litros de leite.

Somente o queijeiro tem conhecimentos e já viu uma ETE durante cursos que ele já fez. Assim, ele concorda que deve haver uma estação para tratar os resíduos.

Em relação ao desperdício de água foi dito que isto não ocorre, pois a única água que deve ser economizada é a do poço artesiano porque um dia pode faltar.

“Essa [da mangueira] vem da mina comum, que passa aí. Agora do poço tem que economizar, porque é comprada, né?... Não pode gastar”
(funcionário Gouda).

Também como resultado da dicotomia entre ser humano-natureza, sob uma perspectiva antropocêntrica, observa-se que a atitude de domínio em relação às plantas e os animais, que leva o homem a apartar-se da natureza, forma uma representação em que a natureza é objeto de trabalho ou mero fator de produção (Cunha, 2000). Neste caso, a água que deve ser economizada é somente aquela do poço artesiano, que é comprada; a da mina, mesmo sendo desviada de seu curso natural e devolvida de forma poluída ao rio, é vista como abundante e totalmente disponível para atender aos fins do laticínio. Mas, conforme foi observado durante a pesquisa, há realmente um desperdício, já que a mesma jorra o tempo todo na plataforma, sem necessidade.

9.8.3 A questão ambiental no âmbito do cotidiano: representações sociais da responsabilidade individual em torno da temática ambiental

Neste último nível, as representações sociais encontradas refletem a predominância da “*representação dualista tendendo à globalizante*”. Em um primeiro momento notou-se a dificuldade dos atores sociais em perceberem natureza e ser humano como partes de um mesmo ambiente. Sob influência desta dicotomia entre natureza e cultura/sociedade, a natureza é concebida como algo exterior, destacado da vida social, independente do ser humano (Cunha, 2000). Esta representação dualista e mecânica da relação entre desenvolvimento e meio ambiente, seres humanos e natureza ou entre natureza e cultura é um reflexo do paradigma epistemológico do antropocentrismo, predominante na sociedade ocidental (Grün, 1996).

Porém, conforme a evolução da análise dos discursos, viu-se uma tendência a chegar-se à representação globalizante (Reigota, 2001; Moraes et al., 2000), na qual o ser humano é visto como parte do ambiente como um todo, juntamente com os outros “seres vivos”.

Segundo os temas emergentes nos discursos, as características encontradas são as seguintes.

Florestas ou crianças: uma dualidade encontrada

Em relação à preferência de qual entidade seriam voluntários, dois dos entrevistados disseram interessar-se mais pelo cuidado com florestas, principalmente por acreditarem que elas estão acabando devido ao excesso de desmatamento. O outro funcionário, que é altamente preocupado com a parte social, conforme foi percebido em outros depoimentos, demonstrou maior interesse por entidades que cuidariam de crianças de favelas:

“(...) porque isso tá muito prejudicado no país nosso, né? As favelas cresceu muito e muitos lá têm esse negócio das drogas e tudo. Mas tem

muita gente boa no meio, né? E eles são prejudicado por esses traficantes, esses marginais. Então, acho que eu ia mais por esse lado” (funcionário Cottage).

Até mesmo em relação a sentir-se ou não motivado a comprar um produto que informa ter sido fabricado de maneira ambientalmente correta, os relatos dos funcionários expressam as preferências, um pela parte social e o outro pela “natural”:

“Ah, eu acho que ajuda sim um pouco, né? Acho que o pessoal já sabe das necessidades das crianças carentes. Então, eu acho que isso aí ajuda um pouquinho sim, acho que motiva mais o pessoal a comprar sim” (funcionário Cottage).

“Não olho muito, mas olhar isso é bom, né? (...) Já ajuda... o meio ambiente, né? Essa parte de floresta, essas coisa... Se a gente comprar, entra mais dinheiro pra ajudar, né?” (funcionário Gouda).

Conforme Lima (1999), esta separação é fruto da visão unilateral e fragmentada da questão ambiental que separa a explicação técnica da política, a visão ecológica da social, a abordagem comportamental da político-coletivista, entre outras dicotomias encontradas.

A tendência globalizante: as ações humanas têm efeitos ambientais

Notou-se nos discursos uma tendência a vigorar a representação globalizante de meio ambiente, quando perguntados se conseguiam identificar algum problema ambiental onde moram. Neste caso, na fazenda, apenas um deles disse que não havia, porque as matas estão conservadas e há pouca queimada; os outros dois citaram que sempre tem algum problema, principalmente a poeira e a erosão em época de “plantio de roça”, além do lixo, que foi considerado um problema sério. Conforme as entrevistas, antes não havia um cuidado com os resíduos sólidos, os quais eram depositados em qualquer lugar. Mas, por iniciativa das gestoras da fazenda, atualmente um caminhão da prefeitura recolhe todo o lixo.

Os relatos mostraram a representação de que as ações humanas provocam impactos no ambiente como um todo, particularmente quanto ao destino dado ao lixo.

“O pessoal não tem consciência, né? Agora joga lixo em qualquer lugar. Isso aí também é errado, né? Tem lugar pra jogar, então eu acho que não deve jogar não. Agora, isso aí, essas reciclagem de latinha, de cerveja, de refrigerante, isso foi bom, né? Porque a gente não vê latinha mais, nem aqui na roça cê vê latinha jogada no mato. Na cidade é muito difícil cê vê latinha nos bueiro(...) Acho que deveria arrumar também pras garrafas descartável, porque acho que tem muitas garrafa descartável jogada em todo lugar, bueiro... A maioria dessa cidade aí que tem bueiro, as garrafas daquela não vai pra lugar nenhum, vai juntando, vai juntando. As enchentes lá em São Paulo, na maioria das vezes é essas garrafa descartável, que dá muita enchente, inundação nas rua. Acho que teria que reciclar, dar um jeito com elas, né? Porque elas fica parada, elas não desfaz, né? Pode ir, dura até 100 anos. Então... tem que dar um jeito de não deixar elas” (funcionário Cottage).

No entanto, no que se refere à reciclagem de lixo, os funcionários conhecem este tema somente pela televisão; em geral nunca viram coletores que separam o lixo, pois o da fazenda é levado pelo caminhão da prefeitura para a cidade. Acham a iniciativa de reciclar “brilhante”, mas acreditam que deve haver maior sensibilização para que a população participe.

“Não, eu nunca vi não (...) Se o pessoal se conscientizasse, se todo mundo se unir, eu acho que o país nosso tem muito que evoluir ainda. Acho que o pessoal tem que ter mais consciência das coisa certa, procurar fazer sempre tudo certo” (funcionário Cottage).

Em síntese, viu-se que os funcionários do laticínio B representam a questão ambiental em seu cotidiano em uma perspectiva influenciada pela dicotomia entre natureza e sociedade; a natureza é concebida como algo exterior, destacado da vida social. Porém, conforme a evolução da análise dos discursos, viu-se uma tendência a chegar-se à representação globalizante.

De posse de todos estes resultados das representações sociais, um quadro comparativo entre os dois laticínios será mostrado a seguir, com o objetivo de proporcionar um melhor espelho dos resultados analisados.

9.9 Quadro resumo das representações sociais encontradas: uma análise comparativa

Seguindo o que se viu nos subtítulos anteriores, elaborou-se um quadro que resume as representações sociais encontradas.

QUADRO 4 - Resumo das representações sociais dos gestores e funcionários dos laticínios A e B.

	Global	Características
Laticínio A		
Gestores	<i>Representação globalizante ecodesenvolvimentista</i>	A crise ambiental é representada como parte de uma crise mundial, o que reflete a representação globalizante. Acredita-se que o desenvolvimento no Brasil deve passar pela geração de empregos por meio do fortalecimento das agroindústrias.
Funcionários (fábrica com ETE)	<i>Representação antropocêntrica</i>	Defende-se que a natureza e o desenvolvimento devem buscar o bem-estar do ser humano. O ecocapitalismo é representado como a melhor opção de desenvolvimento, em que as leis do mercado guiam a questão ambiental.
	<i>Representação arcaísta naturalista</i>	O meio ambiente é visto como sinônimo de natureza e o ser humano é o vilão e culpado pela crise ambiental. Acredita-se que é impossível conciliar progresso e conservação ambiental. A educação ambiental se dá somente por meio de imposições legais, já que o ser humano é degradador por natureza e só muda seus hábitos e valores se for obrigado.
	<i>Representação globalizante</i>	O ser humano é representado como parte do meio ambiente. Acredita-se ser possível conciliar industrialização, desenvolvimento e conservação ambiental. Em termos de educação ambiental, esta representação reflete a defesa pelo diálogo.
Funcionários (fábrica sem ETE)	<i>Representação externa legalista</i>	A representação reflete a noção de que o governo é o responsável por solucionar a crise ambiental, o que remete uma mera aceitação frente às suas normas. Além disso, a noção é que a indústria e as pessoas que moram na zona urbana são os grandes depredadores ambientais.
Laticínio B		
Gestores	<i>Representação catastrófica otimista</i>	A representação reflete a crença em que o mundo passa por uma catástrofe ambiental; as chuvas intensas, bem como a mudança climática são fruto do uso excessivo de tecnologia. Acredita-se ser possível conciliar ser humano, indústria e conservação ambiental, especialmente por meio de processos de educação/sensibilização ambiental.
Funcionários	<i>Representação arcaísta legalista</i>	O meio ambiente é representado como sinônimo de natureza. Acredita-se que o ser humano é degradador e precisa de regras e leis para cuidar do meio ambiente.
	<i>Representação antropocêntrica forçada</i>	Esta representação reflete a noção de que o ser humano é o único perdedor com a degradação ambiental. No entanto, fica clara uma certa insatisfação ao defender esta posição, como se não houvesse outras alternativas, mas simplesmente incorporaram esta visão de mundo.

“...continua...”

“Quadro 4, Cont.”

	Setorial	Características
Laticínio A		
Gestores	<i>Representação mercadológica tecnicista</i>	A questão ambiental na indústria é representada como ação estratégica e vantagem competitiva. Acredita-se que a legislação é desigual e os altos impostos impedem ações de responsabilidade social que extrapolem a geração de empregos. A educação ambiental é representada como treinamento, mas há o discurso a respeito da crença no poder de disseminação das informações no sentido de formar cidadãos.
Funcionários (fábrica com ETE)	<i>Representação legalista</i>	Acredita-se que a legislação é fundamental, pois deve haver muita higiene na indústria alimentícia. A indústria laticinista é representada como sendo uma grande poluidora, especialmente devido ao alto teor de poluição do soro lácteo ao ser depositado nos cursos d'água. A ETE é representada como reflexo do simples cumprimento da legislação sem provocar mudança de comportamentos e a educação ambiental vem como simples cumprimento de normas e metas.
	<i>Representação preventiva</i>	Acredita-se que há solução para todos os problemas ambientais da indústria, particularmente a partir de uma organização interna, onde cada um faz sua parte na fábrica. A educação ambiental no ambiente de trabalho é representada como um conjunto de ações entre funcionários e gestores, sendo defendida a importância de reuniões entre todos os membros para a real mudança de hábitos. O soro lácteo é representado como fonte de responsabilidade social e oportunidade de mercado.
Funcionários (fábrica sem ETE)	<i>Representação legalista adestradora</i>	O soro lácteo é representado como o grande contaminador da indústria. A ETE é representada como uma amolação; defende-se uma educação ambiental informal, porém adestradora, onde são esperados ensinamentos, a partir de “informações corretas”.
Laticínio B		
Gestores	<i>Representação tecnicista paternalista</i>	A legislação é representada com um grande descrédito, devido à rapidez das mudanças exigidas pelos fiscais na indústria. Acredita-se que a partir do momento que o laticínio doa o soro, não há mais problemas ambientais no local. As ETEs são representadas como necessárias, já que influem na higiene da indústria e consequentemente na saúde das pessoas. Além disso, afirma-se que a responsabilidade da empresa é apenas cuidar dos funcionários.
Funcionários	<i>Representação legalista insatisfeita</i>	Defende-se que as multas são necessárias para que as indústrias não se tornem uma bagunça, no entanto apesar dos fiscais serem bons difusores de informações de caráter ambiental, a fiscalização é representada como injusta para com as pequenas empresas. O soro lácteo é representado como o grande problema ambiental da indústria, pois mesmo sendo doado aos porcos, acredita-se que esta não é a melhor alternativa.

“...continua...”

“Quadro 4, Cont.”

	Cotidiano	Características
Laticínio A		
Gestores	<i>Representação globalizante</i>	Natureza e ser humano são representados como objetos diretamente ligados entre si. Assim as ações cotidianas das pessoas influenciam no ambiente natural e social em que elas estão inseridas.
Funcionários (fábrica com ETE)	<i>Representação externa governamental</i>	Acredita-se que os problemas ambientais só existem em locais onde há indústrias e rodovias. As outras pessoas sem consciência são as responsáveis pela degradação ambiental. São necessárias ações governamentais para que as pessoas se conscientizem a respeito de hábitos cotidianos “ambientalmente corretos”, como a separação de lixo, a redução do consumo de água e energia.
Funcionários (fábrica sem ETE)	<i>Representação externa tecnicista</i>	A questão ambiental na realidade cotidiana é representada apenas em seu caráter técnico e econômico.
Laticínio B		
Gestores	<i>Representação globalizante</i>	Esta representação reflete uma revolta contra o naturalismo excessivo, demonstrando que as questões ambientais devem incluir também os seres humanos e os problemas sócio-econômicos. Acredita-se que o ser humano é capaz de mudar seus hábitos a partir de processos de sensibilização.
Funcionários	<i>Representação dualista tendendo à globalizante</i>	A questão ambiental no cotidiano é representada a partir da dualidade entre ser humano e natureza. No entanto, há uma tendência à representação globalizante, em que se vêem os efeitos das ações humanas no ambiente total.

Fonte: dados da pesquisa, julho de 2002.

Analisando o quadro, percebe-se que no âmbito global, os gestores dos dois laticínios têm representações semelhantes. Eles apresentaram representações sociais globalizantes, acreditando na possibilidade de conciliar meio ambiente e indústria. Porém, foi destacada a necessidade de fortalecimento interno do Brasil, sem o uso excessivo de tecnologias. Pode-se inferir que tal semelhança se dá pelo fato dos gestores estarem no mesmo ramo de atividade, o qual por sua vez, classifica-se como um setor agroindustrial. Daí, a defesa, pela agroindústria e do desenvolvimento do país sem a necessidade de uma alta utilização de tecnologias.

No âmbito setorial são nítidos os reducionismos presentes nas representações sociais encontradas entre os gestores. No laticínio A, como era de se esperar, aparece o reducionismo mercadológico, tendo como base os escritos de Layrargues (1998; 2000), Maimon (1996), entre outros, em que a questão ambiental é uma fonte de vantagem competitiva. A educação ambiental aqui é um treinamento para uso de tecnologias limpas. Ainda que haja o discurso de que o relacionamento entre gestores e funcionários é “aberto”, como o funcionário “Cheddar” apontou na entrevista, nota-se uma ênfase no caráter técnico da questão ambiental (Brügger, 1999) no ambiente fabril, em especial após a construção da ETE.

Já no laticínio B, o reducionismo presente entre os gestores é aquele chamado de técnico no referencial teórico, fazendo referência ao que predominou nos anos de 1970 e 80, entre as empresas privadas (Layrargues, 1998; Maimon, 1996; Naves, 2000). Acredita-se somente nos problemas ambientais do final do processo, sendo o soro visto como um incômodo e por isso é doado aos produtores de porcos, com grande satisfação. Em relação à educação ambiental, observou-se uma formação mais global, em relação àquela dada no laticínio A, até pelo fato de ser um número muito menor de funcionários e o processo ser mais informal. Porém, mesmo influenciando na formação global

do ser humano, o relacionamento entre gestores e funcionários é excessivamente paternalista, gerando uma certa dependência destes com relação àqueles.

No âmbito do cotidiano, volta-se a perceber uma semelhança entre as representações sociais dos gestores dos dois laticínios, já que vêem suas ações interferindo diretamente nos recursos naturais, cujos efeitos refletem na qualidade de vida dos humanos; de novo está presente a representação globalizante (Reigota, 2001; Moraes et al., 2000).

Pode-se afirmar, então, que a diferença notável entre as representações sociais encontradas entre os gestores dos laticínios está no âmbito setorial. Tal fato deve-se à posição que as duas empresas ocupam no mercado. A grande pressão que o laticínio A sofre em relação à questão ambiental vem do mercado, Isto leva os gestores a representarem esta questão como uma oportunidade de mercado e conduzi-la a tornar-se constantemente uma fonte de vantagem competitiva, usando qualquer ação ambientalmente correta como marketing institucional. Arelada a esta visão, vem a educação ambiental como treinamento para reduzir desperdícios e, conseqüentemente, custos. O laticínio B, por sua vez, tem como maior fonte de pressões a fiscalização, que exige a adequação da indústria às exigências legais. Porém, como a noção difundida pelos fiscais é de “fim de tudo”, ou seja, uma educação ambiental tecnicista e adestradora (Brügger, 1999), gerando a incorporação da questão ambiental em caráter técnico.

No entanto, um destaque é dado ao repasse interno de informações no laticínio B. Isto porque, devido à informalidade presente no relacionamento entre gestores e funcionários (todos serem parte de uma família, como uma das gestoras disse na entrevista), a formação não se reduz somente ao não desperdício de matérias-primas ao longo do processo, por exemplo, sob um ponto de vista estritamente econômico. Ao contrário, ela é feita de forma ampla,

sendo mostrados os motivos e dadas as condições para que as pessoas se conscientizem do seu papel no ambiental sócio-natural (Mata et al., 1998).

Quanto aos funcionários, houve algumas diferenças entre as representações sociais nos âmbitos global, setorial e cotidiano. Globalmente, foram encontradas entre os funcionários da fábrica com ETE do laticínio A, três representações e, com base no referencial teórico, elas foram denominadas de antropocêntrica, arcaísta e globalizante. Já na fábrica sem ETE deste laticínio predominou a representação legalista, particularmente pela grande influência dos fiscais exigindo mudanças no processo produtivo.

No laticínio B, foram encontradas duas representações que em um primeiro momento poderiam ser consideradas extremistas, pois uma é arcaísta e a outra antropocêntrica. Porém, ao contrário do que se encontrou no laticínio A, aqui há algumas características que as diferenciam entre si. Na arcaísta legalista, em comparação com a arcaísta do laticínio A, há a ênfase maior na representação de que o ser humano precisa de leis e regras para ser controlado. Em comparação com a representação externa legalista da fábrica sem ETE do laticínio A, percebe-se a grande revolta presente entre os funcionários do laticínio A, enquanto que na do laticínio B, mesmo acreditando-se que o ser humano é um grande depredador e precisa de regras para melhorar seus hábitos, isto é aceitável e não um motivo de revolta e desmotivação para cumprir tais normas, como aparece no laticínio A - fábrica sem ETE.

Já a representação antropocêntrica forçada presente entre os funcionários do laticínio B, em comparação com a antropocêntrica do laticínio A, mostra o ser humano como o único prejudicado com a crise ambiental. A diferença entre as duas é o enfoque mercadológico observado no laticínio A, gerando a crença no ecocapitalismo como opção de desenvolvimento. No laticínio B, por sua vez, é notável que esta representação está presente nos discursos com uma certa

10) CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro momento deste trabalho consistiu em uma análise teórica sobre a abordagem da questão ambiental na sociedade contemporânea. Observou-se, por meio de um breve resgate histórico, que os países subdesenvolvidos, incluindo o Brasil, buscavam atingir o mesmo padrão de industrialização dos países desenvolvidos para chegar ao tão sonhado progresso. Contudo, o mito desenvolvimentista foi colocado em xeque, dentre outros motivos, devido aos efeitos notáveis da degradação ambiental em todo o planeta. A temática ambiental passou então a incorporar-se nas discussões científicas, governamentais, empresariais, no âmbito nacional e internacional, fazendo-se presente em meio a diversos atores que têm se apropriado do discurso ambientalista.

Tal fato é mais bem percebido na elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável. Destacam-se aqui os empresários, que decidiram defender os ideais do ambientalismo (ainda que de forma superficial e maquiada), tendo por suporte este novo conceito. No entanto, seu uso apresenta limitações, as quais foram mostradas ao longo do trabalho. Incluída nestas está a possibilidade das leis do mercado livre regularem a questão ambiental, o que difundiria ainda mais os valores individualistas de uma sociedade de consumo.

Neste sentido, foram apresentados diversos autores que alertam sobre os reducionismos por meio dos quais a questão ambiental vem sendo tratada. A partir de uma perspectiva ética, considerou-se que este tema é complexo e amplo por essência e não pode limitar-se a nenhum de seus aspectos.

No que se refere à pesquisa propriamente dita, alguns resultados merecem destaque. A análise das representações sociais permite afirmar que existe a predominância do reducionismo tecnicista da abordagem ambiental entre os técnicos do “Projeto Minas Ambiente” entrevistados. Tal resultado

confirma várias considerações feitas na referencial teórico, em particular quando se mostrou este reducionismo presente em processos de sensibilização ambiental. Sob esta noção, meio ambiente é confundido e difundido como gestão eficiente dos recursos naturais e as pessoas vistas como recursos humanos que devem ser treinados. A idéia passada aos empresários era que simplesmente por meio do pagamento das taxas do Projeto tudo seria resolvido. Depois foi difundida a esperança de que com a ETE experimental, os empresários teriam opções para adotar tecnologias de tratamento de resíduos e assim seus problemas ambientais seriam solucionados. Nota-se claramente a representação tecnicista.

Em seguida, a análise do laticínio A mostrou que as representações sociais dos gestores destacaram uma associação da gestão ambiental a uma ação estratégica da organização, voltada para conquistar um diferencial competitivo ou mesmo para acompanhar as estratégias gerenciais de outras organizações. Há uma preocupação com a redução de custos e a racionalização dos recursos no processo produtivo, sendo a gestão ambiental relacionada à melhoria técnica. As questões ambientais são discutidas com os funcionários no interior de ambas as fábricas pesquisadas, em especial com aqueles ligados diretamente à produção. Ressalta-se a importância de não desperdiçar água e energia elétrica, bem como de separar o lixo para reciclagem.

Os gestores, além de perceberem que é essencial a conscientização de todos para o melhor funcionamento do sistema de gestão ambiental, estão cientes do poder de disseminação que as informações passadas na fábrica podem ter na vida pessoal dos funcionários. Embora não exista uma política específica de incentivo neste sentido, acredita-se que o processo de conscientização ocorra naturalmente. Como exemplo, citou-se que podem ser vistos funcionários que depositam seu lixo doméstico nos postos de entrega voluntária (PEVs) localizados no ambiente da empresa. Porém, tal afirmação não foi totalmente

comprovada na análise das representações sociais dos funcionários, em particular no que se refere à questão ambiental no âmbito do cotidiano.

Percebeu-se que mesmo havendo todo o discurso sobre os múltiplos aspectos da questão ambiental, com destaque à importância de se formar cidadãos conscientes na empresa, percebe-se que muito da formação dada restringe-se a aspectos técnicos da questão ambiental. Alguns funcionários citaram a ocorrência de reuniões e uma grande liberdade no relacionamento entre gestores e funcionários. Porém, tais reuniões, em geral de caráter informal, tratam basicamente da redução de consumo de água, do monitoramento das ações dos funcionários da produção para que o soro não se misture aos resíduos industriais, entre outros. Assim, é natural que os funcionários diretamente ligados ao processo produtivo sejam os mais “conscientes”, pelo fato de serem mais exigidos e cobrados em relação aos outros, no que se refere a ações necessárias ao bom funcionamento da ETE.

A partir daí são percebidos os motivos que conduzem a presença do que se chamou de “representação externa” da questão ambiental no âmbito do cotidiano entre os funcionários. Ainda que os gestores guiem-se por uma representação globalizante de meio ambiente, isto não influencia efetivamente na formação das representações sociais dos funcionários. Estas, por sua vez, caracterizam-se por mudanças de atitudes somente como fruto de imposições legais, refletindo uma representação de meio ambiente externa à realidade individual.

Como foi ressaltado, este laticínio está entre as doze indústrias de queijos finos do Brasil e é o maior produtor brasileiro de queijos do tipo Gorgonzola, sendo estes últimos produzidos na fábrica sem ETE. Nesta fábrica, localizada na zona rural, trabalham pessoas que moram, em sua grande parte, em sítios próximos ao laticínio e que têm um baixo nível de escolaridade. Foi interessante notar que o queijo produzido lá é um dos mais caros, e portanto

vendido à população de classe alta (elite). Mas, em geral, os funcionários não sabem para onde são transportados os produtos finais e nem quem os consome.

Este fato, conjugado àquele de que quase ninguém da fábrica com ETE tinha conhecimento sobre o uso do rótulo da fundação ambientalista em um dos produtos deste laticínio, atestando-o como uma empresa ambientalmente correta, mostra a necessidade de processos de socialização que levem os membros da empresa a uma maior interação a respeito dos processos e da organização como um todo.

Já as gestoras do laticínio B, no âmbito global, acreditam nos efeitos catastróficos da crise, mas têm uma visão otimista, ao defenderem que, com educação, muito pode ser melhorado. Da mesma forma, os discursos dos funcionários revelaram representações sociais, no âmbito global, que em um primeiro momento aparecem como contrárias entre si (uma arcaísta e a outra antropocêntrica). Porém, seja vendo o ser humano como não tendo consciência, necessitando de regras para melhorar seus hábitos ambientalmente incorretos ou como único perdedor com a degradação ambiental, nota-se uma tendência à representação globalizante.

No âmbito setorial, notou-se o predomínio do reducionismo técnico na formação das representações sociais tanto dos gestores como dos funcionários, sendo considerado apenas o final do processo. Isto vem principalmente como fruto da educação “adestradora” dada pelos fiscais e técnicos que visitam a fábrica, onde a questão ambiental é difundida como gestão eficiente de recursos naturais. Todavia, tanto as gestoras como os três funcionários demonstraram sua insatisfação com a legislação. Aqui vale lembrar Mata et al. (1998), ao mostrarem que em processos de educação ambiental o fazer por fazer não tem sustentação. Deve-se, sim, mostrar os motivos e dar condições para que as pessoas entendam seu papel como parte do ambiente e assim queiram cuidar dele.

De modo geral, observa-se que a presença de uma estação de tratamento de efluentes em uma fábrica não gera a total incorporação da questão ambiental no ambiente organizacional, tampouco nas concepções individuais dos membros da empresa. Tal presença, bem como a de fiscais exigindo mudanças, têm influenciado apenas na formação da representação social tecnicista de meio ambiente.

É clara, então, a necessidade de processos de sensibilização que, antes de tudo, busquem detectar as representações dos membros da organização a respeito da questão ambiental, ou seja, o que eles já construíram em termos de conhecimento. As representações sociais apresentam-se como um retrato da situação atual, a partir do qual podem ser identificados fatores determinantes das atitudes dos indivíduos. Após este diagnóstico, os trabalhos devem pautar-se no diálogo, buscando tratar a temática de meio ambiente sob seus múltiplos aspectos, levando-se em conta os conhecimentos de cada pessoa.

Estas considerações finais não têm o intuito de trazer conclusões, até porque este tema, complexo por natureza, exige várias pesquisas em diferentes enfoques. Porém, em termos de aspectos positivos do trabalho, pode-se afirmar que a Teoria das Representações Sociais foi escolhida por remeter à noção de interpretação dos significados dados pelas pessoas. Acredita-se que houve um esforço multidisciplinar, a partir da conjugação de conceitos da psicologia social, da administração, da sociologia e da educação, servindo de apoio para diferentes interpretações sobre a questão ambiental.

Os resultados do trabalho são interessantes no sentido de repensar os conteúdos e os pressupostos filosóficos que guiam os processos de educação organizacional, com o propósito de desenvolver a cidadania e a consciência ambiental dos membros das organizações. O recorte metodológico que partiu das representações sociais nos âmbitos global, setorial cotidiano merece destaque na medida em que permite uma discussão sob diferentes níveis de análise.

Ainda que tenha havido várias limitações no presente estudo, especialmente a escassez de tempo para análises mais aprofundadas, seus resultados podem servir de base para novas pesquisas. Sérios reducionismos foram encontrados entre os atores inseridos no meio industrial, especialmente os gestores, além de ser notável, de modo geral, a dificuldade de reverter as informações recebidas no âmbito global em conhecimentos e práticas na realidade cotidiana das pessoas.

Faz-se essencial o aprofundamento de estudos sobre a introdução da questão ambiental em toda a cadeia agroindustrial do leite, como por exemplo, entre os fornecedores e os consumidores finais, com o objetivo de detectar os conhecimentos construídos em torno deste tema. Considerando que as discussões sobre a temática ambiental têm amadurecido, outros estudos podem ser feitos, a fim de se obter retratos que não se limitem aos aspectos técnicos.

Há muito que ser debatido e feito em se tratando da questão ambiental, pois, afinal, ela “está na moda”.

11) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSERALD, H. Sustentabilidade, espaço e tempo. In: ACSERALD, H. **A construção da sustentabilidade: uma perspectiva democrática sobre o debate.** Rio de Janeiro: projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999 (Série Cadernos de debate Brasil Sustentável e Democrático, n.5). p.35-67.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa.** Lavras: UFLA/FAEPE, 1999. 125p.
- AMÂNCIO, R., Economia do meio ambiente. In: GOMES, M.A.O.; BARBOSA, J. H.; PAULA, M. das G.; AMÂNCIO, R.; NAVES, F.L.; OLIVEIRA, M. S. de. **Introdução ao estudo de gestão e manejo ambiental.** Lavras: UFLA/ FAEPE, 2000. p.19-33.
- ARRUDA, A. O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro. In: ARRUDA, A (org.). **Representando a alteridade.** Petrópolis: Vozes, 1998. p.17-46.
- BERGMANN, M.M. Social Representations as the mothers of all behavioral predispositions? The relations between social representations, attitudes and values. **Papers on Social Representation**, v.7, n.1-2, p.77-83, 1998. Disponível em: <[http:// www.psr.jku.at](http://www.psr.jku.at) >. Acesso em 10 jul.2002.
- BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994. 335p.
- BRIOSCHI, L.R.; TRIGO, M.H.B. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas, **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.39, n.7, p.631-37, jul.1987.
- BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 2.ed. rev. e amp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. 159p.
- BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 220p.
- BRUZEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998. p.29-38.

CALLENBACH, E.; CAPRA, F.; GOLDMAN, L.; LUTZ, R.; MAR BURG, S. **Gerenciamento ecológico**: guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis. São Paulo: Cultrix, 1993. 203p.

CARRIERI, A. de P. O Meio Ambiente: discurso consistente ou retórica? In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, 24., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2000. 1 CD-ROM.

COIMBRA, J. de A.A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo: Cetesb, 1985. 204p.

CRESPO, S.; NOVAES, E. O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável, **Revista Eco 21**, Rio de Janeiro, n. 63, p.29-40, fev. 2002.

CUNHA, L. H. de O. Desenvolvimento versus conservação da natureza: notas gerais sobre o tema. **Revista de Ciências Humanas**, Curitiba, n.9, p. 115-142, 2000.

DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.34, n.2, p. 68-77, mar/abr. 1994.

_____. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1995. 134p.

DI FILIPPO, M. M. S. **Mulher, desenvolvimento e meio ambiente**: a experiência da Associação Mãos Mineiras. 2002. 134p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

DURKHEIM, E. **Regras do método sociológico**. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 13.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. 128p.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p.31-59.

FERREIRA, L. da C.; FERREIRA, L. da C. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade. In: HOGAN, D.J.; VIEIRA, P.F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p.13-35.

GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pencheux. Campinas: Unicamp, 1997. 319p.

- GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, mai/jun. 1995
- GOMES, M.A.O., Filosofia e Ética Ambiental. In: GOMES, M.A.O.; BARBOSA, J. H.; PAULA, M. das G.; AMÂNCIO, R.; NAVES, F.L.; OLIVEIRA, M. S. de. **Introdução ao estudo de gestão e manejo ambiental**. Lavras: UFLA/ FAEPE, 2000. p.3-18.
- GONÇALVES, C. W. P. Educador Ambiental, Educador. In: TAMAIO, I.; SINICO, S. **Educação Ambiental: seis anos de experiência**. São Paulo: WWF Brasil, 2000. p.5-13.
- GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 5.ed. Campinas: Papirus, 1996. 120p.
- GUARESCHI, P. Representações sociais: alguns comentários oportunos. In: SCHULZE, C. M. N. (org.). **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social**. Florianópolis: [s.n.], 1996. p.9-35.
- GUIMARÃES, R.P. desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B.K. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p.13-44.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.
- HERCULANO, S. C. A consciência da solidariedade. In: TAMAIO, I.; SINICO, S. **Educação Ambiental: seis anos de experiência**. São Paulo: WWF Brasil, 2000. p.103-109.
- HOBSBAWN, E.J. **Era dos extremos: o breve século XX-1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.
- JACOBI, P.R. Informação é fundamental para romper o círculo vicioso. In: TAMAIO, I.; SINICO, S. **Educação Ambiental: seis anos de experiência**. São Paulo: WWF Brasil, 2000. p.48-50.
- JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 63-85.

_____. Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v.10, n.1, p.54-68, jan./jun. 1998.

JUCHEM, P.A. **Introdução à gestão, auditoria e balanço ambiental para empresas**. Curitiba: Faculdade Católica de Administração e Economia, 1995. 106p.

KITAMURA, P.C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília: EMBRAPA - SPI, 1994. 182p.

LAYRARGUES, P.P. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998. 234p.

_____. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.40, n.2, p.80-88, abr./jun. 2000.

LEIS, H. R. e D'AMATO, J.L. O Ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p.77-103.

LIMA, G. F. da. Consciência Ecológica: emergência, obstáculos e desafios. **Revista Eletrônica Política e Trabalho**, São Paulo, set.1998. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/~eso/ecologiacritica.html>>. Acesso em: 10 fev 2002.

_____. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, ano 2, n.5, p.135-153, 2º sem. 1999.

MACHADO, R. M. G.; FREIRE, V. H.; SILVA, P. C. da; FIGUERÊDO, D. V.; FERREIRA, P. E.; NASCIMENTO, M. C. P. **Controle Ambiental em pequenas e médias indústrias de laticínios - Projeto Minas Ambiente**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2002. 224p.

MAIMON, D. **Passaporte Verde: gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996. 111p.

MATA, S.F. da; GAVAZZA, S.; ALMEIDA, M. C. M. A.; OTTONI, A. B. **Educação Ambiental, desafio do século: um apelo ético**. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio, 1998. 358p.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1997. 335p.

MAY, P. Economia ecológica e desenvolvimento equitativo no Brasil. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p.235-252.

MINAS AMBIENTE/ CETEC. **Pesquisa tecnológica para controle ambiental em pequenos e médios laticínios de Minas Gerais: estação de tratamento de efluentes líquidos - relatório final**. Belo Horizonte: Minas Ambiente/CETEC, 2002. 36p.

MINAYO, M.C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.

MONTEZ, E. M. P. **Diretrizes para implantação de um sistema de gestão ambiental na indústria de laticínios: o caso da cooperativa agropecuária de Cantagalo**. 1999. 144p. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MORAES, E. C.; LIMA Jr., E.; SCHABERLE, F. A. Representações de meio ambiente entre estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Edição Especial Temática, p. 83-96, 2000.

MOSCOVICI, S. **Social Representations**. Cambridge: Polity Press, 2000. 313p.

NASCIMENTO, E. P. **Crise Ecológica Moderna: uma revisão sobre paradigmas em educação ambiental**. Disponível em: <<http://www.gepedea.hpg.ig.com.br/crise.htm>>. Acesso em: 27 abril 2002.

NAVES, F. L. Gestão Ambiental. In: GOMES, M.A.O.; BARBOSA, J. H.; PAULA, M. das G.; AMÂNCIO, R.; NAVES, F.L.; OLIVEIRA, M. S. de. **Introdução ao estudo de gestão e manejo ambiental**. Lavras: UFLA/ FAEPE, 2000. p. 115-161.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: críticas à razão dualista**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 87p.

OLIVEIRA, E. M. A crise ambiental e suas implicações na produção de conhecimento. In: QUINTAS, J. S. (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 2000. p.77-92.

ORLANDI, E.P. **Discurso e leitura**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996. 118p.

PÁDUA, J. A. O desconhecido pensamento ambiental brasileiro. **Revista Ecologia e Desenvolvimento**, ano 10, n. 98, 2001. Disponível em: <http://www.uol.com.br/ecologia/pesquisa-public/ecologia/ecologia_98_1.htm>. Acesso em: 20 mai. 2002.

PEZZUTO JÚNIOR, A. P. **Caracterização dos produtos Registro no mercado de Lavras**. 2002. 42p. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

PIMENTA, S. M. (Org.). **Recursos humanos: uma dimensão estratégica**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 199p.

PIZZA JÚNIOR. W. Administração e meio ambiente. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p.12-24, out /dez. 1991.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 87p.

REZENDE, D. C. **Estratégias de marketing para o mercado de queijos finos: um estudo no varejo de Belo Horizonte/MG**. 2000. 141p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

RIO+10. Desenvolvido por Ecom - Ecologia & Comunicação. Apresenta informações sobre a terceira conferência mundial promovida pela Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.riomaisdez.gov.br>> Acesso em: 15 dez. 2002.

SCHULZE, C. M. N. Representações sociais da natureza e do meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Edição Especial Temática, 2000.

SEBRAE-MG. **Diagnóstico da indústria de laticínios do estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEBRAE-MG, 1997. 270p.

SILEMG. Desenvolvido por Ehaus Intelligence. Apresenta informações sobre o Sindicato das Indústrias de Laticínios de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.silemg.org.br>> Acesso em 21 dez 2002.

SILVA, S. L. P. Pensamento Político e Representação Ambiental: elementos de compreensão do “habitus sócio-ambiental” da sociedade contemporânea, **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 19, mai. 2001. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~dich/Texto%20do%20Caderno%2019.doc>>. Acesso em: 10 fev. 2002.

SORRENTINO, M. Todo processo educacional deve voltar-se para a realidade do público ao qual se destina. **Ação Ambiental**, Viçosa, ano 2, n.8, p.5-7, out./nov. 1999. Entrevista.

SOUSA, C. R. de; BRITO, M. J. de; CAPPELLE, M. C. A. Representações Sociais sobre os sistemas de gestão ambiental: uma análise em organizações do setor lácteo sul mineiro. In Congresso Latino-Americano de Escolas de Administração, 37., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: CLADEA, 2002. 1 CD-ROM

SPINK, M.J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.A., JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.117-145.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995. 175p.

VALLE, C. E. do. **Qualidade ambiental: como se preparar para as normas ISO 14000: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente**. São Paulo: Pioneira, 1995. 137p.

VIANA, M.D.B.;VERONESE,G. Políticas Ambientais Empresariais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p.123-144, jan./mar. 1992.

VIANNA, L. P. Educação ambiental legal. **Ação Ambiental**, Viçosa, n. 8, out/nov.1999.

VIOLA, E;J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D.J.; VIEIRA, P.F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p.73-102.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.149-186.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.205p.

ANEXO

Roteiro para entrevistas do tipo semi-estruturadas dos funcionários e gestores dos laticínios A e B

- Nome:
- Idade:
- Escolaridade:
- Nasceu e foi criado no meio urbano ou rural?
- Cargo na empresa:
- Há quanto tempo trabalha na empresa?
- Trajetória de trabalho (outras empresas que já trabalhou, porte da empresa)
- Em outros trabalhos a questão ambiental era discutida?
- Como você começou a ouvir sobre esta discussão? Desde quando?

A QUESTÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO GLOBAL

- O que é meio ambiente pra você? (Mostra de cartões, conforme Crespo & Novaes, 2002: 33) ²
- Você acha importante discutir a questão ambiental?
- Você acha que o planeta passa por uma crise ambiental? Por que?
- Na sua opinião, quais são os principais problemas ambientais no mundo?
- Como você tem estas informações? (leituras, TV, conversas com colegas)
- Na sua opinião, quais são as principais pessoas ou grupos responsáveis por solucionar problemas do meio ambiente?
- Você acha mais importante conviver com mais poluição se isto trazer mais emprego à população?
- O país passou por uma grave crise de energia (“Apagão”). Você acha que o desenvolvimento de novas fontes de energia no Brasil deveria ser priorizado, mesmo que isso acarretasse danos ao meio ambiente?
- Você já ouviu o termo “desenvolvimento sustentável”? Se sim, o que você entende por isso?

² Apresentação de alguns cartões com figuras, como florestas, animais, homens na zona rural, cidades etc., para que a pessoa selecione o que achar mais relacionado à sua representação de meio ambiente.

A QUESTÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO SETORIAL

- Você acha que deve haver multas para as empresas que não seguirem as normas legais?
- Você já assistiu palestras sobre os problemas ambientais referentes às indústrias de laticínios?
- Você acha que a indústria de laticínios causa algum problema ambiental? Qual (is)?
- Isto é discutido no ambiente de trabalho? Como, quando, com quem, por quem?
- Você conhece as leis específicas sobre a questão ambiental nos laticínios? Se sim, como soube?
- Você acha que o soro do queijo deve ser descartado? Qual a sugestão que você dá neste caso?
- Você sabe para que serve uma estação de tratamento de resíduos? Você já ouviu ou leu algo sobre isso?
- Por que você acha que uma ETE é construída? Você acha importante?
- Você sabe como funciona a estação de tratamento de efluentes aqui? Houve alguma mudança na rotina de trabalho? Todos os funcionários adequaram-se? ³

A QUESTÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO COTIDIANO

- Onde você mora, você consegue identificar problemas ambientais? Quais são os principais?
- Você preferiria tornar-se membro de uma associação que tem por finalidade a defesa de florestas e animais ameaçados de extinção ou organizações que se ocupam em promover o saneamento em áreas pobres das cidades?
- Você acha que com pequenas mudanças em nossos hábitos de compras, transporte e alimentação, podemos evitar problemas ambientais futuros, ou são necessárias grandes mudanças nestes hábitos?
- Você acha importante economizar energia e água? Você faz isso na sua casa? Incentiva seus familiares a fazerem isso?
- Você acha importante reciclar lixo? Você faz isso dentro e fora da empresa?
- Você consegue o trabalho da Fundação Pró-Defesa Ambiental, de Lavras?
- Você se sente motivado a comprar um produto que informa que o mesmo foi fabricado de maneira ambientalmente correta?

³ Estas perguntas não foram feitas no laticínio B, pelo fato de lá não haver uma ETE